



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 17 DE ABRIL DE 2024

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 113/XV/2.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 1 a 53/XVI/1.^a, dos Projetos de Resolução n.ºs 2 a 11, 13 a 20 e 22 a 42/XVII/1.^a, e dos Inquéritos Parlamentares n.ºs 1 a 4/XVI/1.^a.

Ao abrigo do [artigo 72.º](#) do Regimento, procedeu-se a

um debate de urgência, requerido pelo PS, sobre «Alterações em sede de IRS». Depois de a Deputada [Alexandra Leitão](#) (PS) ter aberto o debate, intervieram, a diverso título, além do Ministro dos Assuntos Parlamentares (Pedro Duarte), os Deputados [Mariana Mortágua](#) (BE), [André Ventura](#) (CH), [Hugo Soares](#) (PSD), [Rui Rocha](#) (IL), [Jorge Pinto](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP), [Inês de Sousa](#)

Real (PAN), Paulo Nuncio (CDS-PP), Hugo Carneiro (PSD), Miguel Cabrita e António Mendonça Mendes (PS).

Em declaração política, o Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) referiu-se à execução dos fundos europeus, em particular do PRR e do Portugal 2030, e à proposta de constituição de uma comissão eventual para o acompanhamento desta matéria. Respondeu, de seguida, a pedidos de esclarecimento dos Deputados Carlos Guimarães Pinto (IL), Filipe Melo (CH), Nuno Fazenda (PS), Isabel Pires (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Rui Tavares (L), Inês de Sousa Real (PAN) e Alfredo Maia (PCP).

Em declaração política, a Deputada Marina Gonçalves (PS) criticou o arranque do novo Governo, considerando-o pouco dialogante e dúbio nos seus anúncios. Depois, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados Pedro Pinto (CH), Mariana Leitão (IL), Emídio Guerreiro (PSD), Paula Santos (PCP) e Joana Mortágua (BE).

Em declaração política, o Deputado Nuno Simões de Melo (CH) frisou a falta de efetivos e de material nas Forças Armadas, referindo ainda os atuais desafios que enfrentam, no contexto geopolítico atual. Respondeu, de seguida, a pedidos de esclarecimento dos Deputados Marcos Perestrello (PS) e Bruno Vitorino (PSD).

Em declaração política, o Deputado Rodrigo Saraiva (IL) defendeu a criação de um círculo nacional de compensação, à semelhança do existente na Região Autónoma dos Açores, de forma a reforçar a proporcionalidade do sistema eleitoral. A seguir, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados Fabian Figueiredo (BE), António Filipe (PCP), Jorge Pinto (L), Pedro Delgado Alves (PS) e Pedro dos Santos Frazão (CH).

Em declaração política, o Deputado Fabian Figueiredo (BE) criticou o projeto imobiliário de luxo pensado para a área verde da Quinta dos Ingleses, em Cascais, defendendo, no âmbito de políticas de combate às alterações climáticas, a necessidade de classificação desta zona como área protegida. De seguida, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados Inês de Sousa

Real (PAN), Miguel Matos (PS), Alfredo Maia (PCP) e Hugo Patrício Oliveira (PSD).

Em declaração política, o Deputado António Filipe (PCP) propôs ao Governo que proceda, durante o ano corrente, à atualização do regime remuneratório aplicável aos militares dos três ramos das Forças Armadas e à atribuição de um complemento vitalício de pensão aos antigos combatentes. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados Fabian Figueiredo (BE), Carlos Reis (PSD) e Rui Paulo Sousa (CH).

Em declaração política, a Deputada Isabel Mendes Lopes (L), a propósito dos casos de *burnout* registados nos trabalhadores da Administração Pública em Portugal, apresentou medidas para inverter essa situação, tendo respondido a pedidos de esclarecimento dos Deputados Mário Amorim Lopes (IL), Carlos Brás (PS), Paula Santos (PCP) e José Moura Soeiro (BE).

Em declaração política, o Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) fez referência à necessidade de reconhecimento, valorização e promoção das condições de vida dos militares, bem como dos antigos combatentes, ex-militares e deficientes das Forças Armadas, após o que respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados Pedro Pessanha (CH), António Filipe (PCP), Rodrigo Saraiva (IL), Luís Dias (PS) e Silvério Regalado (PSD).

Em declaração política, a Deputada Inês de Sousa Real (PAN) referiu o lançamento do livro *Identidade e Família* como exemplo do presente retrocesso na defesa dos direitos humanos, particularmente os das mulheres e pessoas LGBTQIA+, anunciando que o PAN iria apresentar um pacote de iniciativas legislativas no sentido de assegurar a defesa destes direitos. Respondeu, de seguida, a pedidos de esclarecimento das Deputadas Joana Mortágua (BE), Elza Pais (PS) e Paula Santos (PCP).

Deu-se ainda conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 54, 55, 57, 60 e 61/XVII/1.^a, bem como dos Projetos de Resolução n.ºs 43 e 44/XVII/1.^a.

O Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 5 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, pedia o favor de se sentarem para podermos dar início aos nossos trabalhos.

Pausa.

Declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 2 minutos.

Pedia às autoridades o favor de abrirem as galerias para acesso ao público.

Vou dar a palavra ao Sr. Secretário Jorge Paulo Oliveira para a leitura do expediente, pelo que pedia o favor de darem condições de audição ao Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, deram entrada as seguintes iniciativas, que passo a anunciar: Proposta de Lei n.º 113/XV/2.^a (ALRAM) — Assegura uma majoração nos apoios sociais da Segurança Social atribuídos aos residentes nas Regiões Autónomas, através da segunda alteração à Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, que estabelece as bases gerais do sistema de segurança social, que baixa à 10.^a Comissão; Projetos de Lei n.ºs 1/XVI/1.^a (PCP) — Revoga o regime de caducidade da contratação coletiva, que baixa à 10.^a Comissão; 2/XVI/1.^a (PCP) — Repõe o princípio do tratamento mais favorável do trabalhador (alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro), que baixa à 10.^a Comissão; 3/XVI/1.^a (PCP) — Regime de dedicação exclusiva no Serviço Nacional de Saúde, que baixa à 9.^a Comissão; 4/XVI/1.^a (PCP) — Aprova o regime especial de proteção da habitação arrendada, que baixa à 6.^a Comissão; 5/XVI/1.^a (PCP) — Regime extraordinário de proteção da habitação própria face ao aumento dos encargos com o crédito à habitação, que baixa à 6.^a Comissão; 6/XVI/1.^a (PCP) — Contabilização integral do tempo de serviço dos professores e educadores, que baixa à 8.^a Comissão; 7/XVI/1.^a (PCP) — Atribui um suplemento de missão aos profissionais das forças e serviços de segurança, que baixa à 1.^a Comissão; 8/XVI/1.^a (PAN) — Densifica e alarga a tutela criminal dos animais, alterando o Código Penal, que baixa à 1.^a Comissão; 9/XVI/1.^a (PAN) — Reduz o número de círculos eleitorais e cria um círculo nacional de compensação no âmbito das eleições para a Assembleia da República, por forma a assegurar uma maior conversão dos votos em mandatos e evitar a existência de «votos desperdiçados», alterando a Lei Eleitoral para a Assembleia da República, que baixa à 1.^a Comissão; 10/XVI/1.^a (BE) — Cria o círculo de compensação do território nacional na eleição para a Assembleia da República (alteração à Lei n.º 14/79, de 16 de maio), que baixa à 1.^a Comissão; 11/XVI/1.^a (CH) — Determina a aplicação do regime de atribuição do suplemento de missão criado pelo Decreto-Lei n.º 139-C/2023, de 29 de dezembro, às forças de segurança, aos militares das Forças Armadas e a outros trabalhadores que exerçam funções de autoridade ou de polícia criminal, que baixa à 1.^a Comissão; 12/XVI/1.^a (BE) — Integra o suplemento de recuperação processual no vencimento dos oficiais de justiça (alteração ao Decreto-Lei n.º 485/99, de 10 de novembro, que estabelece medidas de compensação para a recuperação dos atrasos processuais), que baixa à 1.^a Comissão, em conexão com a 5.^a Comissão; 13/XVI/1.^a (BE) — Recuperação integral do tempo de serviço cumprido, em defesa da escola pública, que baixa à 8.^a Comissão; 14/XVI/1.^a (BE) — Medidas urgentes para captar, fixar e valorizar os profissionais do Serviço Nacional de Saúde, garantindo assim o acesso à saúde a toda a população, que baixa à 9.^a Comissão; 15/XVI/1.^a (BE) — Reduz o IVA no fornecimento de eletricidade e gás engarrafado ou canalizado para consumo, que baixa à 5.^a Comissão; 16/XVI/1.^a (BE) — Reduz o IVA sobre as telecomunicações, que baixa à 5.^a Comissão; 17/XVI/1.^a (BE) — Altera o regime do complemento solidário para idosos para garantir que em cada ano o seu valor mínimo corresponde ao valor do limiar de pobreza, que baixa à 10.^a Comissão; 18/XVI/1.^a (BE) — Altera o regime do complemento solidário para idosos para garantir o seu pagamento por referência a 14 meses, que baixa à 10.^a Comissão; 19/XVI/1.^a (BE) — Altera o regime do complemento solidário para idosos, fazendo depender a sua atribuição da situação de pobreza do idoso e não do rendimento dos filhos, que baixa à 10.^a Comissão; 20/XVI/1.^a (L) — Revê a lei eleitoral consagrando um círculo nacional de compensação nas eleições para a Assembleia da República, que baixa à 1.^a Comissão; 21/XVI/1.^a (IL) — Reversão de medidas lesivas para a habitação aprovadas no âmbito do pacote Mais Habitação,...

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — ... que baixa à 6.^a Comissão, em conexão com a 5.^a Comissão; [22/XVI/1.^a](#) (IL) — Reversão das alterações desproporcionais e persecutórias ao regime do alojamento local no âmbito do pacote Mais Habitação, que baixa à 6.^a Comissão, em conexão com a 5.^a Comissão; [23/XVI/1.^a](#) (IL) — Revogação do direito de preferência do Estado em transações particulares de imóveis de habitação, que baixa à 6.^a Comissão; [24/XVI/1.^a](#) (IL) — Altera o Código do Imposto sobre Veículos, eliminando a atual discriminação fiscal de veículos usados provenientes da União Europeia, que baixa à 5.^a Comissão; [25/XVI/1.^a](#) (IL) — Aumentar a isenção facultativa de IVA e prestações adicionais da Segurança Social e retirar penalização aos profissionais liberais em períodos sem atividade, que baixa à 5.^a Comissão; [26/XVI/1.^a](#) (IL) — Baixa a tributação autónoma de IRS das rendas e facilita as situações de mudança de habitação, descontando o valor de rendas pagas ao valor de rendas recebidas para efeitos de cálculo de IRS, que baixa à 5.^a Comissão, em conexão com a 6.^a Comissão; [27/XVI/1.^a](#) (IL) — Elimina a contraordenação por não deter três exemplares para a documentação dos transportes de mercadoria, que baixa à 6.^a Comissão, em conexão com a 1.^a Comissão; [28/XVI/1.^a](#) (IL) — Elimina a obrigação de pagamento para cumprir a obrigação de preenchimento anual da IES, que baixa à 5.^a Comissão; [29/XVI/1.^a](#) (IL) — Elimina a obrigatoriedade de afixação de informação relativa à existência de postos de trabalho permanentes que estejam disponíveis na empresa ou estabelecimento, alterando o Código do Trabalho, que baixa à 10.^a Comissão; [30/XVI/1.^a](#) (IL) — Eliminação da obrigatoriedade do pagamento de folhas virtuais do livro de reclamações, que baixa à 6.^a Comissão; [31/XVI/1.^a](#) (IL) — Extingue a exigência da comunicação prévia ao IPDJ de campos de férias (Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 32/2011, de 7 de março, que estabelece o regime jurídico de acesso e de exercício da atividade de organização de campos de férias), que baixa à 12.^a Comissão; [32/XVI/1.^a](#) (IL) — Facilita o acesso às cadernetas prediais do património imobiliário do Estado, que baixa à 5.^a Comissão, em conexão com a 1.^a Comissão; [33/XVI/1.^a](#) (IL) — Isenta as pequenas e médias empresas da obrigação de inventariação permanente de *stocks* (Alteração ao Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho), que baixa à 5.^a Comissão; [34/XVI/1.^a](#) (IL) — Não discriminar os trabalhadores independentes face aos dependentes, na consideração dos rendimentos dos jovens estudantes-trabalhadores, que baixa à 10.^a Comissão; [35/XVI/1.^a](#) (IL) — Reduz as barreiras de transações de habitação própria e permanente, eliminando o imposto municipal sobre as transações onerosas de imóveis (IMT) para habitação própria e permanente e o imposto do selo sobre todas as operações imobiliárias, que baixa à 5.^a Comissão; [36/XVI/1.^a](#) (IL) — Reduz o custo da construção de habitações através da diminuição do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) relativo à construção, beneficiação, remodelação, renovação, restauro, reparação ou conservação de imóveis, que baixa à 5.^a Comissão, em conexão com a 6.^a Comissão; [37/XVI/1.^a](#) (IL) — Simplifica a obtenção de declaração de situação tributária regularizada (Alteração ao Código de Procedimento e de Processo Tributário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro), que baixa à 5.^a Comissão; [38/XVI/1.^a](#) (IL) — Simplifica alargando o prazo de validade do passaporte comum para maiores de 18 anos e acabando com a obrigatoriedade de devolução do passaporte anterior, que baixa à 1.^a Comissão; [39/XVI/1.^a](#) (IL) — Simplifica o processo de recuperação do IVA no caso dos créditos de cobrança duvidosa (Alteração ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro), que baixa à 5.^a Comissão; [40/XVI/1.^a](#) (IL) — Introduce um círculo de compensação nacional nas eleições legislativas, que baixa à 1.^a Comissão; [41/XVI/1.^a](#) (PAN) — Adota medidas de proteção dos beneficiários do apoio extraordinário à renda, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 20-B/2023, de 22 de março, que baixa à 5.^a Comissão; [42/XVI/1.^a](#) (PAN) — Valoriza os bombeiros e os seus direitos, reconhecendo aos bombeiros profissionais o estatuto de profissão de risco e de desgaste rápido e atribuindo aos bombeiros voluntários o direito à reforma antecipada, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 106/2002, de 13 de abril, do Decreto-Lei n.º 87/2019, de 2 de julho, do Decreto-Lei n.º 55/2006, de 15 de março, e do Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, que baixa à 10.^a Comissão, em conexão com a 5.^a Comissão; [43/XVI/1.^a](#) (PCP) — Combate as «portas giratórias» entre os cargos políticos e os grupos económicos, reforçando o regime de impedimento do exercício de cargos em empresas privadas por parte de titulares de cargos políticos executivos (quinta alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho), que baixa à 14.^a Comissão; [44/XVI/1.^a](#) (PCP) — Proíbe o Estado de recorrer à arbitragem para resolução de litígios em matéria administrativa e fiscal, que baixa à 1.^a Comissão; [45/XVI/1.^a](#) (BE) — Garante o

apoio extraordinário à renda, alterando o Decreto-Lei n.º 20-B/2023, de 22 de março, que baixa à 5.ª Comissão; [46/XVII/1.ª](#) (IL) — Pela liberdade de escolha da creche, que baixa à 10.ª Comissão; e [47/XVII/1.ª](#) (PCP) — Obriga a comunicação e cria a contribuição especial sobre transações financeiras para paraísos fiscais, que baixa à 5.ª Comissão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Dou a palavra à Sr.ª Secretária Joana Lima para continuar a segunda parte do expediente.

A Sr.ª **Secretária** (Joana Lima): — Sr. Presidente, deram também entrada os Projetos de Lei n.ºs [48/XVII/1.ª](#) (PAN) — Garante a atribuição de um suplemento de missão aos profissionais da PSP, da GNR, do SEPNA, do corpo da Guarda Prisional, da Polícia Marítima e da ASAE, alterando diversos diplomas, que baixa à 1.ª Comissão; [49/XVII/1.ª](#) (BE) — Regime de comparticipação para nutrição entérica, que baixa à 9.ª Comissão; [50/XVII/1.ª](#) (BE) — Progressões, salários e condições de trabalho para os profissionais de enfermagem do Serviço Nacional de Saúde, que baixa à 5.ª Comissão; [51/XVII/1.ª](#) (PAN) — Aprova um programa de emergência fiscal, que garante uma atualização intercalar dos escalões de IRS, o alargamento do regime do IRS Jovem e a reposição do regime de IVA Zero nos produtos alimentares do cabaz essencial, que baixa à 5.ª Comissão; [52/XVII/1.ª](#) (PAN) — Garante o acesso dos trabalhadores-estudantes ao abono de família, a bolsas de ensino superior e a pensões de sobrevivência e a um regime especial de isenção contributiva, alterando o Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho, e o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, que baixa à 8.ª Comissão; e [53/XVII/1.ª](#) (PAN) — Aplica a taxa reduzida do IVA aos produtos alimentares destinados a animais de companhia, alterando o Código do IVA, que baixa à 5.ª Comissão.

Deram igualmente entrada os Projetos de Resolução n.ºs [2/XVII/1.ª](#) (PCP) — Aumento do salário mínimo nacional, que baixa à 10.ª Comissão; [3/XVII/1.ª](#) (PCP) — Aumento das reformas e pensões no ano de 2024, que baixa à 10.ª Comissão; [4/XVII/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo que reconheça o Estado da Palestina, que baixa à 2.ª Comissão; [5/XVII/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que cumpra o disposto na Lei de Bases do Clima, aprovada pela Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro, e leve a cabo as diligências que nesse âmbito são colocadas sob sua competência, que baixa à 11.ª Comissão; [6/XVII/1.ª](#) (PAN) — Pela criação de gabinetes de atendimento à vítima de violência doméstica nos DIAP em todas as comarcas judiciais no território nacional, que baixa à 1.ª Comissão; [7/XVII/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo que reconheça o Estado da Palestina, que baixa à 2.ª Comissão; [8/XVII/1.ª](#) (BE) — Aumento do salário mínimo nacional e dos salários da Administração Pública, que baixa à 10.ª Comissão, em conexão com a 5.ª Comissão; [9/XVII/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo a equiparação do subsídio de risco da PSP e GNR ao da Polícia Judiciária, a revisão das respetivas carreiras e tabelas remuneratórias e abertura de novos concursos de ingresso na PSP e GNR, que baixa à 1.ª Comissão; [10/XVII/1.ª](#) (BE) — Revisão das carreiras técnicas e criação da carreira única de técnica/o de reinserção, no âmbito da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), que baixa à 1.ª Comissão; [11/XVII/1.ª](#) (BE) — Revisão do Estatuto dos Funcionários de Justiça, valorização da respetiva carreira e abertura de procedimentos de recrutamento, que baixa à 1.ª Comissão; [13/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que utilize o excedente orçamental para erradicar a pobreza, que baixa à 10.ª Comissão; [14/XVII/1.ª](#) (IL) — Regresso ao modelo e gestão em PPP nos hospitais de Braga, Loures e Vila Franca de Xira, que baixa à 9.ª Comissão; [15/XVII/1.ª](#) (IL) — Pela suspensão dos acordos de extradição com a República Popular da China e com Hong Kong, como já recomendado pelo Parlamento Europeu, que baixa à 2.ª Comissão; [16/XVII/1.ª](#) (IL) — Médico de família para todos, que baixa à 9.ª Comissão; [17/XVII/1.ª](#) (IL) — Modelo de gestão dos hospitais do Serviço Nacional de Saúde, que baixa à 9.ª Comissão; [18/XVII/1.ª](#) (PAN) — Apela à Assembleia Nacional da República da Gâmbia que mantenha em vigor a proibição da mutilação genital feminina, que baixa à 2.ª Comissão; [19/XVII/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a reversão da alteração ao artigo 4.º do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, operada pelo Despacho n.º 7647/2023, que baixa à 8.ª Comissão; [20/XVII/1.ª](#) (PAN) — Pela preservação e salvaguarda da Quinta dos Ingleses e pela criação de um mecanismo destinado a apoiar os municípios na aquisição e preservação de espaços verdes de elevado valor ambiental e natural, que baixa à 11.ª Comissão; [22/XVII/1.ª](#) (IL) — Recomenda ao Governo que as provas nacionais deste ano letivo se realizem em papel, que

baixa à 8.^a Comissão; [23/XVI/1.^a](#) (IL) — Recomenda ao Governo que dê a preponderância devida à literacia financeira em contexto escolar, que baixa à 8.^a Comissão; [24/XVI/1.^a](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que garanta que a remuneração-base dos bombeiros profissionais nunca é inferior à remuneração mínima mensal garantida e a existência de um sistema de avaliação específico para estes profissionais, que baixa à 10.^a Comissão; [25/XVI/1.^a](#) (BE) — Promoção do uso saudável de tecnologias nas escolas, que baixa à 8.^a Comissão; [26/XVI/1.^a](#) (BE) — Recomenda a defesa do património ambiental e a classificação da Quinta dos Ingleses (Cascais) como «paisagem protegida», que baixa à 11.^a Comissão; [27/XVI/1.^a](#) (BE) — Recomenda ao Governo a revogação das normas do Despacho n.º 1668/2023, de 2 de fevereiro, que excluem as e os portugueses no estrangeiro da lista de médico de família e do acesso a uma equipa de saúde familiar, que baixa à 9.^a Comissão; [28/XVI/1.^a](#) (CH) — Pela comparticipação da dieta completa em pó *Modulen IBD* para doentes com doença de Crohn, que baixa à 9.^a Comissão; [29/XVI/1.^a](#) (BE) — Recomenda uma localização alternativa para a nova estação do metro «Campo de Ourique» que preserve o Jardim da Parada, que baixa à 6.^a Comissão; [30/XVI/1.^a](#) (BE) — Recomenda a substituição progressiva e total de voos domésticos em Portugal continental e a criação de alternativa de ligação ferroviária, que baixa à 11.^a Comissão; [31/XVI/1.^a](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República à Suíça, que baixa à 2.^a Comissão; [32/XVI/1.^a](#) (BE) — Revisão e valorização das condições remuneratórias e das carreiras das Forças Armadas, que baixa à 3.^a Comissão; [33/XVI/1.^a](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a avaliação da comparticipação de um suplemento alimentar específico para pessoas com doença de Crohn; [34/XVI/1.^a](#) (CH) — Recomenda ao Governo que atribua o complemento de residência a todos os estudantes provenientes de agregados familiares de rendimento anual inferior aos constantes do limite do 6.º escalão de IRS, que baixa à 8.^a Comissão; [35/XVI/1.^a](#) (CH) — Recomenda ao Governo que tome as medidas necessárias à valorização estatutária e remuneratória da carreira especial de enfermagem; [36/XVI/1.^a](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que assegure a comparticipação de suplementos alimentares para pessoas com doença de Crohn; [37/XVI/1.^a](#) (BE) — Acesso a nutrição entérica; [38/XVI/1.^a](#) (BE) — Progressões, salários e condições de trabalho para os profissionais de enfermagem do Serviço Nacional de Saúde; [39/XVI/1.^a](#) (L) — Recomenda a contagem de pontos e reposição da paridade entre a carreira de enfermagem e a carreira técnica superior da Administração Pública; [40/XVI/1.^a](#) (PCP) — Pelo acesso a produtos não farmacológicos para o tratamento da doença inflamatória do intestino, nomeadamente a doença de Crohn; [41/XVI/1.^a](#) (CH) — Recomenda que o Estado português não adira ao Tratado Pandémico; e [42/XVI/1.^a](#) (PS) — Recomenda ao Governo a acessibilidade aos cuidados nutricionais no ambulatório.

Refiro, para terminar, que deram entrada os Inquéritos Parlamentares n.ºs [1/XVI/1.^a](#) (BE) — Comissão eventual de inquérito parlamentar à atuação do regulador no âmbito da reestruturação acionista do GMG; [2/XVI/1.^a](#) (PAN) — Constituição de uma comissão de inquérito parlamentar ao processo de alteração da propriedade do Global Media Group envolvendo o World Opportunity Fund, Lda.; [3/XVI/1.^a](#) (PCP) — Inquérito parlamentar sobre a privatização da ANA Aeroportos; e [4/XVI/1.^a](#) (CH) — Comissão parlamentar de inquérito para verificação da legalidade e da conduta dos responsáveis políticos alegadamente envolvidos na prestação de cuidados de saúde a duas crianças (gémeas) tratadas com o medicamento *Zolgensma*.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Já acabou?

O Sr. **Presidente**: — Vamos então iniciar no primeiro ponto da ordem do dia, que consta de um debate de urgência, requerido pelo PS, ao abrigo do artigo 72.º do Regimento, sobre «Alterações em sede de IRS».

Para abrir o debate, dispondo de 6 minutos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Alexandra Leitão.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.^a Secretária de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quero começar por lamentar a ausência de quem, para além do próprio Primeiro-Ministro, tem explicações a dar sobre o tema que levou o Grupo Parlamentar do Partido Socialista a pedir este debate de urgência.

Refiro-me, naturalmente, ao Sr. Ministro de Estado e das Finanças, cuja ausência é lamentável e vem confirmar aquilo que já tem sido muito evidente neste Governo: ainda agora tomaram posse e já se furtam a dar explicações ao Parlamento e aos portugueses.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade, faz lembrar outro Governo!...

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — É um Governo que ora utiliza arrogância, quando diz que «os outros estão todos errados e nós é que estamos certos», ora se faz de vítima para mascarar a sua própria incompetência para governar.

Tudo isto seria já motivo de preocupação. Mas há mais. E o mais é muito mais grave.

Este é um Governo que, menos de duas semanas depois de tomar posse, já perdeu a credibilidade e minou a sua relação de confiança com os portugueses.

Este é um Governo que, durante a campanha eleitoral, anunciou que iria realizar um enorme alívio fiscal, um alívio fiscal sem precedentes, com especial impacto no IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) pago pelas famílias. «Sem truques» foi a expressão utilizada pelo agora Primeiro-Ministro.

E o agora Ministro da Presidência disse, na apresentação do cenário macroeconómico da AD (Aliança Democrática), para que não restassem dúvidas sobre as suas prioridades, que «a redução em IRS é mais do dobro da redução da carga fiscal em IRC».

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Ora, o PS alertou repetidamente que o cenário macroeconómico da AD era irrealista, irresponsável e fantasioso. Questionou diversas vezes a AD e o Governo, já aqui no Parlamento, sobre como seria possível cortar na receita e cumprir as promessas eleitorais da AD.

A resposta é simples: não é possível.

Quanto à promessa do maior alívio fiscal para os trabalhadores, ficámos a saber que dos, 1500 milhões de euros que constavam do programa eleitoral, 1300 milhões de euros já resultam do Orçamento do Estado para 2024, do Governo do PS — aliás, com o voto contra da bancada do PSD.

Aplausos do PS.

Ou seja, os portugueses já beneficiam hoje de uma redução de IRS no valor de 1300 milhões de euros, desde 1 de janeiro de 2024.

Aplausos do PS.

O grande alívio fiscal — «a» medida do programa eleitoral — é, afinal, uma redução de 200 milhões.

E não vale a pena argumentar. O aproveitamento propositado de uma ambiguidade voluntária é, de facto, um embuste; um embuste que enganou partidos — pelo menos, os que estão de boa-fé —, jornalistas, analistas e, seguramente, a maior parte dos portugueses.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Só a IL é que está de má-fé! É uma chatice!

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — De facto, depois de desperdiçadas várias oportunidades de esclarecimento, veio o Sr. Ministro das Finanças, finalmente reagindo, admitir que o alívio fiscal de 1,5 milhões não chegava, afinal, a 200 milhões. Feitas as contas, 88 % da medida do PSD é, afinal, do PS.

Aplausos do PS.

Em política, como na vida, é tão grave mentir como deixar que a falsidade se instale por omissão propositada.

Aplausos do PS.

O Sr. **André Ventura** (CH): — O PS, sobre esse assunto... Ui!

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Mas, como sempre, o Governo vitimizou-se: todos estão errados, menos o Governo! Cuidado, Sr. Ministro, quem anda em contramão normalmente provoca acidentes.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — E o acidente, aqui, é mais uma machadada na credibilidade dos políticos e na confiança na democracia.

Aplausos do PS.

É por isso, Sr. Ministro, que lhe peço — e, agora sim, sem truques — que esclareça: afinal, face ao que já está em vigor fruto da iniciativa do Governo anterior no Orçamento para 2024, qual é o impacto médio desta medida para as famílias? Qual é o real valor do enorme alívio fiscal em que os eleitores da AD votaram? São 4 €, 5 €, 6 € por mês?

Em segundo lugar, em que se traduzem os 2000 milhões que o Programa Eleitoral da AD previa de alívio em IRS entre 2024 e 2026? Incluem ou não os 1,3 mil milhões da medida do Governo do PS? E, já agora, incluem ou não os 400 milhões de reembolsos a realizar em 2025 também já previstos no Orçamento para 2024?

Aplausos do PS.

Como é que o valor restante — que continuamos a não conhecer — se distribui entre a redução do IRS para as famílias e a isenção de contribuição e impostos para os prémios de desempenho?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso só dá para rir!

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — E, se são cerca de 200 milhões para a redução do IRS — que o Governo diz ser a sua prioridade —, então quanto está previsto para o IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas) das empresas? Ainda menos? Ou, de facto, a prioridade deste Governo é o desagravamento fiscal para as grandes empresas e não para os trabalhadores, ao contrário do que afirmou repetidamente na campanha eleitoral?

Aplausos do PS.

Quanto ao IRS Jovem, a redução anunciada também inclui aquela que já consta do Orçamento do Estado para 2024? E também incluirá maiores reduções para os escalões de rendimento mais elevado?

Tendo em conta que as propostas do PSD reduzem menos as taxas para os escalões mais baixos de rendimento, beneficiando com reduções superiores os escalões de maior rendimento, pode o Governo garantir que nenhum escalão de IRS terá um corte inferior ao que já tinha sido decidido e aplicado pelo Governo do PS? Como vão, então, garantir a progressividade do imposto?

Perante toda esta nebulosa, lamento mais uma vez a ausência do Sr. Ministro das Finanças, que assim desperdiça esta oportunidade para falar ao Parlamento e aos portugueses.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, quando a palavra que melhor caracteriza a atuação de um Executivo é «ambiguidade», temo que estejamos conversados sobre o que podemos esperar para o futuro.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, dou a palavra à Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, não era o Sr. Ministro que devia aqui estar hoje, não era sequer o Sr. Ministro das Finanças, era mesmo o Primeiro-Ministro, que foi o responsável pela mãe de todas as promessas. E a mãe de todas as promessas era uma redução da carga fiscal. Um choque fiscal.

Protestos de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Só 1 minuto, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, farei a minha intervenção se tiverem esclarecidas as questões regimentais quanto à ordem dos trabalhos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ai, é diferente dos outros? Para o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda não há apartes?

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Pedia que se retomasse o tempo, se faz favor.
Sr.^a Deputada, faça favor.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, os apartes são obviamente legítimos. Pareceu-me foi que havia uma dúvida sobre a ordem dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — É verdade, é verdade! Era uma questão de ordem, que foi preciso clarificar.
Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Falava eu, então, da mãe de todas as promessas de Luís Montenegro: o choque fiscal.

Publicou no programa eleitoral que o impacto desse choque fiscal seria de 2000 milhões de euros entre 2024 e 2026, mais 1000 milhões do IRS Jovem. Fez propaganda, quantificou o choque fiscal em percentagem do PIB (produto interno bruto).

Dois meses depois, quando já se tinha votado, apresenta aqui um Programa do Governo em que diz que a principal prioridade é reduzir o IRS. Promete reduzi-lo até ao 8.º escalão, e diz até que o impacto imediato será de 1500 milhões de euros.

Deixou que saíssem as notícias.

Em janeiro, a comunicação social escrevia que o cenário macroeconómico da AD sustentava o crescimento económico num choque fiscal de 3000 milhões em IRS.

O *Expresso* escrevia que Montenegro duplicava descida do IRS até ao verão.

O *Jornal Económico* escrevia que, afinal, a descida do IRS seria de 1500 milhões de euros.

O Governo criou a ficção e deixou que se instalasse a ficção. Viu os jornais, viu as capas dos jornais.

Não estamos perante um erro de interpretação, estamos perante um exercício de manipulação, um insulto, porque quer tomar o País por parvo.

Na sua tabela, que foi a tabela que apresentou no programa eleitoral, está a quantificação das medidas, e o Sr. Ministro conhece-a. No IRC, quantifica-se em 1500 milhões, e pergunto se esses 1500 milhões são adicionais face ao que tinha feito o Governo do PS — que era zero! —, ou se já incluem qualquer outro tipo de receita.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Quanto ao IRS Jovem — 1000 milhões —, pergunto-lhe se o que aqui está de IRS Jovem é adicional face ao que estava previsto para 2024, ou se são mais 1000 milhões.

Prevê também 2000 milhões — está no programa eleitoral do PSD! —, e pergunto-lhes se esses 2000 milhões já incluem 1769 milhões que estão em vigor com a lei neste momento. Isto porque se já incluem, o choque fiscal do PSD são 231 milhões. E isto é tudo o que vai fazer. Escreveu no programa 2000 milhões, anunciou 1500 e vai fazer 231. Nós não podemos encarar isto como outra coisa que não seja propaganda. Não foi um acaso, foi premeditado.

O Sr. **Presidente**: — Peço-lhe o favor de terminar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O Governo escolheu as palavras. Era uma mentira que não poderia ser sustentada, mas que o Governo usou para ganhar eleições. Por isso, deve agora explicações ao Parlamento, deve dizer se o seu choque fiscal de IRS são ou não são os 200 milhões e se isso é tudo o que vai mexer no IRS ao longo da legislatura, e quem é que vai sentir esse alívio.

Aplausos do BE.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Isso era um pedido de esclarecimento para o PS!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Bloco é sempre igual!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Hugo Soares pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado. Dispõe de 1 minuto.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, queria só perguntar à Mesa qual foi a figura regimental que foi usada pela Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Pedido de esclarecimento.

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, só um minuto, por favor...

Protestos do PSD e do CH.

Se os Srs. Deputados deixarem o Presidente responder, talvez... a figura regimental utilizada foi um pedido de esclarecimento.

Protestos do PSD e do CH.

Se deixarem o Presidente falar outra vez, ele esclarece.

Foi pedido um esclarecimento à intervenção de abertura da Sr.^a Deputada Alexandra Leitão. Não se pode pedir um esclarecimento a alguém que ainda não falou!

Risos e protestos do CH.

A Mesa interpretou o pedido de esclarecimento em relação à intervenção que foi feita, para a qual a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua pretendia um pedido de esclarecimento, daí eu ter referido os 2 minutos. Não posso interpretar um pedido de esclarecimento a quem não falou.

Aplausos de Deputados do PSD.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente,...

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Pedia o favor de deixarem o Sr. Deputado Hugo Soares fazer a pergunta.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Foi por isso mesmo que fiz a interpelação à Mesa, porque estamos exatamente perante a mesma questão que hoje aqui nos trouxe, relativamente aos impostos: é que é preciso estudar para poder fazer as coisas em condições!

Aplausos do PSD e do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

O Sr. **Presidente**: — Eu pedia que não se aproveitasse a figura «interpelação» para fazer qualquer outra coisa que não seja interpelar a Mesa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Chamem o Pedro Filipe Soares!

O Sr. **Presidente**: — Portanto, peço que sejam rigorosos no uso das figuras regimentais.

O Sr. Deputado Fabian Figueiredo pede a palavra. Faça favor.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, tirou-me as palavras da boca: como foi visto, nesta última intervenção, o Sr. Líder Parlamentar do PSD...

Vozes do CH: — Oh!...

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... usou uma interpelação à Mesa para disfarçar uma intervenção política e criar aqui um caso que não tinha razão de ser.

Protestos do PSD e do CH.

O Sr. **Presidente**: — Com o devido respeito, o Sr. Deputado fez a mesma coisa, porque eu já tinha esclarecido esse assunto.

Aplausos do PSD.

Retomando a ordem de trabalhos, tenho registada a inscrição do Sr. Deputado André Ventura para um pedido de esclarecimento, que julgo que é em relação à intervenção de abertura.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, o pedido de esclarecimento é efetivamente dirigido à bancada do Partido Socialista,...

Aplausos do CH.

... porque quem ouvisse hoje a Sr.^a Deputada Alexandra Leitão falar, parecer-lhe-ia que o PS chegou agora de outro país qualquer...

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

... chegou aqui, a Portugal, aponta para o Governo e diz: «Ó meus amigos, então, onde é que vocês vão buscar o dinheiro para o IRS?!» E mentir é feio — diz o PS, diz o PS! — que mentir é feio!

Risos e aplausos do CH.

Diz a Sr.^a Deputada Alexandra Leitão que não está cá o Sr. Ministro das Finanças — e diz bem, pois deveria estar, deveria estar. E ainda bem que já cá está o Sr. Deputado Fernando Medina, que agora está ali atrás, o antigo Ministro das Finanças,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Chegou atrasado, mas chegou!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... porque a Sr.^a Deputada vem aqui falar de burla e de embuste, mas nós, hoje — por acaso calhou ser hoje, há coisas que são do diabo, é mesmo assim —, lemos isto,...

O orador exibiu cópia de uma notícia de jornal.

... e diz-se que o Fernando Medina, o Sr. Deputado Fernando Medina, financiou a dívida pública — o milagre do PS! — com o dinheiro das pensões dos contribuintes.

Protestos de Deputados do PS.

Ou seja, o PS vem a este debate dizer assim: «Cuidado, que eles não vão baixar tanto o IRS como prometeram», mas acertaram as contas públicas com as pensões dos nossos idosos em Portugal e não têm vergonha de estar aqui hoje!

Aplausos do CH.

Por isso, Sr.^a Deputada Alexandra Leitão, talvez hoje fosse um bom dia para poder dar este esclarecimento em nome do PS e do Sr. Deputado que está ao seu lado, o líder do Partido Socialista, em vez de pedir esclarecimentos ao Governo: burlaram ou não os portugueses nas contas públicas e à custa do dinheiro das pensões? Ou, então, até chamar o Sr. Deputado Fernando Medina, que está escorraçado lá para trás, mas que também pode vir aqui à frente falar sobre qualquer coisa.

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Sr.^a Deputada, vir falar de alívio fiscal, quando os senhores, no vosso Orçamento — eu tenho aqui os números —, previram uma carga fiscal de 38 % do PIB, só pode ser uma de duas coisas: ou falta de estudo ou falta de vergonha!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, vou começar, precisamente, por onde terminou o Sr. Deputado André Ventura.

Vozes do PS: — Ahh!...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É verdade, é verdade,...

Protestos do PS.

... — se eu fosse outro, sentava-me, mas não me vou sentar, porque acho que esses protestos são regimentais.

Começava, até, por lembrar o Sr. Deputado Fernando Medina, ex-Ministro das Finanças. É curioso que tem sido das poucas vozes que não se tem ouvido sobre esta matéria. Talvez tenha sido o único no Grupo Parlamentar do PS que tenha estudado o programa eleitoral da Aliança Democrática e, depois, o Programa do Governo.

Aplausos de Deputados do PSD e do CDS-PP.

Sr. Presidente, o que está aqui em questão, hoje, são dois factos. E são estes dois factos que têm de ficar muito claros para as portuguesas e para os portugueses.

Em primeiro lugar, saber se o Primeiro-Ministro mentiu no Parlamento ou se no Parlamento disse o que disse em campanha eleitoral. Isso faz toda a diferença. E eu queria aqui deixar tudo muito claro, queria deixar a minha primeira pergunta, muito direta, à Sr.^a Deputada Alexandra Leitão.

Primeira pergunta, confiando na sua lisura, na sua transparência e na sua verdade: é capaz de dizer a este Parlamento e ao País que o Primeiro-Ministro disse aqui coisa diferente do que disse em campanha eleitoral e do que estava escrito na página 35 do Programa do Governo, apresentado a esta Câmara, e na página 97 do programa eleitoral?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos de Deputados do PS.

Sei que estou a terminar o meu tempo, por isso queria fazer uma segunda pergunta à Sr.^a Deputada Alexandra Leitão. Ainda bem que estamos a ter este debate, Sr. Presidente; pelo menos, falamos de baixa de impostos, não falamos de agravamento fiscal.

Aplausos de Deputados do PSD.

E a pergunta é a seguinte: é ou não é verdade que o Governo se comprometeu e vai apresentar, na próxima sexta-feira, em Conselho de Ministros, uma redução de impostos sobre a classe média?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente:** — Estou a informar a Câmara de que não tenho, até ao momento, registado mais nenhum pedido de esclarecimento.

A Sr.^a Deputada Alexandra Leitão dispõe de 3 minutos para responder, em conjunto, aos pedidos de esclarecimento que foram formulados. Nesta questão particular segue a regra geral dos pedidos de esclarecimento e a resposta agregada dos vários pedidos que foram feitos. São 3 minutos que são considerados no tempo disponível de debate que o PS tem, de 6 minutos. São estas as regras que vêm do passado, a responsabilidade não é do Presidente, tento cumprir o Regimento.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

Neste momento, verifica-se uma avaria no microfone da oradora.

Não fui eu que cortei o microfone, Sr.^a Deputada!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Cortaram o pio ao PS!

O Sr. **Presidente**: — Pedia aos serviços técnicos que verificassem o correto funcionamento do equipamento.

Neste momento, a oradora trocou de lugar para utilizar outro microfone.

Faça então favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, registo a forma como o Sr. Deputado André Ventura vem em auxílio do Governo — não nos surpreende, não nos surpreende!

Aplausos do PS.

Protestos do CH.

Disse que o PS chegou agora ao País, mas não, o PS chegou ao País quando tirou 4,5 mil milhões de carga fiscal em oito anos.

Risos do Deputado do CH André Ventura.

Aliás, segundo números de ontem, do INE (Instituto Nacional de Estatística, IP), a carga fiscal reduziu-se em 2023.

Também não chegou agora, quando estivemos aqui a discutir — e isto também responde à segunda pergunta do Sr. Deputado Hugo Soares —, para o Orçamento de 2024, uma redução de 1300 milhões em sede de IRS, que a bancada do PSD, aliás, votou contra. Portanto, não, não chegámos agora, já fizemos muita coisa da qual nos podemos orgulhar.

Aplausos do PS.

Já agora, para responder ao Sr. Deputado Hugo Soares: o Sr. Primeiro-Ministro disse exatamente o mesmo que disse em campanha eleitoral.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ah!

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Disse, disse, com a mesma ambiguidade e com a mesma dissimulação que faz com que, até agora, não estejamos esclarecidos.

Aplausos do PS.

Quanto a se vai ou não baixar os impostos: vai, vai baixar os impostos...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ah!

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — ... em 200 milhões de euros, quando nós baixámos em 1300 milhões. É esta a resposta.

Aplausos do PS.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Estamos esclarecidos!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou agora a palavra ao Sr. Deputado Rui Rocha, do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, que dispõe de um total de 4 minutos.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Ministro: Se eu hoje aqui chegar e lhe disser que lhe vou oferecer 150 € no mês de maio, o Sr. Ministro tem a legítima expectativa que eu lhe ofereça 150 € no mês de maio. Ora, não fazer isso,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É mentira!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... e entregar-lhe 20 € no mês de maio, dizendo que o senhor já tem no bolso 130 € que lhe foram entregues em janeiro por António Costa, convenhamos que não é exatamente a mesma coisa do que dizer que lhe vou entregar 150 € em maio.

Aplausos da IL e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ninguém disse isso!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Portanto, o que está em discussão é se o Governo mentiu, se o Sr. Primeiro-Ministro mentiu, se o Sr. Ministro das Finanças mentiu. Eu tenho uma coisa como certa: não quiseram esclarecer os portugueses.

A Iniciativa Liberal, desde agosto de 2023, tem vindo a dizer que este corte de impostos é insuficiente, que lhe falta ambição. Dissemos isso na discussão do Orçamento nesta Casa, dissemos isso na pré-campanha, dissemos isso na campanha, dissemos isso nos debates e, portanto, era possível saber.

Agora, uma coisa é certa: o Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Ministro das Finanças estiveram na passada quinta-feira nesta Casa. E por isso é que é relativamente indiferente que cá estejam hoje ou não. Eles tiveram a oportunidade de esclarecer, na semana passada, na quinta-feira, mas não o fizeram. Não o fizeram deliberadamente e isso não é forma correta de proceder. Perguntei ao Sr. Primeiro-Ministro e não obtive esclarecimento; o Sr. Deputado Bernardo Blanco perguntou ao Sr. Ministro das Finanças e não foi esclarecido. Não é a forma correta de fazer as coisas.

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

Agora, também deve dizer-se que é muito estranho que, em tantos Deputados, em tantos partidos políticos, em tantas máquinas, em tantos assessores, só a Iniciativa Liberal tenha percebido que este corte era pouco ambicioso.

Aplausos da IL.

Vozes do CH: — Oh!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Ninguém percebeu.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vocês até foram almoçar todos juntos!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — O Sr. Deputado André Ventura também não percebeu, nem as forças vivas do PSD lhe disseram.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Oh!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — O PS também não percebeu e ninguém, à esquerda, percebeu.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Paulo Nuncio percebeu!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Até poderia entender que o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos não percebesse: não sabia do preço do bilhete da CP (Comboios de Portugal) entre Porto e Lisboa, não sabia do preço de muitas coisas em Portugal, não sabia do valor do salário mínimo nacional, não fazia ideia do valor do indexante dos apoios sociais (IAS), não fazia ideia do *WhatsApp* da indemnização de Alexandra Reis. Se calhar, também não sabia!

Risos da IL.

Não acredito, não posso acreditar e digo-lhes porquê. É que a razão não é o desconhecimento: o único partido que queria mesmo cortar impostos era a Iniciativa Liberal.

Aplausos da IL.

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Portanto, o que aconteceu é que os senhores, da direita à esquerda, não quiseram saber. Se tivessem querido saber teriam estudado; não o quiseram fazer e agora aparecem como grandes desconhecedores.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Estudasses!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Queria dizer mais uma coisa, que é a seguinte: é verdade, esta redução de impostos é um retoque fiscal, desceram muito pouco, mas há mais coisas que também quero anunciar para que depois não digam que não sabiam.

Primeiro, mesmo esta redução de impostos, os tais 1500 milhões, tem lá um problema. É que uma parte muito significativa é uma mera atualização dos escalões de IRS. Portanto, não é redução efetiva de impostos, e isso é verdade quer para o PS, quer para o PSD, quer para o CDS.

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — E há outra coisa para a qual também queria alertar. Ouçam bem, porque depois não podem dizer que não foram avisados, ouçam bem: o cenário macroeconómico do Programa do Governo é o que estava apresentado no programa eleitoral, mas o crescimento que está no cenário macroeconómico não vai acontecer.

Risos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

Ficam avisados, portanto, o Governo tem já a oportunidade de esclarecer se vai cumprir ou não o cenário macroeconómico.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — A Mesa não regista nenhum pedido de esclarecimento em relação a esta intervenção, por isso dou a palavra ao Sr. Deputado Jorge Pinto, do Grupo Parlamentar do Livre, para uma intervenção. Dispõe também de 4 minutos.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Este debate de urgência tem, efetivamente, razões muito válidas, porque discutimos, na semana passada, o Programa do Governo que, depois de uma campanha com propostas muito concretas, era um programa feito de muito pouco, um programa ambíguo em muitos pontos, omisso noutros tantos, e naquilo em que era concreto era mau ou insuficiente.

Noto, aliás, com algum interesse, que a bancada do Chega se apressou hoje a defender esse programa. Fica registado para o futuro.

Aplausos do L.

Protestos de Deputados do CH.

Mas falemos de coisas que interessam, do que não sabemos, do que não sabíamos na semana passada e continuamos sem saber, ou seja, onde é que o Governo pretende usar o excedente orçamental fruto do sacrifício dos portugueses. Isto porque ficamos sem saber se o que deve ser, na nossa opinião, o grande desígnio para esta década — erradicar a pobreza enquanto fenómeno estrutural no País — vai ser objetivo também do seu Governo ou não vai. Continuamos sem saber isso.

No que diz respeito em específico ao que nos traz aqui hoje, houve muito tempo para dizer o que deveria ser dito — também acho que seria melhor não estar a falar com o Sr. Ministro, sem qualquer desprimor, mas com o Sr. Primeiro-Ministro —, houve muitas oportunidades para esclarecer o que deveria ter sido esclarecido e não foi.

Alertámos, e não fomos os únicos, durante a campanha, quando discutíamos o programa eleitoral, para a confusão que havia na Aliança Democrática entre otimismo e fé. Porque era de fé que se falava, na nossa opinião, quando se apontavam as previsões que o seu partido apontou e é dessa mesma fé que se fala quando achamos que essas previsões têm de ser observadas para conseguirmos responder às necessidades dos portugueses e das portuguesas.

Portanto, o que hoje sabemos e o que realmente nunca foi ambíguo, nem nunca dependeu de nenhum salto de fé, é o que vem a ser o verdadeiro choque fiscal do seu Governo, que é o IRS Jovem, que só vai beneficiar os que menos necessitam desse apoio, e, sobretudo, a descida do IRC, beneficiando um número muito limitado de grandes empresas, e isto num ano em que os lucros observados são historicamente altos.

É caso para dizer que temos «gato escondido com o rabo de fora», mas que na verdade, olhando para a dimensão de tudo isto, é mais rabo escondido com o gato de fora.

Mas, apesar do pouquíssimo tempo em que este Governo está em funções, há já muito material para linguistas, porque, na verdade, fala em diálogo quando se refere a monólogos, fala em choque fiscal quando o choque é realmente a surpresa com que apanhou todos os portugueses e uma grande parte dos Deputados neste Hemiciclo e reutiliza uma boa parte de um Orçamento que, e passo a citar, chamou de «impostos máximos e serviços mínimos», mas parece que faz e não faz.

Há outro aspeto que gostaria também de realçar, que é o de uma comparação — espero que não a leve a mal! —, que é muitas vezes feita entre o atual Governo e o primeiro Governo do ex-Primeiro-Ministro Aníbal Cavaco Silva. Nessa comparação fala-se da composição parlamentar, mas também da famosa gestão do silêncio que é atribuída ao agora Primeiro-Ministro, Luís Montenegro.

O Sr. **André Ventura** (CH): — O que é que isso tem a ver com o debate de hoje?!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Mas há uma outra citação que é associada a Cavaco Silva — real ou não, a História não conseguiu ainda determinar — e que é a afirmação em que ele supostamente terá dito que nunca erra e raramente tem dúvidas. Dou valor ao seu Governo porque já admitiu o erro: um ministro seu colega disse que houve efetivamente um pequeno equívoco. Vale o que vale, mas é uma assunção de erro que anotámos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não é verdade!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Em relação às dúvidas — se puder Sr. Deputado, com a sua licença —,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Acabou o tempo das mentiras! Sejam rigorosos!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — ... a sua posição é a mesma, ou não? Porque nós, no Livre, temos dúvidas: continuamos sem saber se o seu Governo quer avançar ou não com um orçamento retificativo e continuamos sem saber quando e como irá dar resposta aos problemas dos portugueses, obedecendo até a muitas das propostas da campanha.

O Sr. **Presidente**: — Terminou o seu tempo, Sr. Deputado, já com a tolerância.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Termino, então, em 5 segundos, dizendo que o verdadeiro choque fiscal de que precisamos em Portugal é o choque fiscal tal como é proposto no programa do Livre, assente na transição ecológica e em mais justiça fiscal.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Hugo Soares quer usar da palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado. Dispõe de 1 minuto.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o ponto é muito simples e creio que pode servir para o futuro.

Parece que vivemos num mundo de meias-verdades ou de falsidades completas.

Protestos de Deputados do PS.

É uma interpelação à Mesa, sim, se me deixarem terminar!

Sr. Presidente, queria, por intermédio de V. Ex.^a — e esta é a interpelação à Mesa —, que perguntasse ao Sr. Deputado do Livre que citou um membro do Governo, quando, como e que membro do Governo disse que houve um equívoco. Ou somos rigorosos nas palavras ou continuamos a contribuir para o desprestígio das instituições!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, vou clarificar como é que vejo esta função: não tenho de dizer nada sobre o que cada um diz ou não diz. Tenho de assegurar que o debate democrático se faz em plena igualdade de armas; não faço juízos de valor sobre os conteúdos, nem me compete estar a fazer pedidos de esclarecimento a qualquer Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Então, que fique claro que o Sr. Deputado mentiu!

O Sr. **Presidente**: — Esse é o debate que se espera que seja feito entre os diversos grupos parlamentares. Portanto, pedia, porque cada Presidente que entra também faz a sua cultura, que quando se usasse a figura «interpelação à Mesa»...

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Sr. Deputado, estava a falar consigo: pedia que quando usasse a figura «interpelação à Mesa» fosse exatamente nesses termos, para que eu não tenha de ter esta, digamos, renovação do que este Presidente entende.

Bem ou mal, quero que os Srs. Deputados não estejam condicionados no vosso debate e que se expressem livremente nos termos constitucionais.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Inclusive mentindo!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputada Paula Santos, tem a palavra, também para uma intervenção. Dispõe de 4 minutos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Em primeiro lugar, importa que fique bem claro que foi durante o Governo do PSD e do CDS — aliás, onde estavam muitos dos que estão hoje na Iniciativa Liberal e no Chega —...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Claro!...

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... que foi aumentado significativamente o IRS.

Protestos do CH.

Os partidos da direita falam muito de impostos porque não querem falar de salários. Querem discutir no abstrato a baixa de impostos para fugir à discussão sobre a justiça fiscal, porque o seu grande objetivo resume-se à redução de impostos para as grandes empresas, aprofundando a injustiça fiscal.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Deus nos livre disso!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Escondem a profunda desigualdade entre quem suporta a maior parte da receita fiscal — quem vive do seu trabalho — e as grandes fortunas e lucros, que, com benefícios fiscais, isenções, regimes de privilégio, paraísos fiscais, põem o dinheiro ao fresco e são cada vez menos tributados em Portugal, caminho que o Governo PSD/CDS quer aprofundar.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Exatamente!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — O que querem é discutir, embalados pela demagogia da CIP (Confederação Empresarial de Portugal), a suposta baixa de impostos, como dizem, como forma de perpetuar os baixos salários. De caminho, querem substituir salários por prémios que deixam de contar para a carreira contributiva do trabalhador, desprotegendo-o em situações de doença, desemprego, maternidade e paternidade e com impactos nas suas pensões futuras e na segurança social pública, universal e solidária.

Durante a campanha eleitoral e nestes primeiros dias do Governo, quiseram desviar a discussão da necessidade do aumento dos salários, quiseram centrar-se numa suposta redução fiscal, mas nem sobre isso conseguem dizer a verdade. Enganam os portugueses.

Há um aspeto que salta à vista: quando está em causa a redução de ainda mais impostos para as grandes empresas, o Governo não se engana, nem a faz depender de nenhum cenário macroeconómico. Com a redução anunciada do IRC das grandes empresas, com o anunciado fim das derramas, que só se aplica às 70 empresas com mais lucros deste País, com os representantes do capital a exigir ainda mais benefícios fiscais e o fim de contribuições extraordinárias, é evidente que quem vai, afinal, beneficiar serão as grandes empresas como a Galp, a EDP (Energias de Portugal), a Jerónimo Martins, a Sonae, a banca privada, as grandes seguradoras, a elite financeira que as domina.

O Sr. **André Ventura** (CH): — A Global Media!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — O Governo PSD/CDS quer transferir para os lucros destes grupos económicos o que é necessário para o Serviço Nacional de Saúde, para a escola pública, para a proteção social, para a habitação. Estas grandes empresas obtiveram lucros recorde em 2023, à custa dos sacrifícios das pessoas quando vão ao supermercado, quando pagam a conta da luz, quando abastecem o carro de combustível ou quando lhes aparece mais um aumento na prestação da casa. Lucros milionários esses que o

PS não quis tributar e a quem agora PSD e CDS, de braço dado com a Iniciativa Liberal e o Chega, querem dar ainda mais benesses.

Que fique claro: o anunciado choque fiscal, afinal, é para beneficiar os mesmos de sempre. No IRS, «a montanha pariu um rato». Nem uma palavra sobre a redução do IVA (imposto sobre o valor acrescentado) da energia ou das telecomunicações. O choque fiscal não abrange as micro, pequenas e médias empresas, só vai mesmo chegar às grandes fortunas e lucros.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — O Pedro Nuno vai tratar disso!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — A redução no IVA, que é suportado por todos, trabalhadores e reformados, sim, teria um grande impacto junto das pessoas. Por isso, a pergunta que se impõe é a seguinte: se, para o IVA, o Governo não tem nenhuma palavra; se, no IRS, afinal, são cerca de 200 milhões,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não são, não! São 1700!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... diga-nos lá quanto é que vai para as grandes empresas, juntando medidas como a redução do IRC para os 15 % e o fim das derramas. Quanto é que é retirado diretamente de recursos públicos ao serviço de todos nós — na saúde, na educação — para os grupos económicos, enfraquecendo o Estado e os serviços públicos?

Demos tempo para o Governo se preparar para esta resposta, por isso aguardamos, de facto, a resposta por parte do Governo.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Dou agora a palavra ao Sr. Deputado André Ventura, do Grupo Parlamentar do Chega, para uma intervenção.

Dispõe de 3 minutos e 23 segundos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O debate que nos traz aqui é precisamente sobre esse equívoco ou, então, sobre uma meia-verdade que o Governo quis passar.

Mas não deixa de ser engraçado que tenhamos este debate no momento em que a esquerda, como sempre, não quer baixar impostos, porque acha que temos um país que já é bom de impostos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Os senhores só querem baixar os das grandes empresas!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Para a esquerda, temos um país em que faz sentido que quem trabalha tenha de pagar para todos os outros. No entanto, o paraíso da esquerda está a começar a acabar. Está a acabar a ideia de que uns quantos têm de trabalhar para sustentar uma classe de outros que não fazem nada, mas que vivem à custa dos nossos impostos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — A esquerda vai querer sempre ter esse modelo, mas esse modelo, meus amigos, está a acabar, está a morrer e vai morrer em breve.

Da Iniciativa Liberal também não esperávamos mais, porque todos os dias, todos os anos diz a mesma coisa. Mas hoje teve graça, porque disse: «Só nós é que nos lembrámos! Só nós!» Contudo, estive aqui a ver e quem convocou o debate de urgência foi o Partido Socialista e quem chamou o ministro à comissão foi o Chega.

Ou seja, mais uma vez,...

Protestos da IL.

... a Iniciativa Liberal é só uma coisa: é conversa.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Vai falar com o Primeiro-Ministro!

O Sr. **André Ventura** (CH): — É conversa de café ou, como é liberal, é conversa de *brunch*,...

Risos do CH.

... assim uma coisa meia liberalóide. Mas estão enganados, nós estamos aqui hoje para questionar verdadeiramente o Governo.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — É mesmo isso!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Ministro, deixe-me dizer-lhe...

Protestos da IL.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Tenham calma, tenham calma,...

Protestos da IL.

... tenham calma, que depois no *brunch* falamos com calma.

Risos do CH e da IL.

Sr. Ministro, não devia estar aqui...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Olha o tempo!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr.^a Mariana Mortágua, a Sr.^a Deputada já fala também com tempo.

O Sr. Ministro não devia estar aqui hoje, honestamente. Devia estar o Ministro das Finanças, que nos poderia responder a isto, até porque nasce de um equívoco que não foi seu,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exatamente!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... foi de um Ministro das Finanças que foi à televisão dizer uma coisa ligeiramente diferente do que disse ao resto do País.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não é verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas vamos a factos: o PSD tem no seu Programa a maior redução fiscal, em termos de crescimento económico, de que há memória.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem! É isso!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ora, a maior redução fiscal de que há memória não pode ser uma redução fiscal de 170 milhões de euros no IRS — acho que estamos de acordo com isso. E, portanto, temos um bom primeiro passo para o Sr. Ministro poder explicar: «Agora vão ser 170 milhões, mas para o ano vão ser não sei quantos milhões.» Talvez possa explicar.

Mas disse mais: na proposta de reforma fiscal do PSD é referido que é importante devolver de imediato aos portugueses o excesso de receita fiscal cobrada em 2023, através do desagravamento do IRS, e prometeu alocar um valor de 3 mil milhões no total da Legislatura.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ora, se faço bem contas — e acho que não faço mal —, 3 mil milhões ao longo da Legislatura daria 750 milhões por ano, três vezes mais do que os 200 milhões que estão aqui a anunciar. E, portanto, Sr. Ministro, alguma coisa aqui não está bem. Ou o Sr. Ministro nos vem dizer hoje que este ano é assim, mas para o ano é que é — e olhe que já ouvimos muitas vezes dizer, por parte de outra bancada, que para o ano é que é —,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E vai ser!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... ou então esta redução fiscal não está a funcionar, e esta redução fiscal é, na verdade, se não um embuste, uma miniverdade do PSD.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E as tuas maximentiras?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas também era importante dizer o seguinte: na proposta de escalões do PSD — para isto ser um debate, porque este não devia ser um debate de urgência —,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não queriam?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... o 2.º escalão do PSD é de 19 %; neste momento, está em vigor uma taxa de 18 % no 2.º escalão. O PSD tem no seu 3.º escalão uma medida de 23,5 %; neste momento é de 23 %.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E por isso é que vais votar contra o Orçamento?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Meus amigos, temos de nos entender. Nós não podemos estar a propor descidas que aqueles senhores já fizeram e já concretizaram.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vou terminar, Sr. Presidente.

Portanto, se querem desagrar, se querem desamarar o socialismo, não podemos governar ao lado, da mesma forma...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... e com os mesmos critérios daqueles senhores. Temos de cortar o socialismo em Portugal!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra à Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, dispondo de 1 minuto.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Membros do Governo e Sr.ªs e Srs. Deputados: Sr. Ministro, bem sei que quem deveria estar aqui era o Sr. Ministro das Finanças,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E insistem!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... mas, ainda assim, há um caminho que esta Assembleia pode fazer.

É nesse domínio que gostaria aqui de lhe recordar algumas palavras do próprio PSD, que, em setembro do ano passado, precisamente a propósito da carga fiscal, dizia o seguinte: «É uma grave entorse democrática a não atualização dos limites dos escalões do IRS em contexto inflacionista, pois tal constitui um aumento não autorizado de impostos.»

Ora, nós ouvimos o Governo anunciar uma medida de choque fiscal...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... e uma emergência, preocupação que o PAN acompanha, mas depois as medidas traduzem-se num ilusionismo fiscal.

Tendo em conta que os portugueses já vieram a sofrer, ao longo destes últimos três anos, com um aumento da inflação que não se traduziu numa verdadeira revisão dos escalões de IRS, gostaria de lhe perguntar muito diretamente — porque o PAN apresentou um programa de emergência fiscal para contribuir para este debate e para a solução — se o PSD está ou não disponível para efetivamente rever os escalões de IRS, acomodando inclusivamente a taxa de inflação.

Mas mais, como também há um caminho legislativo — e mesmo para concluir, Sr. Presidente —, não podemos falar em alteração fiscal e não falar em redução do IVA.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ai não?!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — E pergunto-lhe se, para as famílias, nomeadamente em relação ao apoio a quem tem animais de companhia, estão ou não disponíveis para baixar o IVA na alimentação e nos serviços médico-veterinários,...

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada. Já ficou claro.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... para garantirmos que os portugueses sentem um verdadeiro alívio fiscal e não um mero formigueiro, não fazendo, assim, do choque fiscal uma ilusão malabarista e perfeitamente dispensável.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Nuncio, que dispõe de 4 minutos.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro e restantes membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Neste debate, há duas questões que têm de ficar esclarecidas e clarificadas, sendo que uma tem a ver com a posição do Primeiro-Ministro e outra com a medida que já foi anunciada pelo Governo.

Começemos pelo Primeiro-Ministro. E a pergunta que se impõe é se o Primeiro-Ministro disse ou não disse sempre a verdade sobre a redução do IRS.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Não disse!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Alguns podem não ter entendido, outros podem não ter querido entender, mas a resposta simples é que o Primeiro-Ministro disse sempre a verdade sobre a redução do IRS.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

E essa verdade foi afirmada em quatro momentos diferentes: em agosto e setembro de 2023, quando o Primeiro-Ministro apresentou o plano de redução das taxas de IRS no valor de 1500 milhões de euros; a seguir, em outubro de 2023, depois de conhecida a proposta de Orçamento do Estado apresentada pelo Governo socialista, e em que o atual Primeiro-Ministro disse que se deveria ir mais longe; depois, quando se integrou essa proposta no Programa Eleitoral da Aliança Democrática, fazendo-se referência a 2023, em

termos comparativos; e, finalmente, quando se integrou totalmente a proposta do Programa Eleitoral para o Programa do Governo.

Concluindo, o Primeiro-Ministro de Portugal, o Primeiro-Ministro que lidera um Governo que o CDS integra e que apoia convictamente, disse sempre a verdade sobre a redução do IRS.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Governo vai precisamente aprovar a medida de redução do IRS que foi, pela primeira vez, apresentada e defendida pelo atual Primeiro-Ministro em agosto e setembro de 2023. Se isto não é prova de coerência, se isto não é prova de consistência, digam-me o que é a coerência e a consistência.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Por isso, o Governo deve ser saudado por esta medida de redução do IRS.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a segunda pergunta que se impõe neste debate é a de saber se a redução do IRS vai no sentido certo ou vai no sentido errado; se a redução de impostos e da carga fiscal vai no sentido certo ou vai no sentido errado; se o alívio fiscal das famílias portuguesas vai no sentido certo ou vai no sentido errado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E o CDS não tem dúvidas: a redução da carga fiscal, em particular do IRS, vai sempre no sentido certo. Por isso, o Governo deve ser saudado por esta medida de redução de impostos.

Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

Esta medida que é apresentada e que vai ser aprovada no próximo Conselho de Ministros é uma medida muito mais abrangente do que aquela que foi apresentada e aprovada pelo Governo socialista.

No Governo socialista, a redução era até ao 5.º escalão; com esta medida vai até ao 8.º escalão.

Protestos da Deputada do PS Jamila Madeira.

Isto significa, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que mais 513 famílias...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Número errado!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... beneficiarão de um alívio fiscal e que em particular as famílias que beneficiarão desse alívio fiscal serão famílias da classe média que têm rendimentos a partir dos 1500 € por mês.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Perguntam: gostaríamos que este alívio fiscal fosse mais longe? Claro que sim.

Por isso, esperamos pela apresentação do Governo relativa à redução do IRS Jovem, à isenção sobre os prémios de desempenho, à isenção sobre a poupança, à redução do IRC sobre as empresas e à isenção do IMT (imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis) na compra de casas pelos jovens.

Deixo uma última nota, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem 1 segundo.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O Governo está a cumprir o Programa, as famílias portuguesas verão o IRS aliviado já no ano de 2024.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Já ficou resolvido no início do ano! E por quem?!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Esta é uma boa notícia para os portugueses.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E o Governo deve ser saudado pela redução de impostos que está a concretizar.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — A Mesa não regista mais nenhuma inscrição. Nos termos regimentais, dou a palavra ao Partido Socialista, se quiser encerrar o debate.

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Governo tem de intervir!

O Sr. **Presidente**: — Inscreveu-se o Sr. Deputado Hugo Carneiro para uma intervenção em nome do PSD, dispondo de 3 minutos e 50 segundos. A seguir ao Sr. Deputado, o Governo fará uma intervenção também.
Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento os Srs. Membros do Governo, o Sr. Ministro e os Srs. Secretários de Estado, e cumprimento os Srs. Deputados.

Reconheço, em primeira mão, que não só o Governo está presente neste debate, como o próprio Ministério das Finanças, dentro do Governo, também está aqui presente, pela mão da Sr.^a Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E isto só acontece porque o nosso Ministro das Finanças está a representar o País numa reunião junto do FMI (Fundo Monetário Internacional).

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — É por videochamada!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Essa tem piada!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Se quisessem que Portugal ficasse mal perante as instituições internacionais, certamente faltariam aos compromissos que temos para com essas instituições.

É preciso fazer aqui uma resenha histórica sobre esta questão do IRS. Em agosto de 2023, o líder do PSD prometeu uma redução do IRS, que foi materializada neste Parlamento em setembro, e o Partido Socialista como é que votou? Votou contra. Em outubro, novembro, deste ano de 2023, voltámos a rerepresentar essa mesma medida, e como é que votou o PS? Votou contra.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Tal qual!

Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — No Orçamento do Estado para 2024, não indo tão longe quanto o PSD pretendia, o PS apresentou uma medida de redução do IRS que nós votámos a favor, Sr.^a Deputada Alexandra Leitão. O PSD votou a favor dessa redução!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — É para agradecer?!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas mais, a Sr.^a Deputada Alexandra Leitão disse aqui que reduziram a carga fiscal em 4,5 mil milhões de euros. É preciso repor os números tal qual eles são.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Os vossos?!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Na verdade, em oito anos, a carga fiscal, com o Partido Socialista, aumentou em 33 mil milhões de euros,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — ... à custa do bolso dos portugueses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos de Deputados do PS.

Mesmo se considerarmos só a receita em IRS, a receita em IRS aumentou mais de 5 mil milhões também nesses oito anos.

É preciso conhecer os números e dizer a verdade aos portugueses. E a verdade que a AD disse — quer durante as eleições, quer depois o Governo, propondo-o no programa eleitoral — é que ia fazer uma redução do IRS, e é isso que vai acontecer no dia 24 deste mês,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Vai! Vai!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — ... se os partidos desta Casa votarem a favor.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É que vejo tanta contestação à redução do IRS que beneficia aos portugueses que fico na dúvida se verdadeiramente os outros partidos querem reduzir o IRS.

A Sr.^a **Andreia Neto** (PSD): — Se calhar, não querem!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E era importante que cada um destes partidos aqui dissesse se vai votar a favor da medida do Governo, neste Parlamento, no dia 24 de abril.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Quanto àquilo que a AD propôs, isso é claro, no programa eleitoral os números estão cá, foi dita a verdade aos portugueses. A redução era face a 2023 no que diz respeito ao IRS,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Já está mais otimista?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — ... mas os senhores esquecem-se da redução do IRS Jovem, esquecem-se da redução ou eliminação do IMT ou do imposto de selo na compra da primeira habitação, esquecem-se da redução do IRS e esquecem-se da grande reforma fiscal que o Governo da AD vai fazer neste País e que vai envergonhar o PS, que, durante oito anos, foi incapaz de fazer qualquer reforma.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Só palavras! Só promessas!

O Sr. **Presidente**: — O Governo está inscrito neste ponto do debate. Dou a palavra ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Pedro Duarte, para uma intervenção, sendo que tem um tempo disponível máximo de 6 minutos.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Pedro Duarte): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Este debate é um embuste. É um embuste porque resulta de uma tática, utilizada por quem anunciou que o tempo das táticas tinha acabado.

Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

E a tática é a de transformar a descida dos impostos, uma notícia que é boa para os portugueses, numa notícia má.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem! Não é ser sério!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — A notícia boa é que, face a 2023, os portugueses terão uma descida no IRS no valor de 1500 milhões de euros.

Protestos de Deputados do PS.

A notícia boa é que, em muitos casos, os portugueses terão a segunda descida de IRS no mesmo ano, alargando-se agora esta redução de impostos à classe média que está nos 6.º, 7.º e 8.º escalões.

A notícia boa é que uma parte dessa descida de IRS será antecipada já para este ano, e essa boa notícia só existe porque a AD ganhou as eleições...

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

... e porque está, precisamente, a cumprir de forma rigorosa aquilo que prometeu na campanha eleitoral.

Prometemos um alívio fiscal, com sentido de responsabilidade. Nunca falámos em choque fiscal, precisamente porque respeitamos o equilíbrio orçamental.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Falaram, falaram!

O Deputado do PSD Hugo Carneiro exibiu uma notícia.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — A nossa proposta, sempre a mesma proposta, é antiga: apresentámo-la, em agosto do ano passado, no Pontal; propusemo-la no Parlamento, em setembro, tendo sido chumbada pela maioria absoluta socialista;...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... voltámos a propô-la na discussão do Orçamento do Estado, em novembro, tendo voltado a ser chumbada pela mesma maioria.

Já este ano, no Programa Eleitoral da AD, escrevemos «redução do IRS até ao 8.º escalão, através da redução de taxas marginais entre 0,5 e até 3 pontos percentuais, face a 2023, com maior enfoque na classe média»; mais tarde, no Programa do Governo, escrevemos «redução do IRS para os contribuintes até ao 8.º escalão, através da redução das taxas marginais entre 0,5 e 3 pontos percentuais, face a 2023, com enfoque na classe média»; no debate do Programa do Governo, há uns dias, nesta Câmara, o Primeiro-Ministro disse na sua intervenção, e passo a citar, que «aprovaremos na próxima semana [...]», e será, de facto, nesta semana, «[...] uma proposta de lei que vai perfazer[...]» — sublinho, perfazer! — «[...] uma diminuição global de cerca de 1500 milhões de euros nos impostos do trabalho dos portugueses, face ao ano passado, especialmente sentida na classe média».

Sr. Presidente, Srs. Deputados, prometemos uma redução de IRS de 1500 milhões de euros. Não nos enganámos no valor, não mentimos, não fizemos de conta.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Incrível!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Ou, se quiser, Sr. Deputado André Ventura, prometemos 3000 milhões de euros, se somarmos o IRS Jovem e as isenções dos prémios de produtividade equivalentes a um 15.º mês.

Aplausos do PSD.

Risos da Deputada do PS Isabel Alves Moreira.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — É cristalino!

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Está escrito!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Não nos enganámos, nem enganámos os portugueses. Não é, portanto, correto o que disse a Deputada Mariana Mortágua. O Governo não mentiu aos jornalistas, a nenhum.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Eles não acham isso!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Na manhã de sexta-feira, só um jornal — repito, só um jornal! — escreveu que a redução dos 1500 milhões de euros iria somar-se aos 1191 milhões de euros, sabemos hoje o valor exato, inscritos no Orçamento do Estado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Fica bem aos Srs. Deputados defender o jornalismo. Fica-nos bem a todos, mas temos de defender todos os jornais que disseram a verdade e não o único jornal que errou e, por ter errado, inventou que a culpa é dos outros.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Habituem-se!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Também não quebrámos uma relação de confiança com o País, como disse a Deputada Alexandra Leitão. Pelo contrário, ao cumprir o que prometemos, reforçámos a nossa relação de confiança com o País.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sim, sim!...

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Estamos ainda no início, é verdade, mas já estamos a fazer o que dissemos que iríamos fazer.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Governo da AD está a propor, e vai continuar a propor, uma descida de impostos sobre o trabalho. Fazemo-lo porque queremos valorizar o trabalho, dar valor ao trabalho, porque queremos mais justiça e mais coesão social, porque queremos premiar quem se esforça, quem produz, quem trabalha neste país.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — A verdade, como demonstra este primeiro mês da Legislatura, é que, agora que a AD está no Governo, os impostos estão a descer,...

Risos de Deputados do PS.

... e vão continuar a descer.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Isso!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Alguns nesta Câmara acharão que é pouco, acharão que a redução é pequena. Para esses, diria que há uma boa solução: votem favoravelmente não só esta mas também as próximas descidas de impostos, porque é isso que nós continuamos a propor.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro tem dois pedidos de esclarecimento, um do Sr. Deputado Miguel Cabrita e outro da Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Miguel Cabrita, por 2 minutos.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, este debate de urgência justifica-se por uma situação grave que foi aqui reiterada: é que não há segunda oportunidade para causar uma primeira boa impressão, e essa, lamento dizê-lo, o Governo desperdiçou-a. E voltou a desperdiçá-la hoje, quando estive em silêncio, quase todo o debate, sem responder a qualquer esclarecimento.

Aplausos do PS.

O Governo começou com um logro.

Protestos da Deputada do PSD Sónia Ramos.

A semântica é irrelevante, pode chamar-lhe truque, artil, manipulação, embuste, ilusão, engano. Pode chamar-lhe o que quiser, o facto é que as pessoas, todas as pessoas, se sentiram enganadas e ludibriadas. E não é possível pretender que não foi deliberado, porque esta não era uma entre centenas de medidas de um programa eleitoral, era uma peça central da plataforma política da AD. Foi dito, repetido e reiterado por todos os responsáveis da AD, pelo agora Primeiro-Ministro, pelo agora Ministro das Finanças, por todos os responsáveis,...

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Uma mentira dita muitas vezes não se torna verdade!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — ... e, portanto, está ferida a credibilidade e está ferida a seriedade do Governo.

Em matéria fiscal, a AD tinha duas grandes propostas. A primeira, um choque fiscal, uma redução fiscal alargada para as famílias, em sede de IRS; para todos, mas, evidentemente, a somar àquela que já estava feita pelo Governo do PS.

A segunda, a de que o PSD mudara de posição e a prioridade já não eram a descida de IRC e de impostos sobre as empresas, mas sim os impostos sobre os rendimentos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Tal qual!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — E, afinal, há um logro. Afinal, em relação a 2023 — algo que já estava em vigor —, dos 1500 milhões de euros prometidos sobram pouco mais de 170 milhões, e só para os escalões de rendimento mais elevados, porque para os outros já estava em vigor. E isto também quer dizer que o PSD não mudou de hierarquia de prioridades, porque a parte esmagadora da redução fiscal vai mesmo ser para as grandes empresas.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Bem lembrado!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não diga isso!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Ora, este logro tem um histórico. Durão Barroso prometeu um choque fiscal, mas, chegado ao Governo, disse que o País estava de tanga e subiu os impostos. Passos Coelho jurou que não cortaria salários e pensões, mas afinal cortou, quis tornar os cortes definitivos e ainda aumentou colossalmente os impostos. E agora isto: o Governo diz que não mentiu, que toda a gente interpretou mal, que toda a gente percebeu mal. Que arrogância do Governo!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Estudasses!

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Para concluir, Sr. Presidente, queria perguntar ao Governo e ao Sr. Ministro — quando todos os comentadores, todos os observadores, mesmo os afetos à direita, dizem que se sentiram enganados; quando a questão foi aqui feita, no Parlamento, e não houve resposta — se vai ou não assumir que houve um logro. Vai ou não pedir desculpa? Não ao Partido Socialista, mas ao País.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tivemos mais uma inscrição, dado que tinha tempo disponível, do Sr. Deputado Hugo Soares.

Portanto, tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, que dispõe de 1 minuto e 25 segundos.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, os jogos de semântica não o vão livrar das responsabilidades, porque, de facto, toda a campanha eleitoral do PSD foi assente numa promessa, a promessa de um choque fiscal no IRS, que o Governo anunciou, prometeu, escreveu e quantificou numa tabela quando escreveu que eram 2000 milhões de euros para a redução das taxas marginais do IRS. E deixou que jornais e televisões reproduzissem essa ideia, vezes e vezes sem conta.

E não foi só o *Expresso*, Sr. Ministro, foram todos. Qualquer pessoa que lesse os jornais, o que retirava dali é que ia haver uma reforma do IRS de 2000 milhões de euros, ou de 1500 já neste ano.

Escreveu, disse, fingiu. E só um esforço monumental de contenção do Deputado André Ventura para defender o PSD pode chamar a isto «uma pequena verdade». Não é uma pequena verdade, é uma mentira!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Exatamente!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ora desculpem lá!...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Foi contada uma mentira ao País, da qual agora tentam fugir com jogos de semântica. E a pergunta é simples: achavam que não se ia perceber? O Governo achou que compensava? Achou que quando chegasse a eleições ia ser uma polémica, mas as polémicas passam rápido, as eleições já estão ganhas e ninguém mais se vai lembrar do que se passou?

Não acho que seja o caso, porque há duas certezas que ficam. A primeira certeza é esta: a descida generalizada do IRS é uma mentira, é o truque dos truques. Esse é o cartão de visita do PSD. O engano ficou-vos colado à pele e não se vai soltar.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E a segunda certeza, Sr. Presidente, é que o único choque fiscal do PSD é uma brutal redução do IRC das grandes empresas, das empresas milionárias.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Exatamente!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — É só esse o choque fiscal do PSD.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, tentarei ser breve.

Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, por muitas vezes que se queira aqui dizer aquilo que não corresponde à verdade, não é por isso que vai passar a ser verdade.

O Sr. Ministro foi tranquilo, foi sereno a tentar explicar aquilo que muitos, efetivamente, não querem perceber. Mas eu queria fazer-lhe uma pergunta, Sr. Ministro. Acusam o Governo de ter criado um logro, uma mentira, uma falácia — enfim, um conjunto de epítetos que não têm mesmo fim! — e a minha pergunta, para que os portugueses, lá fora, consigam perceber o que está aqui a acontecer, é esta: ó Sr. Ministro, o que é que o Governo ganhava em enganar, em criar um logro,...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — As eleições!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... uma mentira, na semana passada,...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não foi na semana passada!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... para aprovar na próxima sexta-feira uma medida diferente da que tinha vindo aqui anunciar?

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Foi no programa eleitoral!

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, está feita a pergunta.

O Governo dispõe de 23 segundos para, de forma sintética, austera, poder responder.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, de forma telegráfica, diria que, ao ouvir o Sr. Deputado Miguel Cabrita dizer que os portugueses foram enganados, ainda pensei que fosse um *mea culpa*, finalmente.

Aplausos do PSD.

Recordo que o líder do Partido Socialista, há seis meses, na estreia no seu comentário televisivo à época, se mostrava contra a descida de impostos que era aprovada pelo Governo do Partido Socialista de António Costa e de Fernando Medina.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Bem lembrado!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Passados três meses, entrámos em campanha eleitoral e passou a defender a descida de impostos. Passaram mais uns dias e, agora, parece que já acha que é pouco aquilo que este Governo está a propor, que é muito mais do que aquilo que o Governo do Partido Socialista aprovou em sede de Orçamento do Estado.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tem de terminar, se faz favor.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Vou terminar, Sr. Presidente, telegraficamente.

Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, vejo que está muito preocupada com o que lê nos jornais e o que ouve dos comentadores. Sugiro que, da próxima vez, leia os documentos.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Esta é a sua tabela!

A Deputada do BE Mariana Mortágua exibiu um documento.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Talvez assim perceba que nós dissemos sempre a mesma coisa.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Lemos este documento!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — O que está aí é o que estamos aqui a dizer, nós não enganamos ninguém. Nós sabemos o que estamos a dizer, com rigor, não atiramos atoardas para o ar sem ter qualquer sustentação.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Por fim, Sr. Deputado Hugo Soares, é, de facto, extraordinário. Este é, provavelmente, o primeiro Governo que está a ser atacado pelas oposições...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Por mentir!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... porque vem aqui cumprir exatamente aquilo que prometeu, exatamente aquilo que escreveu em todos os documentos que apresentou aos portugueses.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — É uma grande diferença. Para nós está a verdade em primeiro lugar, está o rigor e está, principalmente, o interesse dos portugueses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para encerrar o debate, vou dar a palavra ao Sr. Deputado António Mendonça Mendes, com a tolerância habitual. Dispõe de 2 minutos e 10 segundos, acrescidos da tolerância habitual, que é de 15 segundos.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Aquilo que fica claro de todo este debate é que não houve clareza nenhuma, nem por parte da AD durante a campanha eleitoral, nem do Governo durante a apresentação do programa eleitoral.

Aplausos do PS.

À ilusão criada na campanha eleitoral seguiu-se a ilusão desmascarada no Programa do Governo, e por isso voltemos à realidade. E a realidade é a de saber qual é o rumo da política fiscal da AD.

O rumo da política fiscal da AD fica muito claro com o fim desta ilusão, porque, ao contrário daquilo que nos dizia o atual Ministro da Presidência, não há uma redução em IRS que seja o dobro da que há em IRC. Essa ideia, passada na campanha eleitoral, é falsa. A política fiscal da AD é aquilo de sempre na direita: dar mais a quem não precisa.

Vamos começar pelo IRS. Aquilo que a AD e o Governo nos têm vendido nos últimos tempos é que vamos voltar àquela que foi a proposta dos impostos: baixar já. Essa proposta do IRS é muito curiosa, como é muito curiosa a proposta do IRS Jovem, porque aqueles que ganham 1000 € por mês tiveram um ganho, com a redução aprovada pelo PS, de 181 €. Se aprovássemos a proposta da AD, teriam um agravamento de 3 € nos seus impostos.

Aplausos do PS.

Quem ganha 1500 € por mês teve um desagravamento, com a proposta do PS, de 436 €.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — O vosso líder era contra!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Se a proposta original da AD for apresentada, tem um agravamento de 42 € face ao desagravamento que foi feito.

Aplausos do PS.

Mas, por outro lado, para aqueles que ganham 5000 € e que já têm um desagravamento de 833 €, aquilo que a AD propõe é dar-lhes um desagravamento adicional de 517 € para terem um desagravamento de 1350 €.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Isso é mau?!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — É sempre o mesmo, sempre a dar aos mais ricos.

E no IRS Jovem? No IRS Jovem, o que é que nos estão a propor? Estão a propor-nos que quem ganha 1000 €, e que hoje paga zero, passe a pagar, no primeiro ano, 217 €,...

Aplausos do PS.

... que os jovens que ganham 1500 € e que, no primeiro ano, pagam zero, passem a pagar 724 €.

Aplausos de Deputados do PS.

Protestos do CH e do CDS-PP.

Pelo contrário, um jovem que ganhe 5000 € por mês, e que poupava com o IRS Jovem 6747 €, passa a poupar o dobro: 13 826 €.

Aplausos do PS.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Quem é que fez essas contas?!

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — É sempre o mesmo, sempre a desagrar naqueles que menos precisam.

É por isso, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que o que fica claro de todo este debate, para além da mentira do Governo, é uma coisa muito clara: o Governo quer descer os impostos às empresas, às grandes empresas, e não vai descer os impostos às famílias.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Alexandra Leitão, deseja usar da palavra para que efeito?

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Sr. Presidente, era só para dizer que, por um lado, o Governo não respondeu às minhas perguntas; por outro lado, para pedir a distribuição — porque foi aqui falado num único meio de comunicação social — de outros textos, outros artigos de outros jornais, com o mesmo conteúdo, que diziam sensivelmente a mesma coisa.

Aplausos do PS.

O Sr. **André Ventura** (CH): — E vocês podiam distribuir essas contas que apresentaram, para todos vermos!

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, quando recebermos, faremos a distribuição. Convém não se esquecer de nos enviar para fazermos a distribuição.

Vamos, então, passar ao segundo ponto da ordem de trabalhos, que são as declarações políticas.

Provavelmente, o Sr. Ministro não vai continuar entre nós. Muito obrigado pela presença. Agradeço, cordialmente, a presença do Governo. Bom trabalho.

Para as declarações políticas, a primeira inscrição é do Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, do Partido Social Democrata, que dispõe de 6 minutos para a sua intervenção.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: «Estamos a cumprir. Vamos conseguir. Está tudo bem.» Esta foi, em síntese, a narrativa que o Governo do Partido Socialista adotou para o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), mas igualmente válida para outros fundos europeus.

Nos últimos anos, o coro de críticas, dúvidas, reservas, preocupações em torno da execução do PRR, vindas de todo o lado — do Sr. Presidente da República, do Tribunal de Contas, da Confederação Empresarial de Portugal, do Fórum para a Competitividade, do Conselho das Finanças Públicas, da Unidade Técnica de Apoio Orçamental, do Sr. Governador do Banco de Portugal e até da Comissão Nacional de Acompanhamento, bem como da própria Comissão Europeia —, esbarraram todas, todas, sem exceção, na narrativa: «Estamos a cumprir, vamos conseguir e está tudo bem.»

Não, Sr. Presidente! Não, Sr.^{as} e Srs. Deputados! Não está tudo bem. Não está tudo bem nem no Portugal 2020, nem no Portugal 2030, nem no PRR.

No Portugal 2020, que muitos erradamente julgavam encerrado, subsistem 500 milhões de euros de despesas para pagar do fundo de coesão e 600 milhões de euros destinados à agricultura, a executar até ao final de 2025, valores a que acrescem 60 milhões de euros de candidaturas que se encontram por validar.

Já no Portugal 2030, o atraso na sua execução é um facto tão óbvio, tão óbvio, tão óbvio, que rigorosamente ninguém o pode desmentir. Mais de um ano depois do seu início, falta executar cerca de 99,5 %. Eu repito: cerca de 99,5 %.

No COMPETE 2030, dos mais de 3600 milhões de euros de valor de investimentos candidatados, apenas estão aprovados uns irrisórios 72 milhões de euros. É mau demais!

Tudo isto decorre, desde logo, porque o anterior Governo não foi capaz de aprovar todos os regulamentos exigíveis, de fazer cumprir os calendários anunciados para os diferentes concursos nem de construir um mecanismo de análise de candidaturas com prazos minimamente aceitáveis.

Tudo isto é deveras preocupante, mas é o retrato de gestão de um programa que simplesmente paralisa o investimento de que o País precisa e que o País reclama.

E o que dizer do PRR, o desafio dos desafios, estrategicamente falando? Há 713 milhões de euros há vários meses retidos em Bruxelas na sequência da apresentação do terceiro e do quarto pedidos de pagamento, por não estarem cumpridas as medidas contratadas. O quinto pedido de pagamento já podia ser uma realidade se o anterior Governo tivesse sido diligente. Infelizmente, não foi. Já passou mais de metade do tempo disponível para a execução do PRR, mas a sua taxa de execução está incompreensivelmente nos 20 %.

Num país a carecer de transformações rápidas e profundas, para as quais o PRR é um instrumento estrutural e determinante, este é um balanço medíocre.

Temos de recuperar as verbas retidas pelas autoridades europeias. Temos de formalizar o quanto antes o acesso à quinta tranche. Teremos de recuperar o significativo atraso na sua execução. Esta tem de ser uma prioridade nacional. Esta é uma prioridade nacional para o atual Governo, que quer criar condições para apresentar o pedido de libertação, nos próximos 60 dias, dos 713 milhões de euros retidos; apresentar, nos próximos 90 dias, o quinto pedido de pagamento, o que implica assinar, com os municípios em falta, os necessários acordos de descentralização de competências; aprovar dois decretos-leis atinentes à organização da Administração Pública; e apresentar ao Parlamento uma proposta de lei conducente ao desenvolvimento do mercado de capitais.

Mas o Governo quer ir mais além. Quer, e bem, reforçar os mecanismos de transparência, determinando a publicação obrigatória, na imprensa nacional e local, dos apoios concedidos. Quer, e bem, reforçar os meios de combate à fraude e à corrupção na aplicação dos fundos europeus,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — ... reforçando em 60 % o número de inspetores especializados neste combate, cujo despacho conjunto que determina a abertura dos concursos, ademais, já está assinado.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Ora, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Parlamento não pode ficar de fora deste esforço de intensificação dos mecanismos de escrutínio. Neste contexto, cumpre anunciar à Câmara que os grupos parlamentares do Partido Social Democrata e do CDS-PP irão apresentar uma proposta com vista à criação de uma comissão eventual parlamentar para acompanhar a implementação, a execução e a fiscalização política do PRR e do Portugal 2030.

O Parlamento tem o dever de garantir que as execuções destes programas cumprem os objetivos que lhe estão subjacentes; que a alocação dos fundos é feita de forma transparente; que o País pode executar depressa, mas executar bem. Esta é uma responsabilidade de todos e exige o envolvimento de todos os partidos políticos representados na Assembleia da República. A criação de uma comissão parlamentar eventual de acompanhamento é, indiscutivelmente, o meio mais ajustado a esse fim — assim o que queiram também as demais forças políticas.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, nunca será de mais recordar que Portugal não pode desperdiçar 1 € nem pode dar-se ao luxo de não conseguir executar depressa e executar bem os fundos europeus.

Os portugueses, por certo, não nos perdoariam.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, agradeço, como membro da Mesa, ter sido rigoroso nos 6 minutos que foram despendidos. É possível cumprir o tempo!

O Sr. Deputado tem oito pedidos de esclarecimento. Presumo que responde dois a dois...

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Respondo a grupos de quatro, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, Sr. Deputado. Portanto, terá 3 minutos, em cada um dos momentos, para responder aos pedidos de esclarecimento.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, da IL, para um pedido de esclarecimento. Tem 2 minutos.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado, só neste século, Portugal recebeu cerca de 60 mil milhões de euros em fundos europeus. Vamos pensar nisto: 60 mil milhões de euros.

Nós andamos aqui a discutir mais 200, mais 300, mais 1500, mas, quando somamos tudo aquilo que Portugal recebeu da União Europeia, temos 60 mil milhões de euros. Por isso é que nos aflige muito quando a discussão que temos em torno dos fundos europeus é sempre a mesma — Vamos gastar? Como é que vamos gastar? Quão depressa é que vamos conseguir gastar todo este dinheiro que recebemos da União Europeia? —, quando a verdadeira conversa que deveríamos ter era: quando é que vamos deixar de ser dependentes do dinheiro da União Europeia?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Quando é que nós, enquanto país, vamos conseguir, com orgulho, dizer: «Nós conseguimos desenvolver-nos ao ponto de não precisarmos dos fundos da União Europeia»? Só vamos conseguir isso no dia em que formos capazes de os utilizar, não à pressa, não tentando gastar o mais possível, mas pensando como é que podemos gastar bem para que, no futuro, não precisemos de voltar a receber fundos europeus.

Protestos da Deputada do BE Isabel Pires.

Portanto, a minha questão é muito clara: irá o PSD, irá o Governo, apoiar uma medida que garanta que, desta vez, há uma avaliação efetiva da forma como os fundos são gastos, do retorno que cada fundo tem, do retorno que cada empresa, cada organismo que recebe fundos europeus tem? Porque o objetivo de receber fundos europeus deveria ser, para nós, o de não voltarmos a precisar desses fundos europeus. Claramente, nesse objetivo específico, Portugal tem falhado.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Dou a palavra ao Sr. Deputado Filipe Melo, do Grupo Parlamentar do partido Chega. Tem 2 minutos.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, eu acompanho o rol de críticas que o Sr. Deputado fez ao Partido Socialista. Realmente, a execução e a gestão dos fundos europeus não foi má, foi péssima. Mas eu pergunto ao Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira e à

bancada do PSD: como é que vocês querem fazer melhor se, no Programa do Governo, têm uma folha — uma folha! — sobre fundos europeus?

O orador exibiu o documento que mencionou.

É esta a importância que os senhores dão aos fundos europeus, com uma folha no Programa do Governo? Esta era a primeira questão.

Quanto à segunda questão, sendo que, no vosso Programa, nas poucas linhas em que falam dos fundos europeus, falam na dinamização das empresas com esses mesmos fundos, explique-me, Sr. Deputado — se houver explicação —, porque é que vocês retiraram este dossiê tão importante da Comissão de Economia, que tinha uma subcomissão destinada ao acompanhamento destes fundos, e passaram-no para a coesão territorial. Ou seja, estão a alinhar no mesmo princípio do PS,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — ... segundo o qual as verbas dos fundos europeus são para a Administração Pública e não para as empresas privadas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem lembrado!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Deputado, se era isso, vocês tinham de dizer ao que vinham e não andarem a fazer este golpe de teatro, que não passa disso mesmo.

Aplausos do CH.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Pergunte ao Dr. Pedro Pinto! Pergunte ao Dr. Pedro Pinto!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Deputado, hoje está muito irrequieto. Deixe-me acabar, depois terá tempo para responder, se quiser.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É por ser de Braga!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Deputado, há outra questão que lhe queria fazer. Falou — e bem, e bem! — no enorme atraso na execução destes fundos. Sabemos que o PRR termina em dezembro de 2026 e que não vai ser prorrogado o prazo. E vocês, no último parágrafo, no último de três,...

Risos do CH.

... dizem: «dar prioridade à capacitação dos gestores». Ora bem, vocês, com o pouco tempo que têm, querem dar formação aos gestores, querem escolas de negócios, querem programas formativos feitos à medida. Ora bem, em 2027, estamos prontos a começar a implementar o que vai acabar em 2026.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Deputado, é isto que vocês têm para apresentar ao País?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Fazenda, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, bom, nós assistimos hoje, aqui, a uma declaração política que cria um cenário que não tem qualquer adesão à realidade, porque isso é desmentido por aqueles que são os factos, os números e os estudos das instituições europeias.

Portugal tem estado bem na execução dos fundos europeus. E vamos a factos. No Portugal 2020, o que acontece é que Portugal garantiu a plena absorção dos fundos europeus e o cumprimento das metas e dos objetivos. Isso é claro e basta uma simples consulta da Agência para o Desenvolvimento e Coesão para verificar que essa plena absorção dos fundos europeus no Portugal 2020 está garantida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Então não está!

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Quanto ao PRR, também aqui foi dito que está muito atrasado, que está em atraso a execução. A verdade é que, também neste caso, não há uma adesão à realidade. A verdade é que se diz que está muito atrasado e que até é dos piores desempenhos. Ora, basta uma simples consulta à imprensa para verificar que, no PRR, Portugal é o 6.º país da União Europeia com mais verbas arrecadadas e o 4.º na execução.

O orador exibiu cópia de uma notícia.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Isso ninguém vê! Preciso dos teus óculos!

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Mas para quem não possa ler imprensa, teremos todo o gosto em fornecer também estes dados, que nos dizem que Portugal é o 4.º país,...

O orador exibiu um gráfico.

Vozes do CH: — Daqui não se vê nada!

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Mas distribuiremos, Srs. Deputados, para fazerem uma leitura atenta, que demonstra claramente que Portugal é o 4.º país com maior execução dos fundos europeus no PRR.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Estatísticas!

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Isso diz bem da capacidade de execução do País.

Relativamente ao quarto tipo de pagamento, o Sr. Deputado sabe a quantos países entregaram o quarto tipo de pagamento? A quatro países, incluindo Portugal! Recomendo-lhe uma leitura atenta.

E sabe quantos entregaram o quinto pedido de pagamento? Um, Itália! E, agora, cabe a Portugal apresentar. O Governo português deixou o trabalho de casa feito e só espera, agora, que o PSD, o Governo da AD, execute e avance com a legislação que deixou pronta para se poder avançar e continuarmos na liderança de execução do PRR, porque é isso que as instituições europeias nos revelam.

Relativamente ao Portugal 2030, a verdade é a seguinte: já foram lançados mais de 350 avisos, mais de 5 mil milhões de euros foram lançados, foram pagos 400 milhões de euros, o que significa uma execução — ao contrário do que foi dito por VV. Ex.^{as} — de 0,5 % a uma execução de 1,8 %, o que compara bem com os 2 % do início do Portugal 2020,...

O Sr. **Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — ... que era também o Governo da direita que estava na frente.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Portanto, para terminar, Sr. Presidente,...

O Sr. **Presidente**: — Para terminar, Sr. Deputado!

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — ... a execução está demonstrada por factos, por números e por estudos.

Só tenho uma pergunta para lhe fazer também: o Sr. Deputado Filipe Melo disse que há uma folha sobre os fundos europeus no Programa do Governo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço-lhe que termine.

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Concluo já, Sr. Presidente.

Mas a verdade é que temos as CCDR (Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional), que são as autoridades de gestão dos fundos europeus, e não há uma única referência às CCDR, que gerem cerca de 40 % dos fundos europeus no Portugal 2030. Ora, como é que se explica essa ausência das CCDR, que são mecanismos importantíssimos?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, a Sr. Deputada Isabel Pires, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Isabel Pires** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, Sr. Deputado João Paulo Oliveira,...

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Jorge!

A Sr.^a **Isabel Pires** (BE): — Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, peço desculpa.

Relativamente ao tema que aqui nos trouxe, PRR, fundos europeus, queria focar-me nas propostas que aqui indicou, que o Partido Social-Democrata e o CDS já hoje também anunciaram, nomeadamente de uma comissão que saia da Comissão de Economia e passe para Comissão da Coesão Territorial e que possa fazer um acompanhamento de fiscalização sobre a execução do PRR.

Da parte do Bloco de Esquerda, nunca nos opusemos a nenhum processo de fiscalização, eles são sempre muito relevantes. Mas exatamente por causa dessa fiscalização, queria colocar-lhe uma questão que, na verdade, começa em 2021. O Sr. Deputado já cá estava e recorda-se, com certeza, como eu, do debate que aqui tivemos sobre a alteração ao Código dos Contratos Públicos e os alertas que o Tribunal de Contas, já na altura, tinha feito, tendo apresentado várias propostas à Assembleia da República para que se voltasse atrás em relação a muitas dessas alterações, porque colocavam riscos, não só de violação da Constituição, de violação de regras europeias, mas, também, de violação de regras básicas de transparência.

No entanto, acabou por ser criado um mecanismo especial, medidas especiais de contratação pública. O Tribunal de Contas tem vindo, ao longo do tempo, a colocar alertas sobre isso que foi, na verdade, aprovado com os votos a favor do PS, mas com a abstenção do PSD, exatamente para responder à pressa, digamos assim, que o PRR incutia na sua execução.

Portanto, podemos falar sempre da execução, até porque, cronicamente, sabemos que, qualquer que seja o Governo, há atrasos de execução de fundos europeus. O que nos preocupa, aqui, é a fiscalização daquilo que o Tribunal de Contas nos veio alertar, em 2021, e de que, desde então, nunca mais se falou, que tem que ver exatamente com as normas de transparência que foram retiradas da contratação pública.

Portanto, gostava de questionar o Sr. Deputado sobre se isso faz parte, de facto, das preocupações do Partido Social Democrata,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Muito bem!

A Sr.^a **Isabel Pires** (BE): — ... porque fez referência, na sua intervenção, ao reforço de mecanismos de transparência, a mais meios de combate à fraude. No entanto, não sabemos se o PSD, que, na altura, se absteve na votação das alterações ao Código dos Contratos Públicos, está neste momento disponível para

voltar atrás e para olhar para as propostas do Tribunal de Contas, que pedem, efetivamente, essa transparência.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para responder aos pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, por 3 minutos.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, agradeço a pergunta que me colocou e gostaria de lhe dizer que, sim, estamos apostados na execução do PRR. Estamos apostados em executar depressa, mas executar bem. Porque essa é que é a questão que tem de se colocar neste momento.

É evidente que a discussão conceptual sobre o que era o melhor PRR para o País é uma discussão que já foi feita lá atrás. Já fizemos esse debate. Mas a nossa aposta, neste momento — sem desprimor, eventualmente, de uma abertura, de uma oportunidade para uma discussão desse tipo numa reprogramação —, não pode deixar de ser a de executar, executar bem, criar mecanismos de transparência e de fiscalização.

E é exatamente isso que o Governo está a fazer e que eu tive a oportunidade de elencar.

Sr. Deputado Filipe Melo, julgo que não ouviu corretamente a minha intervenção. Aliás, questionou-me até que ponto é que o Partido Social Democrata e o Governo serão capazes de levar por diante aqueles que são os seus propósitos. Se tivesse ouvido com a atenção devida a minha intervenção, ter-se-ia apercebido que o PSD e o Governo estão apostados, desde logo, em recuperar os 713 milhões de euros que estão retidos em Bruxelas, no prazo de 60 dias, pedir o pagamento da quinta tranche a que temos direito no PRR.

Depois, insurgiu-se contra a mudança da comissão competente, que passou da Comissão de Economia para a 13.^a Comissão, mas eu não vejo motivos para esse «insurgimento» por parte do Chega,...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Eu expliquei!

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — ... porque, inclusivamente, o que estamos a propor é, nem mais nem menos, do que a criação de uma comissão eventual para acompanhar o PRR e outros fundos.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Para quê?!

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Para quê? Para aumentar a fiscalização, para aumentar os processos de transparência e para responsabilizar, como não podia deixar de ser, o próprio Parlamento.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Não é necessário!

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Deputado Nuno Fazenda, reparo que sobre o PT 2020 não retomou a narrativa do Sr. Deputado Carlos Pereira, que dizia aqui, na semana passada, que este era um programa completamente encerrado, cuja execução era de 100 %. Reparo que o Partido Socialista mudou da narrativa.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Mais uma cambalhota!

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Menos mal, menos mal!

E depois, Sr. Deputado, eu lamento, e julgo que os portugueses também lamentam, que o Partido Socialista esteja feliz e contente com uma taxa de execução de cerca de 0,5 % do Portugal 2030 — 0,5 %, Sr. Deputado!

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Não é verdade!

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Eu acho absolutamente inacreditável, e os portugueses, por certo, também acharão, que o Partido Socialista fique feliz e contente por ter uma taxa de execução do PRR, a meio da execução do programa, de apenas 20 %. Apenas 20 %!

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Não é verdade!

Neste momento, o Deputado do PS Nuno Fazenda exibiu o recorte de notícia que tinha exibido na sua intervenção.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Deputado, não vale a pena mostrar desenhos, gráficos, que não correspondam à verdade. Mais importante do que os gráficos que o Partido Socialista tanto gosta de apresentar é, de facto, a execução, e aqui os senhores são uma nulidade.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado!

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Vou terminar, peço desculpa, Sr. Presidente.

Sr.^a Deputada Isabel Pires, a nossa preocupação é no reforço dos meios de fiscalização e transparência. Não tenho tempo para voltar a repeti-los, mas estamos apostados nesse processo, o Governo está apostado nesse processo.

Registo com agrado que o Bloco de Esquerda acompanha a criação de uma comissão eventual para o acompanhamento dos fundos europeus.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Não se pode elogiar ninguém quanto ao tempo!

Risos.

Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP, por 2 minutos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, o Sr. Deputado teve oportunidade de dizer, e é verdade, que o CDS e o PSD subscrevem a criação da comissão eventual, que é exatamente a forma de dar protagonismo a esta fiscalização parlamentar da execução dos fundos comunitários.

Discutirmos em que comissão ordinária está a matéria e ignorarmos que estamos a propor a criação de uma comissão eventual é, obviamente, fugir àquilo que é essencial neste momento.

Mas queria colocar-lhe duas questões muito concretas, que têm que ver, exatamente, com a diferença entre a execução estatística e a execução real.

Tivemos, durante anos, governos especialistas em execução estatística...

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Ora!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... e continuámos a ter as empresas a queixarem-se sempre do mesmo: que o dinheiro não chegava e que, quando chegava, chegava tarde.

Portanto, as duas medidas de que lhe queria falar são muito simples. Calendarização: não adianta nada ter um calendário de avisos se esse calendário não for cumprido. Portanto, considera, ou não, que a previsibilidade é essencial para que as empresas se preparem para poder beneficiar deste tipo de instrumentos e que isso só acontece se, efetivamente, o calendário de avisos não se limitar a existir, mas for cumprido?

Segunda questão: prazo para decisão e análise de candidaturas. Uma empresa que programa um investimento, se tiver uma tesouraria folgada — não é, infelizmente, a realidade da esmagadora maioria das

empresas —, pode ficar seis meses, oito meses ou um ano à espera de uma decisão para saber se vai, ou não, concretizar um investimento, ou pode até começar o investimento sem saber se vai receber esse apoio.

A esmagadora maioria das empresas portuguesas não tem condições para isso e, quando faz uma candidatura, precisa de ter a decisão para concretizar, ou não, o investimento. Se essa decisão vier fora de tempo, já não conseguirá fazê-lo.

Portanto, o que lhe pergunto é se com duas alterações simples — previsibilidade e celeridade —, podemos, ou não, melhorar muito a realidade das empresas que esperam este tipo de apoios.

O Sr. **Presidente**: — Para formular um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Grupo Parlamentar do Livre, por 2 minutos.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caros Concidadãos das galerias, Caras e Caros Colegas, Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, eu bem sei que acabámos de ouvir aqui, há pouco, o Governo a explicar-nos a todos — estranha forma de governar em minoria — que somos todos maus entendedores, que nos custa a todos perceber o que o Governo diz, que é muito difícil ler o programa do PSD. Aliás, o PSD também lê melhor, e a AD, os programas dos outros partidos, porque o Governo é que deve escolher as medidas que temos nos nossos programas. Se calhar não entendemos bem as nossas próprias medidas.

Mas, tal como aqueles 1500 milhões de euros — nós ouvimos aqui o Sr. Primeiro-Ministro, na apresentação do Programa do Governo, em que, em geral, o Governo fala das consequências das suas medidas, não inclui as consequências do Governo passado —, o Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira também vem aqui com uma proposta, a grande proposta, aliás, que é a criação de uma comissão eventual para o acompanhamento do PRR, que era — devo concordar com o Sr. Deputado Filipe Melo, é uma estreia! — aquilo que já fazíamos no mandato passado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Milagre! Estás a aprender alguma coisa!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Acho, aliás, que o nosso colega Nuno Fazenda teve a elegância de não mencionar que ele era o presidente dessa comissão.

Risos.

Portanto, não há novidade nenhuma, mas aceito. Da parte do Livre, podemos já dizer: repto aceite. Mas lançamos-lhe um outro, que é, aliás, muito mais importante, não para discutir o tempo em que, como diz o Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, deixaremos de ter fundos europeus, porque isso não existe exatamente — a Alemanha tem fundos europeus, os Países Baixos têm fundos europeus, são fundos que têm taxas de cofinanciamento muito mais altas —, e para nos prepararmos para esse dia, em que uma União Europeia alargada não nos permita ter acesso aos fundos de coesão como temos agora, talvez nem os Açores o tenham, temos de começar a preparar-nos.

O repto que lhe lanço é: em primeiro lugar, incluir no processo orçamental um compromisso de equidade de investimento, aqui dialogado, deliberado no Parlamento, todos os primeiros semestres do ano, para saber como é que se utiliza o tal superávite, que é fruto do sacrifício de todas e de todos nós.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Em segundo lugar, com isto termino, Sr. Presidente, que seja criado um fundo estratégico, para poder ter o cofinanciamento dos tais fundos muito mais interessantes e reprodutivos que têm os países mais ricos da Europa, e para o qual nos devemos preparar, reinventando a nossa economia.

Sobre isso não ouvi uma palavra, mas estou confiante de que agora vou ouvir.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, agradeço o tema que aqui trouxe, mas há uma pergunta que se impõe. De facto, Portugal não pode desperdiçar um único cêntimo que venha da União Europeia. Nós não estamos numa realidade, como ouvimos ainda há pouco a Iniciativa Liberal dizer, em que nos possamos dar ao luxo de pensar apenas no país que queremos, não dependente destes fundos comunitários, mas, tendo em conta o quadro europeu, é fundamental que não haja um desperdício de fundos, para promovermos o progresso do País.

É sobre a dimensão ambiental que eu gostaria de o questionar, porque, quando olhamos para os mapas de *Excel* da execução destes fundos, de facto, eles não espelham uma realidade em que haja uma execução clara destes valores.

Falamos de mais de 11 mil milhões de euros só para a descarbonização dos transportes públicos, mas não houve um único cêntimo investido neste domínio. Falamos de 319 milhões de euros para a Agenda Verde para a Inovação Empresarial, mas, mais uma vez, houve 0 € investidos. Dos 50 milhões de euros para o apoio ao desenvolvimento na indústria ecológica, houve 0 € pagos. Quando olhamos para o mar, ele é também o parente pobre neste investimento, e não foi investido um único cêntimo, tão-pouco sequer nas pescas, para tornar as mesmas mais sustentáveis. Pior: quando falamos no combate aos grandes incêndios, não houve sequer uma execução. Estamos a falar de apenas cerca de 9 % do valor investido, no que diz respeito à prevenção dos incêndios, e de 40 milhões de euros que poderiam ter sido utilizados para a alocação de meios, mas tão-pouco houve uma maior execução.

Por isso, mais do que uma comissão de acompanhamento — com a qual concordamos, não estando em causa essa medida —, aquilo que se impõe é saber que visão é que o PSD e o Governo vão ter para a execução destes fundos, porque é fundamental que não haja mais uma oportunidade perdida para Portugal, porque poderá sair muito caro ao País não estarmos a apostar na economia verde e na transição ecológica de que precisamos.

Ainda recentemente, vimos o que foi bater à porta de países como o Dubai: as alterações climáticas e o efeito devastador que podem ter. Se Portugal não preparar o seu território e não o tornar mais resiliente, certamente estaremos não só a desperdiçar fundos, como também a pôr em causa a nossa economia e o desenvolvimento sustentável do País.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Alfredo Maia, do Partido Comunista Português, tem a palavra, para um pedido de esclarecimento de 2 minutos.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, os fundos comunitários e o PRR, os quadros futuros e as capacidades para executar os investimentos são questões que devem ser respondidas. Além de se saber se os fundos são aplicados onde se definiu, é importante discutir para quê e a quem servem.

De nada servem comissões e subcomissões que se limitem a verificar o que está à vista, que são os grandes grupos económicos, as grandes empresas e as multinacionais, que, direta ou indiretamente, «levam a parte do leão».

A propaganda da bazuca e da solidariedade europeia, que o trio PS, PSD e CDS faz há décadas, é enganadora. É falsa a ideia de que a União Europeia nos dê seja o que for.

Cada escudo e cada euro que entrou no nosso País foi e é pago «a peso de ouro», com o agravar dos nossos défices estruturais e com a destruição do nosso aparelho produtivo — problemas que se agravam, quando os dinheiros do PRR só vêm se o Governo aprofundar a política neoliberal da União Europeia, com os tais marcos e metas que nos trouxeram até aqui e que amarram o País à dependência e à submissão ao estrangeiro.

Sr. Deputado, mais do que saber se o PS deixou a execução em «velocidade de cruzeiro» ou se o PSD e o CDS a apanharam «a passo de caracol», o que realmente importa é saber: como é que se vai resolver o problema da execução? Como é que vamos recuperar os atrasos e garantir as condições para aplicar os investimentos? Como vai o País pagar a fatura, quando Bruxelas nos apresentar as contas? E, já agora, como

vai o País lidar com os níveis ridículos de investimento público que o Programa do Governo e o Programa de Estabilidade confirmam que é para agravar ainda mais? O investimento público e os salários vão continuar a ser as variáveis de ajustamento? O que é que pensa o PSD sobre isso?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira. Dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado João Almeida, de facto, de pouco vale termos avisos publicados, se depois não lhes damos a devida divulgação. Daí a medida de obrigatoriedade de publicitação de todos os avisos de concursos na imprensa nacional e na imprensa local.

De pouco vale calendarizarmos os concursos, se depois não cumprimos essa mesma calendarização.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — E esse é um ponto essencial, que nós verificámos que não está a ser cumprido.

De pouco vale abrir concursos, se depois o prazo de avaliação e de análise das candidaturas leva 8, 9, 10, 11 e 12 meses, Sr. Deputado Nuno Fazenda. Não há economia que resista, não há empresário que espere tanto tempo, por um período tão longo de análise.

É preciso reduzir esses prazos e a proposta é que esse tempo médio de análise não ultrapasse nunca os 60 dias.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Deputado Rui Tavares e Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, falaram novamente, e bem, da comissão eventual de acompanhamento dos fundos europeus.

Queria aproveitar para deixar duas notas sobre a importância desta comissão eventual, que é muito superior a outras soluções por que podíamos optar, como, por exemplo, uma subcomissão, como já aconteceu no passado.

A diferença aqui é assinalável: de facto, com uma comissão eventual e não com uma subcomissão, com certeza, damos uma maior dignificação ao debate subjacente, ao objeto dessa comissão parlamentar. Com uma comissão parlamentar, conferimos o poder deliberativo próprio de que uma subcomissão não dispõe. Com uma comissão parlamentar de acompanhamento, temos maior autonomia de funcionamento, que não temos, seguramente, numa subcomissão.

A Sr.^a **Isabel Pires** (BE): — O problema é o trabalho que for feito, não é a comissão!

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Portanto, acreditamos que, de facto, este é o expediente mais ajustado à função do Parlamento, à sua obrigação, à sua responsabilidade — porque esta é uma responsabilidade não só do Governo, mas também do Parlamento e de todas as forças políticas —, para que os fundos europeus sejam bem executados.

A Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real deu aqui vários exemplos de rúbricas do PRR que têm taxa de execução zero, e já passámos mais de metade da vigência desta programação. É, de facto, uma análise necessariamente muito depreciativa daquilo que tem sido a execução do PRR.

Sr. Deputado Alfredo Maia, não sei se se opõe ou não à criação da comissão. Espero que o Partido Comunista a aproveite.

De facto, esta comissão tem a capacidade de fazermos esse acompanhamento eficaz que o PRR e todos os fundos comunitários exigem, e o Parlamento cumprirá seguramente o seu papel, se formos capazes de,

através dessa comissão, fazer aquilo que tem de ser feito, que é também nós acompanharmos, monitorizarmos e fiscalizarmos.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração política, dou a palavra à Sr.^a Deputada Marina Gonçalves, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Dispõe de 6 minutos, com a tolerância habitual.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Passaram três semanas de uma nova Legislatura. Passaram três semanas de discussão de logótipos, de um programa marcado pela falta de diálogo, camuflada de aproximação a medidas escolhidas a dedo,...

Vozes do PSD: — Oh!

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — ... e de um compromisso imediato com a classe média, que, afinal, não é mais do que um acréscimo seis vezes inferior àquilo que o Governo apresentou, que o Parlamento, na Legislatura passada, aprovou e que, em janeiro de 2024, estava já refletido na vida das famílias portuguesas.

Aplausos do PS.

Protestos de Deputados do PSD.

Passaram três semanas de promessas de estabilidade e de diálogo, que ao Parlamento ainda não chegaram.

Não é possível dialogar sem diálogo. Num Parlamento com uma responsabilidade acrescida e com um Governo de minoria, que precisa de gerar consensos e compromissos, exige-se a humildade que tanto anunciam, mas não praticam. É preciso acabar com os truques de que tanto falam, mas a que já habituaram o País.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, este Governo começa mal. E nem falo da prioridade do dia 1, de mudar o logótipo do Governo. Falo mesmo da prioridade política, assumida aqui perante os Deputados e já hoje discutida, de baixar o IRS da classe média, com um impacto de 3000 milhões de euros. Já aqui discutimos, durante a tarde, o significado do anúncio aqui feito, que apresentaram aos portugueses.

Bem sabemos que nenhum de nós percebeu o que estava nas entrelinhas, alguns de nós no Hemiciclo até duvidaram, mas apenas o PSD e o CDS sabiam o que significava. Bem sabemos que, para o PSD e o CDS, o povo, o Parlamento, a comunicação social, todos, todos, todos estavam desatentos ao que efetivamente estava a ser apresentado.

Mas sejamos claros: em vésperas de conhecermos a proposta aprovada em Conselho de Ministros, que será discutida neste Parlamento, depois de mais de uma hora de discussão sobre este tema, nesta Casa, podemos, com clareza, concluir o exercício que aqui foi feito.

O Governo PSD/CDS «dá o dito por não dito», apropriando-se agora de uma reforma fiscal que não foi por eles proposta e que, aliás, mereceu a sua oposição, na votação do Orçamento do Estado.

O Governo PSD/CDS apresentou, no seu programa eleitoral e agora no seu Programa do Governo, uma reforma fiscal imediata no IRS de 200 milhões de euros, deixando para os próximos anos medidas adicionais que priorizaram, que estão no Programa, mas que não são apresentadas imediatamente e não têm efeitos imediatos nos mais jovens.

O PSD, que, na voz do atual Ministro da Presidência, referiu em janeiro — e cito — que «para que não existam dúvidas, desde já, sobre as prioridades, a redução em IRS é mais do dobro da redução de carga fiscal e de impostos em IRC», hoje deixa claro, para que não existam dúvidas — e agora as palavras são minhas —, que a redução da carga fiscal apresentada é seis vezes inferior à que foi feita pelo Partido Socialista no Orçamento do Estado de 2024 e muito inferior aos 1500 milhões de euros em sede de IRC.

Aplausos do PS.

Nós compreendemos a opção política, mas não compreendemos a forma como a AD e o Governo fizeram de um compromisso que não era maioritariamente seu a sua bandeira eleitoral e a sua bandeira governativa, para que no final — e pegando nas palavras de Miranda Sarmiento em 2021, que também não são minhas — a redução fiscal tivesse um impacto marginal.

Porque é que não disseram logo? Porque é que não foram claros? Porque é que não disseram que a medida que apresentaram custava 200 milhões de euros? Porquê a opacidade? Porquê o truque? Nós só usamos estas palavras porque efetivamente é isto que está em causa na proposta que apresentaram.

Porque é que não foram claros com todos, na discussão daquelas que são efetivamente as nossas prioridades para o País?

Mas falemos de outros assuntos. Tivemos agora aqui um debate sobre os fundos comunitários. Ouvimos o PSD falar, ou a querer falar, do PT 2020, mas não referindo que o PT 2020 tem uma taxa de execução de 100 %.

Aplausos do PS.

Ouvimos o PSD falar também do PRR, dos 22,2 mil milhões de euros que estão em execução, e os senhores — como, aliás, estamos habituados —, sempre que aprovam medidas como a do IRS ou inauguram obras, querem assumi-las, desde já, como vossas.

Risos do Deputado do PSD Alexandre Poço.

Discutimos um PRR que representará um crescimento do PIB de 2 % a 3,5 %; um PRR que, lá fora, é dado como exemplo, mas que aqui, nesta Câmara, o PSD teima em denegrir e desconsiderar.

Bem sabemos que, daqui a um mês, seis meses, um ano, estarão a inaugurar obras e a apresentar medidas que dirão que só vocês conseguiram concretizar, mas sabemos quem definiu as prioridades, sabemos quem executou e sabemos que, sim, o PRR vai ser executado até 2026, apesar da mudança de Governo.

Mas falemos de um terceiro assunto, que será discutido com mais pormenor nas próximas semanas: o Programa de Estabilidade.

Apresentou-se um Programa de Estabilidade e, mais uma vez, fica pouco claro qual é o objetivo do Governo e, mais uma vez, temos efetivamente de densificar este debate.

Falamos agora de um excedente de 0,3 %, quando ainda não estão incorporadas as políticas do Governo neste Programa de Estabilidade. É a base em que assentam os próximos meses.

Os 0,8 % desapareceram do Programa de Estabilidade, sem estas medidas, e afinal ficamos sem saber quais são os objetivos e de que medidas é que vamos abdicar, para que este Programa de Estabilidade tenha depois a sua execução prática nos próximos meses, com as medidas que aqui discutimos e que aqui pareceram prioridade do Governo.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Para nós, era importante que ficasse claro — isto já aqui foi perguntado, no debate anterior — qual é efetivamente o valor orçamental das medidas que são apresentadas. Está já incluído o valor das medidas em curso, como se fez com o IRS? É por isso que há aqui uma redefinição do Programa de Estabilidade?

Era importante percebermos. Era importante verdadeiramente discutirmos, sendo o diálogo tão importante, hoje com uma relevância acrescida no Parlamento, e percebermos o que é que este Programa de Estabilidade traz, o que é que representa para a execução das medidas que, repito, não estão ainda incluídas neste Programa de Estabilidade.

Srs. Deputados, numa Legislatura com um papel fundamental do Parlamento, a humildade obriga-nos a discutir soluções, sem truques e sem meias-verdades. É preciso que esta Câmara mostre essa disponibilidade também para poder fazer essa discussão de forma séria, com medidas concretas.

O Partido Socialista já definiu as suas prioridades e apresentará as mesmas para uma discussão alargada no Parlamento: reforçar a redução do IVA da eletricidade; reforçar as deduções de IRS nas despesas com habitação; reduzir portagens nas ex-SCUT (sem custos para o utilizador); alargar o apoio ao alojamento estudantil; excluir os rendimentos dos filhos para o acesso ao complemento solidário para idosos; e, a par destas matérias a apresentar no Parlamento, ser parte ativa na discussão e valorização da Administração Pública.

São compromissos com a população, é essa a nossa responsabilidade e deve ser mesmo esse o foco político do Parlamento: debater e aprovar medidas que efetivamente continuem a responder à realidade e às prioridades do País.

Aplausos do PS.

Entretanto, assumiu a presidência a Vice-Presidente Teresa Morais.

A Sr.^a **Presidente**: — A Sr.^a Deputada tem quatro pedidos de esclarecimento.

Para formular o primeiro, dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Pinto, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Marina Gonçalves, há uma coisa que sabemos: é que este Governo do PSD/CDS falhou aos portugueses.

Este Governo ocultou a baixa do IRS, não dizendo aos portugueses que era apenas de 200 milhões de euros. Isso é um facto consumado, e é consumado porque a direita, em Portugal, particularmente os Governos do PSD/CDS, tem sempre este defeito: tentam ocultar a verdade aos portugueses.

Era só dizer, no programa eleitoral, «a verdade é esta», e não em letras pequeninas, porque utilizaram a tática do Partido Socialista.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Exatamente!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E isso é o pior que a direita pode fazer aos portugueses: é enganar como engana a esquerda.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não é verdade!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E lá em casa, os portugueses dizem isto: «Afinal, são todos iguais!»

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Transparência!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas não, não são todos iguais, tem de haver transparência na classe política. Foi isso que falhou a este Governo. E é a única coisa, Sr.^a Deputada, em que nós estamos de acordo.

Aplausos do CH.

Falou, Sr.^a Deputada, como se não tivesse tido nada a ver com o Governo anterior, mas teve muito a ver: foi Ministra da Habitação e foi secretária de Estado do atual líder do seu partido, do Partido Socialista.

Que legado deixaram aos portugueses? Deixaram quatro milhões no limiar da pobreza e a área da saúde de tal forma, que as pessoas morrem à porta dos hospitais — as macas, agora, não estão nos corredores, estão nas garagens dos hospitais. Foi esse o legado que vocês deixaram.

Há falta de oficiais de justiça, falta de condições nos tribunais portugueses, falta de condições nas esquadras portuguesas.

Agora, Sr.^a Deputada — ia dizer Sr.^a Ministra! —, disse um facto novo: disse que vão reduzir as portagens nas ex-SCUT. Repare bem que, em quatro dias, já houve uma mentira entre Pedro Nuno Santos e a Deputada Marina Gonçalves: é que Pedro Nuno Santos disse ali, daquela tribuna, que iam eliminar as portagens nas ex-SCUT e, agora, a Sr.^a Deputada disse que vão reduzir as portagens nas ex-SCUT.

Aplausos do CH.

Sr.^a Deputada, isso já é faltar à verdade aos portugueses, é fazer a tática do PSD. E é por isso que o PSD e o PS governaram durante 50 anos e deixaram o País como está, com as pessoas na miséria, com as pessoas a quererem uma qualidade de vida melhor e não a terem.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado, peço-lhe para terminar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vocês, PSD e Partido Socialista, são iguais, Sr.^a Deputada.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — A Sr.^a Deputada Marina Gonçalves informou a Mesa de que responderá aos pedidos de esclarecimento dois a dois.

Portanto, dou a palavra à Sr.^a Deputada Mariana Leitão, da Iniciativa Liberal, para um pedido de esclarecimento.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Marina Gonçalves, há uma coisa que se constata agora, mas que não é novidade: o Partido Socialista, sempre que os portugueses o tiram do poder, inicia um processo de oposição desresponsabilizando-se completamente pelo estado a que o País chegou.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Foi assim em 2011, quando tivemos a intervenção da troica por causa da irresponsabilidade da governação socialista, e agora, oito anos depois de governarem o País — os últimos dois em maioria absoluta —, voltam à oposição com um discurso como se o Partido Socialista nunca tivesse estado no Governo.

O Partido Socialista, enquanto lá esteve, enquanto esteve no Governo, conseguiu prometer tudo e mais alguma coisa e pouco ou nada cumprir. Conseguiu, inclusivamente, promover acontecimentos extraordinários. Vou tentar elencar aqui alguns, tendo apenas 2 minutos para tal, o que é manifestamente curto.

Fizeram promessas sucessivas de médico de família para todos, sendo que mais de 1 milhão e 600 mil portugueses ainda estão à espera de um.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — É verdade!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Fizeram promessas sucessivas de que iam resolver os problemas do Serviço Nacional de Saúde na «próxima segunda-feira», da qual ainda estamos à espera.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Na habitação, entre 2017 e 2019, prometeram 31 500 novas casas e 12 000 novas residências universitárias: muitas promessas, poucas casas, ou praticamente nenhuma.

Houve escândalos no Ministério da Defesa, escândalos no Ministério das Infraestruturas, com cenas de pancadaria, demissões, indemnizações milionárias, entre outras coisas.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Pela primeira vez na história da democracia portuguesa, fizeram-se buscas na residência do Primeiro-Ministro, onde foram encontrados 55 800 € em notas, escondidos num determinado gabinete.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É normal!...

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Posto isto, sendo que estes são apenas alguns exemplos do extensivo rol de acontecimentos que marcaram a última governação, a minha pergunta, Sr.^a Deputada, aproveitando que vários dos protagonistas do Governo anterior estão na sua bancada, é a seguinte: que moral tem o Partido Socialista para vir exigir dos outros aquilo que ele próprio nunca conseguiu fazer?

Aplausos da IL.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Marina Gonçalves, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Pinto, nós apresentamo-nos certamente de forma muito diferente nesta Câmara. Há objetivos, obviamente partilhados à direita, que nós não partilhamos, isso é certo, e temos a nossa responsabilidade. Mas há uma coisa que lhe posso dizer: o Partido Socialista, no papel de oposição que tem hoje nesta Câmara, continuará a apresentar medidas para continuar a priorizar e resolver os problemas dos portugueses. É esse o compromisso que temos.

Sr. Deputado, não nos ouvirá a fazer apenas bastante demagogia nas nossas posições, sem dizer na verdade ao que vamos nem quais são as nossas propostas. Mas já lá vou às portagens!

Portanto, Sr. Deputado, da nossa parte, terá certamente sempre medidas com responsabilidade para resolver os problemas dos portugueses. É essa a nossa prioridade, sempre foi e assim será agora também, como principal partido da oposição.

Relativamente às portagens, Sr. Deputado, relembro — o exercício histórico, às vezes, também é importante — que as portagens e as ex-SCUT foram reduzidas em 60 %, ao longo dos últimos anos.

Para que não haja nenhum equívoco — para truques já tivemos o suficiente durante o dia de hoje —, para não haver mais nenhum truque,...

A Sr.^a **Maria Begonha** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — ... foi muito claro o que o Secretário-Geral, o Deputado Pedro Nuno Santos, disse nesta bancada sobre portagens, e que é replicado por mim. E, se disse «reduzir», é isentar, eliminar portagens.

A Sr.^a **Maria Begonha** (PS): — Pronto, está tudo bem agora!

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Posso-lhe dizer, para que não fique nenhum...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É truque!

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Truque? Não é nenhum truque!

Eu sei que discutimos o IRS há pouco e que ainda estão muito embrenhados nesse debate, mas, para que fique claro, é exatamente a mesma coisa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é bem igual!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Podiam tê-lo feito antes! Porquê só agora?!

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Eu corrijo a palavra: vamos eliminar as portagens nas ex-SCUT. Está corrigida a palavra, para que não fique nenhuma dúvida sobre o que fizemos e para que não fique nenhuma

dúvida de que esta é uma continuidade das reduções que foram sendo feitas nas portagens, ao longo dos últimos anos.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Porquê só agora?!

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Sr.^a Deputada Mariana Leitão, esse é sempre um exercício bastante interessante: sempre que o Partido Socialista agora faz uma intervenção de oposição ao Governo, temos aqui a muleta do Governo PSD/CDS-PP a gastar pelo menos parte, ou a maior parte da sua intervenção a falar do passado e não daquilo que pretendem para o futuro.

Protestos de Deputados do PSD.

Sr.^a Deputada, para que não fiquem dúvidas sobre aquilo que dissemos, o PRR, que estava a ser executado pelo Partido Socialista, é algo para nós importante, é algo de que vamos sempre falar e é algo que queremos executar até 2026.

Vozes do PSD: — Porque é que não executaram?!

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Queremos ser parte do trabalho que estava em curso, porque é fundamental para os portugueses, seja em qualquer uma das dimensões que estão em execução.

Repito aquilo que disse na minha intervenção: sei bem que, daqui a um ano, as casas estão feitas,...

Risos do PSD.

... o alojamento estudantil está feito,...

A Sr.^a **Maria Begonha** (PS): — Vai ser uma festa!

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — ... as medidas fiscais vão ser aprovadas em 60 dias e será tudo obra e magia de um Governo que em 60 dias fez tudo!

Sr.^a Deputada, nós cá estamos para continuar a dizer a verdade sobre um trabalho que se fez, que se continua a fazer, e sobre a importância do PRR e dos fundos comunitários, obviamente como complemento do investimento nacional. Estes fundos são importantes para a visão do País que defendemos e continuaremos a defender.

Por isso, Sr.^a Deputada, da nossa parte, aquilo que terá são medidas concretas. Continuaremos a avançar com medidas concretas naquilo que achamos ser um modelo necessário e importante para o País e a prioridade das pessoas. É essa a nossa prioridade, sem demagogia, sem populismo. Esse não é o nosso papel, por isso, apresentamos medidas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Se quiserem discutir o passado, nós cá estaremos para discutir medidas para o futuro.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para um novo pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Emídio Guerreiro, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Marina Gonçalves, torna-se evidente, depois de perceber que metade da sua intervenção é a repetição do debate de urgência, que o Partido Socialista já sabia que o debate de urgência que promoveu ia correr mal e, por isso,

agendou, claramente, logo uma segunda volta para o tentar corrigir. Mas nem assim, Sr.^a Deputada, na minha opinião, foi de facto capaz disso, porque o que se nota é que o Partido Socialista está amuado, está aborrecido, não gostou de sair do poder.

Risos das Deputadas do PS Maria Begonha e Marina Gonçalves.

É uma coisa impressionante! Ao ouvi-la, ainda pensei que iríamos ter aqui um reconhecimento do falhanço perante os portugueses e que pedissem desculpa aos portugueses, porque governaram oito anos com claro insucesso.

Aplausos do PSD.

Mas não! Não o fizeram!

Os portugueses deram-vos uma maioria absoluta há pouco mais de dois anos, uma maioria absoluta que vocês foram incompetentes a executar. Pura e simplesmente, desbarataram essa maioria absoluta. Porquê? Porque foram incompetentes, foram incapazes de cumprir aquilo com que se comprometeram.

Depois, também constato isto: este Governo está em funções há pouco mais de duas semanas; o PS, agora na oposição, exige que o PSD, em duas semanas, faça aquilo que o PS não fez em oito anos.

Aplausos do PSD.

É uma coisa verdadeiramente inacreditável!

Sr.^a Deputada e Srs. Deputados do PS, é a vida, vão ter de se habituar. Como dizia o vosso antigo líder, «habituem-se!», porque os portugueses colocaram-vos na oposição. Habituem-se, na oposição.

Queria deixar-vos aqui um repto: exerçam esse novo papel na oposição, mas façam-no de forma coerente e positiva, e não desta forma, a exigir ao fim de duas semanas tudo aquilo que os senhores não foram capazes de fazer em oito anos.

Vão ver o Programa do PSD e da AD, que está a ser cumprido, que vai ser cumprido ao longo dos próximos tempos, e vamos fazer aquilo que vocês não fizeram.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Com medidas!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Vamos resolver os problemas que vocês criaram com os professores, vamos resolver os problemas que vocês criaram com as forças de segurança,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — ... vamos resolver os problemas que vocês criaram com os funcionários judiciais, na saúde e, vejam bem, até vamos resolver os problemas que vocês não foram capazes de resolver na habitação.

Aplausos do PSD.

Portanto, Sr.^a Deputada, a pergunta que lhe deixo é esta: o Partido Socialista vai continuar triste e amuado, revoltado por os portugueses lhe terem tirado o poder, ou vai ajudar a cumprir Portugal?

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Marina Gonçalves, gostaria de começar por fazer uma referência: pela sua intervenção, registamos que o Partido Socialista se procurou distanciar do Partido Social Democrata, do Governo, do PSD e do CDS, das suas opções.

A primeira pergunta que me ocorre é a seguinte: no Partido Socialista, já estão arrependidos de não terem acompanhado o PCP na moção de rejeição ao Programa do Governo? Já estão arrependidos de terem viabilizado este Programa do Governo?

A verdade é que o Governo PSD/CDS iniciou funções há pouco tempo e começou logo por procurar encontrar pretextos para fugir aos compromissos que assumiu. Soubemos agora, mais recentemente, que foge à verdade, engana os portugueses, e aquilo que anunciou em relação ao IRS não corresponde à verdade.

Ficou claro no debate do Programa do Governo, quer pelo que contém, quer pelo que omite, que se trata de um programa de retrocesso que, por aquilo que avança, em termos de opções, levará ao agravamento das condições de vida. É um programa que prossegue baixos salários, baixas pensões, que opta pela transferência das funções sociais do Estado para os grupos privados, que contém privatizações, favorecimento dos grupos económicos.

Mas, no momento da verdade, confrontado aqui com a possibilidade de rejeitar esse Programa, o Partido Socialista deu a mão para prosseguir a política de direita. Esta é, de facto, uma grande contradição, porque quem rejeita estas opções só teria uma hipótese, que era rejeitar este Programa, impedir que todas estas opções fossem implementadas para agravar ainda mais as condições de vida das pessoas.

Por isso, retorno à pergunta: já se arrependem de terem viabilizado o Programa do Governo?

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Havia um outro pedido de esclarecimento registado pela Mesa que não foi há pouco anunciado, da Sr.^a Deputada Joana Mortágua, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Atrasou-se. É o costume!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr.^a Deputada, tem a palavra, para um pedido de esclarecimento.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Marina Gonçalves, isto de facto é um padrão, não é? Tínhamos visto o anúncio das pensões que, afinal, não era bem o que era, e a promessa do salário mínimo que passou de promessa a objetivo. A pior delas todas é, de facto, o choque fiscal.

Chama-se a isto «jogar o barro à parede»; ver se cola, insinuar uma ideia, deixar que ela se espalhe, prometer, anunciar, quando ela é publicada — e é publicada de forma que se sabe que não é verdade — não a desmentir e quando se é perguntado sobre se a interpretação que se está a fazer é correta, não clarificar.

É evidente que o Governo tentou enganar o País com o choque fiscal do IRS e com isso tentou — tentou não, conseguiu! — uma mudança de paradigma na relação institucional, porque a maior parte dos Governos o que dizem ao Parlamento, o que dizem às oposições, o que dizem ao País é: «confiem em mim, confiem em mim!»

Ora, este Governo, perante uma oposição que deu um sinal de boa-fé ao confiar nas suas promessas e nos seus anúncios, o que disse foi: «Vocês são parvos! Então, vocês não têm competência para perceber que eu estava a mentir? Então, vocês não têm competência para perceber que eu estava a fazer-vos de parvos?»

Isto significa uma nova relação institucional, em que o que o Governo nos diz é: «desconfiem de mim!» E assim será, assim faremos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Exatamente!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Ou seja, desconfiaremos de todas as promessas, porque, aliás, o que parece é que o PSD fugirá a cada uma delas.

Mas não pense o Partido Socialista que também pode vir a este debate, qual Fénix renascida, a achar que não devemos também desconfiar do renascimento de quem no passado negou aquilo que hoje promete...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — ... — e já nem falo das SCUT, falo de muitas outras matérias.

Portanto, no final das contas, perante a falta de transparência no Governo, restará à oposição e também ao Partido Socialista clarificar com quem é que quer estar: se quer estar do lado do PSD e do choque fiscal, que apenas é bom para as grandes empresas, ou se vai acompanhar a oposição de esquerda, nomeadamente no aumento do salário mínimo, no aumento do salário médio em Portugal e em tantas outras medidas contra as quais votou quando era Governo, mas de que agora, subitamente, já é a favor.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder a estes três pedidos de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Marina Gonçalves, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Emídio Guerreiro, devemos ter ficado com perceções muito diferentes do que aconteceu no debate que tivemos no início deste plenário.

Voltei ao tema porque as dúvidas, os truques, os embustes iniciais continuam a manter-se, Sr. Deputado.

Aplausos do PS.

É por isso que trazemos o tema novamente. E não somos só nós que o dizemos. Eu sei, eu repeti ali algo que vocês estão sempre a referir: só nós é que não tínhamos percebido... Aliás, ao contrário, só o PSD é que tinha percebido e mais ninguém tinha, alguns tinham dúvidas, outros nem sequer perceberam...!

Sr. Deputado, há que ter um bocadinho de humildade quando olhamos para todo mundo e o mundo nos diz que estamos errados, que, afinal, nós estamos a ir em contramão, mas nós continuamos a achar que estamos bem!

Sr. Deputado, continua a não haver qualquer clareza sobre a proposta do PSD e do CDS-PP — que, certamente, conheceremos quando tivermos a proposta concreta para falar sobre ela— e já é tarde para haver a clareza que era exigida no momento da apresentação de um programa, pois continuamos sem saber porque é que o PSD e o CDS não disseram com clareza qual era o valor da sua reforma. É que isso está por esclarecer.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Não é verdade!

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Se, efetivamente, a nossa reforma era seis vezes superior à vossa reforma, se para vocês não era importante explicar porque é que consideraram como vossa uma reforma que não era vossa, mas que vocês apresentaram — e, já agora contra a qual votaram —, porque é que a colocaram no nosso programa?! Porque é que não disseram ao que vinham? Porque é que não falaram com clareza?

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Não é verdade!

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Nós apresentamos as nossas medidas com clareza e divergimos ou convergimos, aqui, neste plenário, sempre e continuaremos a fazê-lo. Aliás, já aqui apresentámos medidas e, certamente, vamos divergir em muitas delas, mas não foi esse o exercício que aqui foi feito.

Há muito por esclarecer, como aqui foi dito, daí trazermos novamente ao debate este assunto e, enquanto não houver clareza, continuaremos a trazer esta matéria ao Parlamento.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Pronto, não quer ser esclarecida!

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Quanto aos consensos, Sr. Deputado, se, efetivamente, estamos aqui com a responsabilidade de melhorar a vida dos portugueses, se olhamos para as pessoas e dizemos que é esse o nosso objetivo, então, Sr. Deputado,...

Protestos do Deputado do PSD Emídio Guerreiro.

... nessas matérias de consenso — e há matérias em que todos os grupos parlamentares têm medidas em concreto para áreas em concreto que são consensuais ou, aparentemente, consensuais —, não temos a responsabilidade e a legitimidade para, em 60 dias (e os 60 dias não são meus, foi o Primeiro-Ministro que o disse ainda em campanha eleitoral), podermos em conjunto encontrar soluções? Não é essa a nossa responsabilidade? Não é essa a humildade com que devemos olhar para os portugueses e dizer: «sim, há matérias onde há consenso e, sim, devemos avançar num Parlamento onde não há maioria?» Não é essa a responsabilidade que devia ter? Não era essa a humildade que devia ter, Sr. Deputado? Acho que seria essa a humildade que devia ter.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — De todos!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Tivessem aprovado as nossas medidas!

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Sr.^a Deputada Paula Santos, já fomos muito claros sobre a questão sobre o Programa do Governo e a moção de rejeição.

O Partido Socialista, quer no primeiro plenário com a eleição do Presidente da Assembleia da República, quer com o Programa do Governo, entende que, institucionalmente, deve dar condições para que o Governo, constituído pela coligação mais votada, possa apresentar as suas medidas.

Esses atos estão concretizados e, agora obviamente que o Partido Socialista, como disse desde o primeiro momento, terá o papel fundamental de ser o principal partido da oposição e apresentará as suas medidas e convergirá e divergirá nas suas linhas de ação política...

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Peço-lhe para terminar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Portanto, a nossa posição foi clara e continua a ser clara sobre o momento e sobre o motivo pelo qual votámos as moções de rejeição, em concreto, apresentadas pelo PCP e pelo Bloco de Esquerda, mas também sobre a nossa posição para o futuro e repito aquilo que já dissemos no passado.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr.^a Deputada, peço-lhe o favor de terminar.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Só uma última nota relativamente à Sr.^a Deputada Joana Mortágua: convergimos na avaliação das dúvidas sobre a reforma fiscal. Sr.^a Deputada, aquilo que o Partido Socialista sempre fez e continuará a fazer, como aqui disse, é continuar a apresentar medidas...

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem mesmo de terminar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — ... para concretizar as prioridades dos portugueses.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma declaração política tem a palavra o Sr. Deputado Henrique de Freitas, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Peço a palavra, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Peço o favor à bancada do Grupo Parlamentar do Chega de esclarecer a finalidade do seu pedido de palavra, porque tinha registada aqui a inscrição do Sr. Deputado Henrique de Freitas para uma declaração política.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr.^a Presidente, haverá, certamente, um equívoco, porque a declaração política será feita pelo Sr. Deputado Nuno Simões de Melo.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Não era essa a informação que a Mesa tinha, mas vamos emendar. Tem, então, a palavra para uma declaração política, o Sr. Deputado Nuno Simões de Melo.

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: «Este Reino é obra de soldados» — escreve Mouzinho de Albuquerque na *Carta ao Príncipe Real, D. Luís Filipe de Bragança*, lembrando o nascimento de Portugal e as ações dos mais distintos dos seus antepassados.

Este regime, nascido há 50 anos, também é obra de soldados. No entanto, os militares de hoje e de ontem continuam a ser esquecidos, quando não vilipendiados, pelas sucessivas classes dirigentes do País. O mesmo Mouzinho lembrava que «Ser soldado não é arrastar a espada, passar revistas, comandar exercícios, deslumbrar as multidões com os dourados da farda. Ser soldado é dedicar-se por completo à causa pública, trabalhar sempre para os outros» e, dizemos nós, executa-o sem se recusar ou queixar, porque assume que a pátria não o esquecerá, cuidando de si e dos seus, o que quase nunca acontece.

Aplausos do CH.

Vivemos tempos incertos, o mundo rearranja-se geopoliticamente pondo em causa o equilíbrio bipolar do pós II Guerra Mundial, o unipolar do fim da Guerra Fria e mesmo o unimultipolar após o advento da República Popular da China como potência global.

Fruto desse rearranjo político, vivemos uma guerra com diversas frentes: na Ucrânia, invadida por uma potência nuclear; no Médio Oriente, onde os valores da democracia e da liberdade são ameaçados por Estados totalitários e pelos grupos armados por si apoiados; em África, na Oceânia, na Europa ou em qualquer lugar onde o terrorismo estende os seus tentáculos.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — Em Portugal, mantém-se o costumeiro *business as usual*: confiamos na Aliança Atlântica, mas tardamos em cumprir o acordado; temos os melhores soldados do mundo, mas vemos as fileiras exangues e sem capacidade de reverter o processo de sangria diária dos efetivos; num País de características arquipelágicas, temos uma marinha e uma força aérea com meios reduzidos e alguns obsoletos; muitos dos equipamentos pesados do exército estão ultrapassados e/ou não funcionam; a estrutura é desajustada e caminha para a inoperância; o ecossistema das indústrias de defesa é incipiente.

O quadro é negro e não podemos continuar a negá-lo. Nos últimos oito anos e meio, durante o longo consulado do Partido Socialista, assistimos a um assalto aos paíóis de Tancos que, no limite, poderia não ter acontecido,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade! Bem lembrado!

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — ... a um ministro ter perdido a confiança do Comandante Supremo das Forças Armadas e, finalmente, a uma ministra mais preocupada com a ideologia de género do que com a operacionalidade dos ramos.

Aplausos do CH.

E que dizer dos antigos combatentes, deixados à sua sorte após a independência das antigas províncias ultramarinas ou após o regresso dos diversos teatros de operações onde atuaram? Que tem o Estado português feito por esses homens e mulheres que o serviram corajosa e denodadamente? Pouco ou nada!

O Partido Chega defende a alteração do Estatuto do Antigo Combatente, que reforce o apoio social, médico e de mobilidade, mas, sobretudo, que espelhe o reconhecimento da nação aos que a serviram com o risco da própria vida. Não os esqueceremos!

Aplausos do CH.

Portugal, uma das mais antigas nações da Europa, viu a sua história ser escrita com honra, lealdade e sacrifício pelos seus soldados. As Forças Armadas são um elemento estruturante da nossa identidade e são um exemplo de patriotismo.

Assim, não contem com o Chega para aceitar que tudo vai bem e se recomenda. Não tememos ser os que apontam que o rei vai nu, porque é que o rei vai nu e como é que o rei deverá ser vestido.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — Ao longo desta Legislatura, o Chega irá apresentar propostas que levem a defesa nacional a ser entendida como fundamental para a liberdade e a segurança dos portugueses, o que começa na família e se prolonga nas escolas.

Seremos disruptivos onde a disrupção deve ter lugar, mas conservadores nos princípios e nos valores.

Aplausos do CH.

Temos a obrigação de garantir uma defesa nacional e umas Forças Armadas eficazes e motivadas, porque, estou certo, os seus homens e mulheres tudo farão para continuar a merecer o nome de soldados. O Chega não os abandonará.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado tem dois pedidos de esclarecimento aos quais, segundo a sua bancada nos informou, responderá em conjunto.

Para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Marcos Perestrello, do Grupo Parlamentar Partido Socialista.

O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Nuno Simões de Melo, temos assistido nestes últimos dias, nestas últimas semanas, a um fenómeno curioso, que é uma aproximação disfarçada, uma cumplicidade um pouco ambígua, entre o Chega e o Partido Social Democrata.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não, não! Nada disso!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nada disso!

O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): — Tem-se assistido a esse fenómeno em diversas fases da organização dos trabalhos parlamentares. Há bocado, assistimos aqui a um momento bastante divertido, na intervenção do Sr. Deputado Emídio Guerreiro — que julgo que já aqui não está —,...

Protestos do CH.

... quando o Sr. Deputado Emídio Guerreiro prometia resolver todos os problemas do País, e enumerou-os a todos detalhadamente. Mas esqueceu-se, curiosamente, dos problemas da defesa nacional e dos problemas das Forças Armadas e dos militares. Curiosamente, omitiu essa parte.

Mas nem isso fez sair o ar um pouco embevecido da cara de vários Deputados do Chega, que miravam a intervenção do Sr. Deputado Emídio Guerreiro.

Risos do CH.

Ó Sr. Deputado Nuno Simões de Melo, penso que a generalidade dos Deputados desta Casa se revê numa parte substantiva da sua intervenção e em partes preocupantes que traçou de um cenário difícil em que se encontram as Forças Armadas, sobretudo face aos desafios geoestratégicos que se colocam hoje na Europa, no Médio Oriente, no mundo inteiro e que nos confrontam por força das alianças que temos e da nossa inserção geoestratégica.

Mas julgo que era bom o Chega aqui deixar hoje claro se nessa ambiguidade que tem vindo a construir com o PSD — e que, do meu ponto de vista, é positiva, porque queremos clareza no Parlamento, o Parlamento precisa de clareza — têm entendimentos conjuntos. Se assim é, é melhor que o digam e que nós todos fiquemos a saber.

O Sr. Deputado concordará que a reação do Chega, por exemplo, à questão do IRS e à confusão em que o Governo se meteu foi mansinha, foi mansinha!

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Ó pá!

O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): — Diria que foi a mais mansinha de todos os Deputados neste Hemiciclo.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Mansinha!

O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): — Isso só pode resultar dessa cumplicidade!

Aquilo que queria perguntar ao Sr. Deputado era se essa cumplicidade vai ser utilizada para defender a valorização das Forças Armadas, na execução da Lei de Programação Militar, na valorização dos antigos combatentes, na valorização do pessoal das Forças Armadas...

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado Marco Perestrello, peço-lhe que termine.

O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): — Termino imediatamente, Sr.^a Presidente.

Como dizia, Sr. Deputado, pergunto se essa cumplicidade vai ser utilizada, sobretudo, para não permitir que as Forças Armadas fiquem para trás neste processo de negociação que está a ser feito com as forças de segurança nas suas valorizações salariais.

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Era aí que gostávamos de ver a cumplicidade do Chega com a maioria parlamentar.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Vitorino, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Sr.^a Presidente, que gosto tenho em ver V. Ex.^a a presidir a esta sessão.

Sr. Deputado Nuno Melo — que curioso nome para esta área —, direi algumas coisas em relação à sua intervenção, com a qual concordo quase na plenitude, mas não sem antes poder dizer qualquer coisa ao Sr. Deputado Marcos Perestrello, o orador que me antecedeu.

Ó Sr. Deputado, o Sr. Deputado quis aqui realçar esta ligação estranha que existe e esta aproximação do Chega ao PSD, do PSD ao Chega. Ó Sr. Deputado, na área da defesa nacional, a vossa incompetência foi tanta, tanta, tanta, que todos aqueles que gostam da defesa nacional, das Forças Armadas, e que têm orgulho

nos membros que servem o País através das Forças Armadas têm, naturalmente, de se unir, porque a vossa incompetência foi tal que é impossível ficar indiferente ao resultado da vossa governação.

Vamos aos factos concretos. Sr. Deputado Marcos Perestrello, devíamos ter, pela Reforma «Defesa 2020», cerca de 32 000 efetivos nas Forças Armadas; temos cerca de 23 000.

Ao nível do recrutamento, as políticas do governo do Partido Socialista foram um desastre, um desastre!

Ao nível da retenção, o mesmo desastre. Chegamos a ter membros da Força Aérea que preferem pagar indemnizações ao Estado superiores a 100 000 € do que continuar a servir nesta instituição, tal foi a degradação a que a deixaram chegar.

Ao nível dos equipamentos, não há verbas para manutenção.

Ano após ano, mentiram aos portugueses e às Forças Armadas, com orçamentos que eram sempre superiores, no papel, ao ano anterior, mas que, na prática, depois das cativações ou das retenções — o que lhe quiserem chamar —, eram, na prática, sempre inferiores àquilo que era necessário, e chegando, como ouvimos dos chefes dos três ramos das Forças Armadas, a pôr em causa a operação da instituição militar.

Para terminar, quero dizer que há muito, mas muito trabalho face à pesada herança socialista também neste setor.

Há muito, mas muito, trabalho pela frente,...

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado, vou-lhe pedir que termine, por favor.

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — ... mas estou convencido que vamos conseguir dar conta do recado.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Simões de Melo, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Marcos Perestrello, é um gosto revê-lo aqui depois de ter estado consigo em Tampa, quando era o representante no Comando Central dos Estados Unidos.

Quanto à aproximação ao PSD, espero que seja uma aproximação a todos os Deputados desta Casa que veem na defesa nacional um desígnio nacional.

Aplausos do CH.

A defesa, Sr. Deputado, não é do Chega, não é do CDS-PP, não é do PSD, não é do PS, é do País, é de Portugal.

Por isso, se o PSD nos acompanhar nas nossas propostas — coisa que o PS nunca fez nas legislaturas anteriores —,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora aí está! Bem lembrado!

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — ... teremos todo o gosto em acompanhar o PSD na melhoria das nossas Forças Armadas, que, a cada dia que passa, perdem efetivos. Diariamente, a Marinha pede dois militares. Estamos a chegar a um ponto de não-retorno e é a hora de se rever.

Nós assumimos compromissos com a NATO (North Atlantic Treaty Organization) e teimamos em não os cumprir. Não podemos estar sempre a depender do guarda-chuva; temos, rapidamente, que nos assumir como um aliado credível.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — Por isso, Sr. Deputado Marcos Perestrello, teremos todo o gosto em ver o PS a acompanhar as nossas medidas e em ver a defesa nacional como um desígnio nacional.

Aplausos do CH.

Sr. Deputado Bruno Vitorino, fico feliz que o PSD acompanhe grande parte da minha intervenção, e obviamente que lhe agradeço ter respondido às perguntas destinadas ao Sr. Deputado Emídio Guerreiro — porque não eram para mim, mas para o Sr. Deputado Emídio Guerreiro.

Risos de Deputados do CH e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

De qualquer forma, muito obrigado.

Quanto à defesa, Sr. Deputado, tenho a certeza absoluta de que estaremos juntos neste desígnio, porque a defesa, como eu disse há pouco, não é minha, não é do Sr. Deputado, não é de ninguém, é de todos nós.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — E, sendo de todos nós, somos todos nós que temos de ser responsável por ela.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A 27 de abril de 2022, na primeira sessão de declarações políticas da Legislatura anterior, subi a este púlpito e as minhas primeiras palavras foram, «o momento certo para iniciar e fazer reformas é no início das legislaturas, como acontece neste preciso momento.»

Nessa declaração, desafiámos os partidos para uma reforma do sistema eleitoral, cuja urgência, já na altura, era óbvia pela quantidade de votos desperdiçados em cada eleição legislativa.

Por ocasião das nossas jornadas parlamentares, anunciámos que iríamos apresentar um projeto de lei para a criação do círculo de compensação. Assim o fizemos e debatemos nesta Casa em dezembro passado.

A proximidade às eleições legislativas foi a desculpa mais utilizada por quem não quis aprovar a proposta, e a consequência da rejeição da nossa proposta era por demais evidente: nessas eleições, foram desperdiçados cerca de 770 000 votos, acentuando uma tendência registada em 2019 e 2022.

Votos desperdiçados porque não serviram para eleger fosse quem fosse; tornaram-se inúteis na conversão em mandatos nesta Casa da democracia.

Estes 770 000 votos somam-se a outras centenas de milhares votos de todas as eleições legislativas desde as primeiras eleições livres em 1975. São, tudo somado, 9 milhões e 640 mil votos desperdiçados.

É todo um país sem representação. É mesmo um Portugal inteiro sem representação.

Cinquenta anos após o 25 de Abril, este desperdício de votos é inaceitável e confirma aquilo que desde sempre defendemos: é urgente adaptar a lei eleitoral ao século XXI, expurgando-a de elementos anacrónicos. Só assim reforçaremos os mecanismos da democracia representativa, algo essencial para atenuar distâncias entre o País e o Parlamento.

Um dos principais pilares do novo Executivo, afirmado no Programa do Governo, é a construção — e passo a citar — de «um país mais democrático, aberto e transparente». Estas palavras poderão merecer o nosso aplauso, se quem as subscreve for conseqüente.

Estamos conscientes de que é difícil gerar consensos alargados para alterar o quadro jurídico existente há quase meio século. Mas temos a firme convicção de que é imperioso mudar alguma coisa. Começemos, portanto, pela introdução de um círculo nacional de compensação, reunindo muitos dos votos hoje considerados perdidos e convertendo-os em mandatos eleitorais.

Não é preciso inventar nada; basta transpor para cá as boas práticas vigentes em vários países europeus, democracias consolidadas. Mais fácil ainda: basta transpor para o conjunto do território nacional o modelo hoje existente, com eficácia comprovada, na Região Autónoma dos Açores.

Coerentes com o nosso ideário, discurso e ação, voltamos a apresentar este projeto de lei, no início de uma nova Legislatura, que em breve será agendado e poderá ser debatido e votado, para que ninguém possa invocar o calendário político como desculpa para outro adiamento desta necessária e consensual solução.

Srs. Deputados, não podemos tolerar que os portugueses recenseados em círculos como Bragança, Castelo Branco, Portalegre ou Beja vejam a sua capacidade eleitoral diminuída.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem! E agora?!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — No modelo vigente, são considerados perdidos todos os votos que não elegeram um Deputado de um partido concorrente em determinado círculo. Isto enfraquece a democracia, isto desincentiva o voto, isto diminui a cidadania, isto fere o direito à igualdade, introduzindo intoleráveis assimetrias entre os eleitores. Isto torna menos transparente a vontade popular.

Desde logo, porque nos círculos do interior do País, que elegem menos de um terço dos deputados, muitos eleitores acabam por se abster ou sentem-se forçados a optar por segundas escolhas partidárias, conscientes de que a oferta eleitoral está ali muito condicionada em termos reais. É fundamental que todos os votos contem, sem exclusões inaceitáveis.

O eleitor de Portalegre ou Castelo Branco não pode ter menos liberdade de escolha do que o seu compatriota inscrito em Lisboa ou no Porto, isto contraria, pelo menos, o espírito, se não mesmo a letra, da Constituição da República.

Srs. Deputados, o diagnóstico está feito: é tempo de agir, sem mais hesitações.

A introdução de um círculo de compensação nacional para as eleições legislativas é uma solução a que todos reconhecem benefícios, pois garante que o voto de cada português vale o mesmo, seja qual for o local do País onde exerça este direito, e é a expressão fiel da sua consciência política, sem necessidade de cálculos impostos pela lógica do mal menor.

A Iniciativa Liberal irá, neste projeto de lei, propor um círculo de compensação composto por 30 deputados. Abdicámos do número proposto na anterior legislatura, que era de 40, acolhendo parte dos argumentos expostos no debate na generalidade aqui ocorrido a 15 de dezembro de 2023. É o processo legislativo a funcionar.

Aproveitemos este mês, em que celebramos a afirmação da liberdade, para garantir e ampliar a pluralidade política na Assembleia da República, reforçar a coesão territorial e a democracia; sem mais desculpas, sem mais adiamentos.

Aplausos da IL e do Deputado do L Rui Tavares.

Que melhor prenda poderíamos nós dar à nossa democracia no ano do cinquentenário do 25 de Abril? O momento certo é este, meio século depois da histórica madrugada que festejaremos daqui a poucos dias.

Tenham coragem, deem esse poder de voto aos portugueses.

Aplausos da IL.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Apoiado!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado Rodrigo Saraiva tem quatro pedidos de esclarecimento — aliás, cinco. Peço-lhe o favor de dizer como é que pretende responder.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Responderei num bloco de três e dois, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para um primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr.^a Presidente, fui o último a inscrever-me, mas o primeiro a falar — não há problema nenhum.

Queria cumprimentar o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva por ter trazido este tema a debate. Aliás, o Bloco de Esquerda, o PAN e a Iniciativa Liberal convergem nessa reflexão de que precisamos de melhorar a qualidade da nossa democracia e de que há um modelo que funciona nos Açores e que devemos transpor para a República.

Saudamos também toda a gente que tem participado no debate, que tem identificado a necessidade de aumentarmos a correspondência dos votos aos mandatos.

A IL argumenta que, devido às transformações demográficas dos países, «nos círculos mais pequenos (...), o leque de opções» que contribuem para a eleição de um Deputado «é consideravelmente mais reduzido» — e estou a citar —, acrescentando que isso dá origem ao indesejado voto tático, muito característico, e cito novamente, «dos sistemas uninominais sem círculos de compensação, como se verifica no caso do Reino Unido ou nos Estados Unidos da América», o que recorda uma certa simpatia liberal pelos círculos uninominais, desde que compensados por um círculo nacional.

E é precisamente aqui que surgem os problemas, no nosso entender, com a proposta da Iniciativa Liberal. Na indiferença pelo problema da dimensão dos círculos regionais, no caso da proposta do Bloco, a criação de um círculo de compensação de 10 Deputados consegue tornar o sistema mais proporcional, interferindo o mínimo possível no número de Deputados de cada círculo territorial. No caso da IL é diferente, e é esta a diferença.

Por isso, pergunto ao Sr. Deputado: na proposta da IL, com o círculo de compensação de 30 Deputados, quantos Deputados perdem os círculos mais pequenos? Por assim ser, por haver esse risco, não considera a IL que, mesmo com o círculo de compensação, a redução do número de Deputados nos círculos pequenos e médios vai, uma vez mais, favorecer a tendência do voto nos maiores partidos, passando estes a serem os únicos posicionados para eleger diretamente em cada um dos círculos territoriais?

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para formular um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, a ideia de um círculo nacional de compensação é uma ideia generosa, que vai no sentido do reforço da proporcionalidade do sistema eleitoral. Aliás, em 1998, quando estive em discussão uma reforma do sistema eleitoral, o PCP, no seu projeto, previa precisamente a existência de um círculo nacional de compensação.

No entanto, a questão tem de ser equacionada tendo em conta a realidade exata do País. Ou seja, nessa altura, o projeto de lei do PCP era acompanhado de uma discussão que estava em curso, na altura, sobre a possibilidade de regionalização do País, e coincidia o círculo nacional com os círculos regionais de maior dimensão do que os círculos distritais que hoje temos.

O problema que se levanta na manutenção dos círculos distritais tem que ver com a exiguidade a que se conduziriam os círculos que são hoje os mais pequenos. Sabemos que os círculos maiores são hoje a única garantia de proporcionalidade, mas temos de ter em atenção que não podemos desertificar o País relativamente à eleição de Deputados.

Eu lembrava uma coisa: o círculo de compensação dos Açores foi uma boa ideia — é uma boa ideia —, mas o PSD era contra ela. Só foi possível aprovar a existência do círculo de compensação nos Açores porque o PSD, naquela altura, não tinha um terço dos Deputados da Assembleia da República e não tinha uma minoria de bloqueio que pudesse impedir uma maioria de dois terços. O PSD era contra.

Não temos ilusões, sabemos que os maiores partidos, que são os maiores beneficiários da falta de proporcionalidade do sistema, não fazem propostas sem calculadora na mão, porque não fazem propostas para perder. E daí, sendo a ideia justa — a da existência do círculo de compensação —, não temos grandes ilusões, porque sabemos que todas as propostas do PSD foram ou no sentido de reduzir o número de Deputados, ou reduzir a dimensão dos círculos para reduzir a proporcionalidade. E a proposta do Partido

Socialista era a cópia de um sistema alemão, uma cópia imperfeita de um sistema alemão que já hoje nem os alemães querem.

Protestos do Deputado do PSD Bruno Vitorino.

Sr. Deputado, sim, a discussão sobre a criação de um círculo de compensação faz sentido, mas não temos ilusões de que o PS e o PSD aceitem alterar a Lei Eleitoral no sentido de acentuar a proporcionalidade em vez de acentuar a bipolarização, que tem sido historicamente o seu objetivo.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Bom, bom, era a Rússia!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Pinto, do Grupo Parlamentar do Livre.

O Sr. **Jorge Pinto** (L) — Sr.^a Presidente, muito obrigado, Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, por ter trazido a debate um tema que nos é tão caro no Livre, como bem sabe.

Temos, desde a nossa fundação, falado da necessidade de um círculo de compensação, porque, não alinhando forçosamente na ideia de que um voto deixa de contar por não eleger — porque todas as pessoas que votam e votam de maneira consciente, na sua escolha é um voto válido —, é verdade que um voto que não serve, ou que é matematicamente impossível servir para eleger um Deputado, é um voto que tem menos força.

E isto, até concordando com o que dizia o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, tem um efeito perverso. Num País, como ainda agora ouvimos, que está em acelerado processo de despovoamento de algumas zonas, dizer aos eleitores que um voto no interior lhes vai valer muito menos do que um voto no litoral é, na verdade, uma vez mais, um reforço extra para empurrar essas pessoas para o litoral e para as grandes cidades e distritos.

Queria fazer uma pequena correção: acrescentar, ao que disse o Deputado Fabian Figueiredo, que o Livre também tem sempre defendido o círculo de compensação e já apresentou, até, propostas nesse sentido.

Portanto, a pergunta que lhe queria fazer diretamente é a seguinte: se a Iniciativa Liberal está tão aberta ao debate e se acredita no livre mercado das ideias e das propostas, então, porque é que na anterior legislatura evitou esse debate aberto a outros partidos, nomeadamente ao Livre?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Estava perto das eleições!

O Sr. **Jorge Pinto** (L) — Mas, na verdade, as grandes questões que têm de ser colocadas nem sequer o são ao Sr. Deputado ou à Iniciativa Liberal, são-no ao Partido Socialista e ao Partido Social Democrata, que durante anos alinharam neste duopólio de preservação do sistema,...

Protestos do Deputado do PSD Bruno Vitorino.

... — acho que está na bancada errada, Sr. Deputado! — como dizia, alinharam neste sistema de reforço e proteção, que os serviu durante muito tempo, mas, como vemos agora, serve também uma terceira força política.

Protestos do Deputado do PSD Bruno Vitorino.

Pode ser que abra — e pelos comentários que estou a ouvir, se calhar estão muito contentes com isso — os horizontes, tanto do PSD como do PS, e que percebam que o que serve, e bem, na Região Autónoma dos Açores, deve servir, e bem, na República.

Aplausos do L.

Protestos do Deputado do PSD Bruno Vitorino e contraprotestos do Deputado do L Jorge Pinto.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr.^a Presidente, muito obrigado aos Deputados Fabian Figueiredo, António Filipe e Jorge Pinto.

Começo já por responder ao Deputado António Filipe. Na intervenção que referi — na primeira sessão de declarações políticas, em abril de 2022, daquele púlpito —, a certa altura, a meio da minha intervenção, ao lançar o repto a todos os partidos nesta Casa, tenho uma frase que é qualquer coisa como «deixemos de lado as conveniências partidárias e demos prioridade àquilo que são as pertinências democráticas.» Portanto, esta é a resposta.

Sei que dificilmente teremos o PS e o PSD, por conveniência partidária, a votarem esta solução para termos um sistema eleitoral mais representativo, mais democrático, mais plural relativamente ao que depois é a representação nesta Casa. Mas não é por isso que deixaremos de lutar, não é por isso que fizemos o agendamento potestativo na legislatura anterior, não é por isso que já o submetemos também nesta e continuaremos a lutar. Pode ser que desta vez consigamos um resultado mais positivo para esta proposta e, certamente, depois para as outras que irão surgir arrastadas nesse agendamento, seja feito por nós ou por outro partido.

Portanto, e aqui também já está a resposta ao Deputado Jorge Pinto, não vamos estar aqui a repescar, a explicar, porque é que da outra vez foi um agendamento potestativo, apenas com um projeto de lei para resolver um problema em concreto, para não haver desculpas de andarem a votar por alguma coisa lateral — isso já ficou na legislatura passada, é um bocado requentado estarmos a ter esta conversa aqui.

Relativamente ao que disse o Deputado Fabian Figueiredo, é a eterna questão, é preciso fazer escolhas. Estão sempre em confronto situações, há uma solução que tem uns benefícios, outra que tem outros benefícios e virtudes. Não acreditamos que apenas 10 irão colmatar o problema da proporcionalidade que cremos existir neste momento.

A nossa proposta também garante, logo de base — isto também respondendo, em parte, ao Deputado António Filipe —, que os círculos eleitorais mais pequenos no mínimo têm sempre de ter dois. Isso mantém-se. Portanto, a partir do momento que há um círculo de compensação, tenha ele 10, 20, 30 ou 40 — não vamos aumentar o número de 230 Deputados —, há círculos eleitorais que, seguindo o método de Hondt, irão ter de perder Deputados. É uma consequência da opção de implementarmos o círculo de compensação, obviamente com a garantia de que os círculos têm, pelo menos, sempre dois Deputados. Se, por absurdo, só haja uma pessoa a viver em Portalegre, Portalegre continuará a eleger dois Deputados. É um exemplo absurdo, para responder que são escolhas que temos de fazer.

Vamos ver se é desta que os portugueses podem ter um círculo de compensação e que todos os votos, de facto, contem.

Aplausos da IL.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Faça favor Sr. Deputado.

Verificou-se uma avaria no microfone do orador.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Finalmente! Estava ótimo assim!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Querem silenciar o PS tão depressa?!

Vozes do PS: — Utiliza outro microfone!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, em primeiro lugar, quero deixar uma nota sobre a pertinência do tema, como tivemos oportunidade de discutir na última sessão legislativa. O tema tem pertinência, não obstante algumas das questões que então focámos continuarem a surgir da mesma forma, daí as minhas questões serem, em parte, as mesmas.

O Sr. Deputado aludiu a votos desperdiçados. Na verdade, os sistemas eleitorais têm a característica de serem formas de converter votos em mandatos; não há propriamente desperdício de votos, o sistema é desenhado para alcançar determinados objetivos. Normalmente, os objetivos são variados: têm a ver com a governabilidade, têm a ver com a proporcionalidade, têm a ver com a proximidade, têm a ver com a garantia da representação plural, quer do território, quer das várias forças políticas da sociedade. Portanto, é o conjunto destas preocupações que deve presidir à construção de um sistema eleitoral.

Achamos que se mudarmos o sistema eleitoral desaparece o fenómeno do chamado «voto tático», como foi dado nota, é também equivocarmo-nos. Os eleitores inteirar-se-ão de como é que o sistema funciona e adaptarão os seus comportamentos eleitorais em função disso.

Dito tudo isto, foquemo-nos no que é essencial: reduzir a distorção da proporcionalidade, que verificamos estar para lá do razoável.

O Sr. Deputado António Filipe, há instantes, disse muitas coisas com as quais concordo em grande parte; esqueceu-se só de fazer uma observação final, quando lançou a farpa sobre porque é que só tardiamente se conseguiu nos Açores, apesar da resistência do PSD, ter o círculo de compensação. Ora, se não fosse o PS, não havia círculo de compensação algum nos Açores. Portanto, também algum crédito possa ser dado ao reconhecimento de que o círculo de compensação, não sendo um mantra que resolve todos os problemas, visa precisamente fazer apenas isso: compensar, ou seja, equilibrar o que a distorção, ou o funcionamento distorcido do sistema, gera.

O círculo de compensação, à partida, deve ser, tanto quanto possível, neutro, no sentido em que repõe uma proporcionalidade que desapareceu por força do funcionamento anormal, distorcido, desequilibrado demograficamente do restante sistema.

Portanto, as minhas perguntas são as mesmas desse debate de então: está a Iniciativa Liberal disponível, no projeto de lei que vier a apresentar, a rever as escolhas a nível do número de Deputados a eleger no círculo de compensação, para que o círculo de compensação não se torne um problema e, antes, garanta a resolução dos problemas que pretende resolver?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Está!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Há disponibilidade para ter em conta que um círculo de compensação grande demais pode prejudicar os territórios do interior ou de baixa densidade e, portanto, ter isso em conta também?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — E, adicionalmente, já agora, se se pondera também para o restante, eventualmente agrupar círculos eleitorais para efeitos de apuramento...

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Peço-lhe o favor de terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Vou terminar, Sr.^a Presidente.

E, ainda, ponderar que a distribuição dos mandatos pelos círculos não se faça com o método de Hondt — porque não é obrigatório, apenas se exige o método de Hondt na conversão de votos em mandatos, não necessariamente na distribuição dos Deputados a eleger por cada círculo.

Há muitas ferramentas, temos abertura para este debate, com equilíbrio e tentando alcançar o objetivo principal: a proporcionalidade.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro dos Santos Frazão, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, Sr.^a Presidente, deixe-me cumprimentá-la sublinhadamente e dizer-lhe que é para mim um gáudio, muita alegria, estar a receber a palavra de si, uma mulher que muito considero, política e pessoalmente.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

Vozes do PSD: — Ah!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, a pertinência do tema é absolutamente atual, mas deixe-me dizer-lhe que esta é uma das bandeiras já antigas do Chega.

O Chega tem esta motivação de trazer uma maior proporcionalidade, principalmente aos territórios esquecidos de Portugal, podendo, sim, criar um círculo de compensação, mas também reduzir o número de cargos políticos e definir, de forma rígida, os impedimentos e as incompatibilidades que quem assume mandatos políticos pode ter, tanto aqui, na Assembleia da República, como no Governo, como também nas autarquias.

Sr. Deputado, se me permite fazer-lhe uma pequena correção de linguagem, ou uma sugestão: penso que não prestamos um bom serviço à democracia quando estamos, de forma recalcitrante, a falar sempre em votos desperdiçados. Isso faz aumentar a abstenção, cria a ideia de que os portugueses estão a votar para nada e isso não é verdade, Sr. Deputado, porque os votos contam sempre para os resultados finais das eleições, todos os votos importam sempre e, aliás, todos os votos têm também um grande impacto na subvenção dos partidos. Existirão sempre, mesmo que criemos um círculo de compensação, partidos que terão votos e que não verão os seus votos traduzidos em mandatos, pelo multipartidarismo que temos hoje, e bem, na sociedade portuguesa.

Portanto, o que lhe vinha perguntar, Sr. Deputado, é se não achava mais correto que esta alteração do nosso sistema político — e que nós acompanhamos, mesmo já sendo um partido grande, porque temos hoje 50 Deputados e continuamos a defender esta ideia,...

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — ... ao contrário do que disse o Sr. Deputado do PCP, que os partidos grandes deixam de defender esta ideia; não é verdade, Sr. Deputado,...

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — ... nós somos um dos três grandes e continuamos a defender esta ideia — fosse alterada em sede da Constituição da República Portuguesa, porque no artigo 148.º, onde se referem os círculos eleitorais, e no artigo 149.º, refere-se a existência de círculos eleitorais uninominais e plurinominais. Não há referência a círculos de compensação.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Peço-lhe que termine, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Vou terminar, Sr.^a Presidente, lembrando que existe um círculo de compensação nos Açores, o que pode fazer parecer que não se tratará de uma norma anticonstitucional. No entanto, pela importância deste tema, pensamos que esta matéria deve estar vertida na Lei Fundamental e deve ser aí, nessa sede, que deve ser discutida.

Saliento ainda — e com isto termino, Sr.^a Presidente — que, na última legislatura, propusemos uma revisão constitucional onde avançámos com a criação desta figura, que foi, aliás, atacada pela Iniciativa Liberal.

Em suma, perguntamos se nos acompanha nestas nossas três bandeiras e na discussão em sede de revisão da Constituição.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr.^a Presidente, agradeço aos Deputados Pedro Delgado Alves e Pedro Frazão as perguntas que fizeram, a que responderei de forma rápida e sucinta.

Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, em todas as intervenções que fizemos — especialmente no agendamento potestativo que fizemos em dezembro de 2023 —, dissemos exatamente isso.

Naquele dia, achámos que era 40 — agora até já estamos a pôr 30, um exemplo de que a resposta que lhe vou dar é afirmativa. No entanto, dissemos daquela tribuna que a nossa proposta é 40. Se os Srs. Deputados acham que é 20, se acham que é 30, debateremos isso na especialidade para chegarmos a um consenso de qual será o número. Portanto, repito, nós sempre dissemos isso.

Assim, tendo esta resposta já sido dada, vou agradecer desde já o voto favorável do Partido Socialista ao nosso projeto de lei,...

Aplausos da IL.

... para, na especialidade, aprimorarmos e chegarmos a um acordo de qual será o número exato de Deputados a colocar no círculo de compensação.

Depois, agradecendo também o voto favorável do Partido Chega à nossa proposta,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Temos de a ler!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — ... gostaria de dizer apenas que não há aqui um grande debate relativamente à questão da expressão de votos desperdiçados. Não vou estar a discutir semântica, até porque é exatamente o termo técnico e académico que se usa para tratar deste tema.

E não, não achamos — temos praticamente a certeza disso, embora não queira sobrepor-me ao que poderá vir a ser a opinião dos juízes do Tribunal Constitucional — que seja preciso mudar a Constituição para que o círculo de compensação exista. Tal como o Sr. Deputado disse, e bem, na sua intervenção, os Açores isso o demonstram.

Aplausos da IL.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para fazer uma declaração política pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, consta que foi entre Carcavelos e o mar que Portugal conheceu o futebol.

O desporto mais popular do País deu, pelos pés dos ingleses, os seus primeiros passos na Quinta Nova de Santo António. Mas não foi por causa disso que a Quinta Nova de Santo António se passou a chamar Quinta dos Ingleses, foi pela chegada de funcionários ingleses para a instalação de cabos submarinos.

Trata-se do maior pulmão verde da linha de Cascais. São mais de 50 hectares de pinhal centenário que, neste preciso momento, se encontram ameaçados por um projeto imobiliário irresponsável que contempla 800 habitações de luxo, um hotel de luxo e um centro comercial.

A população de Cascais tenta evitar há mais de 20 anos o avanço deste projeto imobiliário irresponsável, e tem toda a razão.

Queremos saudar cada uma das pessoas que se tem mobilizado, feito cordões humanos, manifestações, debates, petições, que expressa a sua oposição nos jornais, nas redes sociais e, em especial, o trabalho minucioso, informado e esforçado do movimento cívico SOS Quinta dos Ingleses.

Todo este grupo de pessoas tem razão. São os únicos realistas deste filme. Aqueles que têm a coragem de olhar para cima e para o futuro. Este megaprojeto imobiliário previsto para a Quinta dos Ingleses é um atentado ambiental que tem de ser travado. Este espaço natural, uma área verde implantada de mais de 50 hectares, não pode ficar reduzido a um pequeno jardim. Isto vai prejudicar irreversivelmente a praia de Carcavelos, as bacias hidrográficas, mas também a ventilação marítima, com impactos diretos na temperatura.

Portugal é dos países europeus mais afetados pelas alterações climáticas. Não podemos ignorar esse facto. A destruição de ecossistemas como o da Quinta dos Ingleses colide diretamente com o interesse público, com a estratégia que o País tem de adotar para uma transição climática justa, para enfrentar e mitigar as alterações climáticas.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Muito bem!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Isso não é para aqui, é para a Assembleia Municipal!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — A Assembleia da República e o Governo têm o dever de travar esta tremenda irresponsabilidade, pelas atuais e pelas futuras gerações. Foi com esse espírito, com esse propósito de travar esta catástrofe anunciada que o Bloco de Esquerda apresentou uma iniciativa para salvar a Quinta dos Ingleses, classificando-a como área protegida.

A Sr.^a **Isabel Pires** (BE): — Muito bem!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — O atual Ministro Pinto Luz fez várias declarações públicas na qualidade de autarca da Câmara de Cascais, dizendo que a sua autarquia estava de «mãos atadas» em relação à Quinta dos Ingleses.

Divergimos sempre desse entendimento. A Câmara podia, e devia, ter feito mais. Devia ter convocado referendos locais, não devia ter avançado com licenciamentos irresponsáveis que criaram direitos de edificabilidade.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

Mas Pinto Luz é agora ministro, tem assento no Conselho de Ministros, portanto tem uma palavra a dizer e pode responder ao Pinto Luz, vice-presidente da autarquia, que instava a Assembleia da República e o Governo a criar os instrumentos jurídicos necessários para salvar a Quinta dos Ingleses.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Pois é, bem lembrado!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Esta é a responsabilidade que temos perante nós: salvar o maior pulmão verde da zona de Cascais.

Uma estratégia responsável para o futuro não destrói biosistemas como este. O País dispensa bem mais um hotel de luxo, mais 800 habitações de luxo, mais um centro comercial. Mas o País não está em condições de dispensar este pulmão verde, e urge uma estratégia eficaz, coerente e corajosa para fazer frente à maior crise dos nossos tempos: as alterações climáticas.

É este o desafio que temos perante nós, e o Parlamento tem de dizer: presente. É este o desafio que deixamos a todas as bancadas. Salvemos a Quinta dos Ingleses, salvemos o nosso futuro.

Aplausos do BE e do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado tem quatro pedidos de esclarecimento. Como é que pretende responder?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Dois a dois, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr.^a Presidente, começo por agradecer e cumprimentar o Sr. Deputado Fabian Figueiredo por nos ter trazido este tema a debate. Não é a primeira vez que esta Assembleia debate o problema da destruição da Quinta dos Ingleses. Já tivemos uma resolução que, pela mão do PAN, foi aprovada em 2021, nesta Assembleia, e que visava garantir a preservação deste espaço e garantir, nomeadamente, que a mesma fosse classificada como paisagem protegida.

Infelizmente, não só não houve ainda o cumprimento dessa resolução da Assembleia da República, como hoje, se calhar mais do que nunca, estamos perante uma ameaça, tendo em conta que a visão que existia na Câmara Municipal de Cascais foi agora transportada para o Governo.

Assim, é com muita preocupação que acompanhamos não só a luta e o trabalho das associações — em particular do movimento SOS Quinta dos Ingleses —, mas também a ameaça que impende sobre este espaço, que é um património ambiental de valor incalculável, seja pela sua fauna, seja pela sua flora, seja pelo papel ecológico que tem para combater as alterações climáticas, seja ainda pelo impacto que a construção deste empreendimento de mais de 52 hectares — e aqui falamos do equivalente à área de mais de 52 campos de futebol — que, caso isto venha a acontecer, vão ser destruídos, pondo em causa também a comunidade do *surf* e uma praia icónica, não só para Portugal como para a prática desportiva.

Neste sentido, o PAN deu entrada de uma iniciativa, aqui, na Assembleia da República, que visa, por um lado, a preservação deste espaço, e, por outro, a consagração, através do Fundo Ambiental, de um fundo próprio para a aquisição destes terrenos.

A pergunta que gostaria de lhe fazer é se o Bloco de Esquerda está disponível para acompanhar esta iniciativa e se concorda com esta visão.

À semelhança do que se conseguiu fazer nas Alagoas Brancas, em que se travou a destruição de uma das últimas zonas húmidas da cidade, pugnando assim pela sua recuperação e pela devolução à cidade deste espaço, pergunto se concorda que devemos trilhar este caminho, para conseguirmos preservar os espaços verdes do nosso País, ao invés de estarmos a promover uma cultura de betonização, garantindo que, deste modo, devolvemos a Cascais este património único, a par depois da recuperação e encaminhamento para habitação das pessoas que lá se encontram a viver em situação de sem-abrigo. Isto porque não nos podemos esquecer que, a par desta tragédia ecológica, há também um drama humanitário que neste momento se está a viver na Quinta dos Ingleses e para o qual ninguém está a olhar.

Aplausos do Deputado do PS Miguel Matos.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para pedir esclarecimentos, tem agora a palavra o Sr. Deputado Miguel Matos, do Grupo Parlamentar do PS.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, o Sr. Deputado traz a esta Casa um tema da maior importância, pois, de facto, a par do Jamor, é o maior pulmão verde entre o Guincho e mesmo não só a linha de Cascais, mas Castanheira do Ribatejo.

Hoje, na Quinta dos Ingleses, por causa de umas licenças que foram passadas há quatro décadas, avança uma construção que é desproporcional, inimiga do ambiente e dramática para a qualidade de vida de quem habita neste território. E fazem-na, sim para construir habitação de luxo — não é habitação para as pessoas comuns —, hotéis, um centro comercial, onde meteram, como parca compensação, uns espaços verdes e uns equipamentos sociais e desportivos.

É importante dizer as coisas como elas são. Este é um projeto do PSD e do CDS, que governam a Câmara de Cascais. Mais concretamente, é um projeto de Miguel Pinto Luz, então Vice-Presidente da Câmara Municipal de Cascais e hoje Ministro das Infraestruturas e da Habitação, neste Governo.

É um projeto ao qual nos opusemos, aqui, na Assembleia da República, como em Cascais.

Protestos da Deputada do BE Isabel Pires.

Por iniciativa do PS, do PAN, do Bloco e do Livre, esta Assembleia deliberou que este projeto deveria ser travado com o fundamento de se tratar de uma área protegida por interesse de âmbito local.

O que queria a Câmara? E este é que é o ponto importante. A Câmara do PSD e do CDS admitia que proteger este território até fazia sentido. Mas depois diziam o quê? Diziam que o Governo deveria pagar com o PRR — imagine-se! — a indemnização devida ao construtor pelas más decisões da Câmara do PSD e CDS!

Ora, então, o Sr. Ministro tem agora a oportunidade de ser consequente com o que pediu enquanto autarca, se assim o entender.

O projeto já seguiu. Passou o licenciamento ambiental, o loteamento, e agora a construção está a andar. Como é que se pode travar uma construção que, para todos os efeitos, é legal?

E não é a única! Ali ao lado, a Câmara Municipal de Cascais expropriou por 110 000 € o terreno onde está hoje a nova SBE (Nova School of Business and Economics). Acabou a pagar 9,5 milhões de euros em compensações judiciais.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Estás com medo de que te arrasem o colégio!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — A montante disso, o terreno do El Corte Inglés, pelo qual podiam ter pagado 9 milhões de euros num direito de preferência de que abdicaram, para sete meses depois pagarem 18 milhões de euros.

Do outro lado da Quinta dos Ingleses constrói-se um *cluster* de saúde e um hotel Hilton. Não vamos comentar as investigações que estão em curso, mas é preciso dizer-se que há 2 milhões e meio de euros de isenções ambientais para uma construção megalómana.

Por isso, Sr.^a Presidente, termino justamente assim: Hotel Hilton, El Corte Inglés, Quinta dos Ingleses. Como é que é possível, como é que é sustentável e responsável, naquela orla costeira, tanta construção?

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — É preciso ter cara de pau!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — E o St. Julian's, como é que está?!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Parlamentar do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr.^a Presidente, se calhar vou só dar algum tempo à bancada do Chega para esfriar um bocado.

Pausa.

Quero cumprimentar a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real. O Bloco de Esquerda tem tido uma convergência com o PAN no combate importantíssimo e urgentíssimo da preservação da Quinta dos Ingleses.

O País dispensa bem construir mais habitação de luxo, mais um hotel de luxo, mais um centro comercial. Mas o País não pode dispensar pulmões verdes como o da Quinta dos Ingleses. Porque se, um a um, destruímos todo o ecossistema da costa portuguesa, pioramos em muito as consequências das alterações climáticas em Portugal.

Por isso mesmo é que a Assembleia da República e o Governo têm a responsabilidade de fazer tudo o que está ao seu alcance — e têm ferramentas para isso — para garantir que a Quinta dos Ingleses cá estará para muitas futuras gerações de portugueses e de portuguesas. E que na praia de Carcavelos se continue a praticar *surf*,...

Risos.

... que todas as memórias que ali foram construídas...

Risos.

A Sr.^a **Isabel Pires** (BE): — Parecem as crianças na escola!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Srs. Deputados, deixem o orador continuar, por favor.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr.^a Presidente, se a bancada do Chega tem alguma coisa contra uma prática desportiva, ficamos a saber.

Protestos do CH.

Se me deixassem concluir a intervenção...

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Srs. Deputados, agradeço que sejam criadas condições para que o orador termine.

Protestos do CH.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, sabemos quem são os aliados na defesa da Quinta dos Ingleses e certamente estamos os dois de acordo com o facto de que é altura de o Sr. Ministro Miguel Pinto Luz fazer com que as suas palavras tenham consequência. Agora que tem assento no Conselho de Ministros, por mais que tenha andado calado nos últimos dias, faça valer a sua palavra. Que o Governo da República defenda e proteja a Quinta dos Ingleses, porque é fácil, como autarca, responsabilizar-se, mas quando está no poder executivo não ser consequente.

Portanto, hoje, o desafio que certamente lançamos, os dois, é que o Ministro seja consequente e que num próximo Conselho de Ministros encontre um instrumento jurídico e faça a sua bancada convergir com a vontade do Bloco de Esquerda e do PAN, que é preservar a Quinta dos Ingleses.

A Sr.^a Deputada referiu-se também à situação dramática das pessoas em situação de sem-abrigo. Nós os dois não temos olhado para o lado, e, por mais que esteja em voga um certo discurso de estigmatização destas populações, continuaremos a não olhar para o lado, porque o problema da especulação imobiliária é as vítimas que cria.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

Quem procura a Quinta dos Ingleses para dormir é porque é vítima direta de uma política de habitação errada da direita, que exclui e que despeja.

Protestos do CH.

Sr. Deputado Miguel Pinto Luz... Sr. Deputado Miguel Costa Matos, peço imensa desculpa,...

Risos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

... estamos de acordo com todas as críticas que aqui enunciou e esperamos que o Partido Socialista se junte à iniciativa das várias bancadas para garantir que os nossos netos, um dia, possam usufruir da Quinta dos Ingleses, tal como várias gerações de portuguesas e portugueses puderam usufruir.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, muito obrigado por ter trazido este tema. Um tema que, aliás, é caro ao PCP, porque em 2021, justamente, trouxe aqui uma proposta de resolução com vista à proteção, pelo Governo, daquele importante conjunto, dada a sua importância em termos de espaço natural, pelos valores históricos e patrimoniais que alberga e também, especialmente, pelo que representa em termos de proteção da orla costeira. E, portanto, recomendámos que o Governo consagrasse medidas de conservação e gestão, e mesmo de fruição pelas populações.

Há pouco, estava a ouvir o Sr. Deputado Miguel Costa Matos, com uma veemência e uma paixão tais pelo tema que quase me esquecia qual foi o resultado da votação dessa nossa proposta. Eu recorde: Partido Socialista, voto contra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora agora!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Abstenções: PSD, CDS e Iniciativa Liberal.

Protestos do Deputado da IL Carlos Guimarães Pinto.

É bom que nos recordemos deste resultado quando quisermos continuar a discutir este tema, porque esta zona está hoje ameaçada, tal como já estava nessa altura, por um empreendimento verdadeiramente esmagador, que acrescenta luxo onde ele não é necessário. Que acrescenta, sobretudo, mais problemas, com destruição do património cultural e natural e, sobretudo, pelos efeitos profundamente negativos que vai ter em termos do agravamento do já frágil equilíbrio da orla costeira. Sim, o recuo da orla costeira é consequência, por um lado, das alterações climáticas, mas, por outro, da ação direta do homem e pela permissividade no licenciamento de certos projetos.

Há, no imediato, um problema pela frente, que é o futuro de 50 pessoas que ali estão acampadas, em condições muito precárias, e para as quais é imperioso que o Governo encontre uma solução em termos de alojamento digno e resolução dos seus problemas, além destes, de habitação.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem agora a palavra o Sr. Deputado Hugo Oliveira, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, começo por agradecer ao Sr. Deputado Fabian por trazer esta matéria, para podermos falar aqui de uma forma séria. E, naturalmente, tenho de dizer aqui ao Sr. Deputado Miguel Costa Matos que não estamos na Assembleia Municipal de Cascais, estamos na Assembleia da República para debater este assunto.

Aplausos do PSD.

De facto, a Quinta dos Ingleses tem áreas relevantes do ponto de vista ambiental e cultural. Mas coloco-lhe várias questões muito simples. Em primeiro lugar: existe ou não existe uma DIA (declaração de impacte ambiental) que foi aprovada? Em segundo lugar: há ou não há direitos adquiridos? Em terceiro lugar: o financiamento para eventuais indemnizações tem ou não tem de existir? Mais ainda: o Governo terá ou não a função de auxiliar a autarquia para eventuais indemnizações?

E pergunto isto pelo seguinte: ficou o Governo do Partido Socialista de encetar contactos para permitir isso. Foi discutido, aqui, na Assembleia da República...

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

É verdade! Foi discutido, foi, e ficou definido que o Governo encetasse contactos para conseguir auxiliar o município de Cascais.

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

Não se resolve este problema numa semana. O facto de o Governo estar a governar há uma semana não resolve este problema.

Mas sabe uma coisa, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, quando estive de braço dado com o Partido Socialista, conseguiu ou não conseguiu resolver o problema? Não, pois não? Não conseguiu. Nós temos de ser sérios, não vale a pena vir para aqui surfar a onda e tentar enganar tudo e todos.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr.^a Presidente, agradeço as perguntas do Sr. Deputado Hugo Oliveira, mas permitam-me que lhe diga: nós não pretendemos transformar a Assembleia da República na Assembleia Municipal.

Sabe o Sr. Deputado porque é que nós chegámos aqui? Porque houve uma autarquia que acelerou licenciamentos que não precisava ter feito, nomeadamente a autorização de construção da Alves Ribeiro, que decidiu acelerar. Não precisava de o fazer, Sr. Deputado.

O que me interessa aqui não é discutir todo o passado, mas o presente, Sr. Deputado, isto porque no seu pedido de esclarecimento, nem eu, nem esta Câmara, nem os milhares de cidadãos interessados sobre o futuro da Quinta dos Ingleses, ficaram esclarecidos quanto a uma mesma dúvida. Está ou não está disponível o Governo que V. Ex.^a suporta para resolver o problema da Quinta dos Ingleses?

Quanto às críticas que fez ao Partido Socialista — de imobilismo, de falta de vontade, de falta de determinação —, estamos de acordo, mas vai mudar isso? A Quinta dos Ingleses vai beneficiar da mudança do partido que preside ao Governo, da presença de Miguel Pinto Luz no Executivo, Sr. Deputado? Vão ser feitos bons ofícios, por parte de V. Ex.^a para garantir que deixamos a futuras gerações um pulmão verde, em vez de mais uma selva de betão?

Essa é que é a pergunta que interessa, porque as várias pessoas que olham com atenção para este debate — e o Sr. Deputado sabe que são muitas, daí a sua intervenção cuidada —, sabem que a República tem os instrumentos para preservar. É lamentável que se tenha chegado a este ponto.

Mas sabe, Sr. Deputado, ainda não há uma única árvore deitada abaixo. O tempo para agir...

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Quando é que é?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... é agora. E a pergunta que se coloca, Sr. Deputado, é a seguinte: vai ou não o PSD, na Assembleia da República e no Governo, garantir que na Quinta dos Ingleses continuamos a ter um ecossistema que desenvolve um papel importantíssimo em toda a região de Lisboa ou vai o PSD permitir que as futuras gerações se deparem com uma selva de betão? Isso é que, infelizmente, Sr. Deputado, não transpareceu da sua intervenção.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do PCP acaba de apresentar, nesta Assembleia, um projeto de resolução relativo às carreiras dos militares das Forças Armadas e um projeto de lei relativo aos antigos combatentes.

O regime remuneratório aplicável aos militares dos quadros permanentes e em regime de contrato e de voluntariado dos três ramos das Forças Armadas não é verdadeiramente revisto há mais de uma década, tal como alguns subsídios atribuídos a algumas especialidades. Mantém-se, assim, um regime que ignora as profundas alterações da situação económica e social que entretanto ocorreram e a degradação das condições em que o serviço militar é hoje prestado.

Todos lamentam que as Forças Armadas portuguesas passem pelas maiores dificuldades em matéria de recursos humanos. A verdade é que, com a situação remuneratória existente e com a precariedade inerente aos regimes de voluntariado e contrato, é cada vez mais difícil atrair jovens para servir o País nas Forças Armadas.

Apesar das sucessivas promessas de todos os Governos,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Promessas, não!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... mantém-se situações absolutamente inaceitáveis de estagnação das remunerações, de erradas conceções de suplementos e subsídios, e de graves injustiças que têm causado descontentamento nas Forças Armadas. Não é possível ignorar que é esta política que está na base dos agravados problemas de recrutamento e de retenção de militares e outros profissionais nas Forças Armadas.

O que o PCP propõe é que o Governo proceda, ainda durante o ano de 2024, à atualização do regime remuneratório aplicável aos militares dos quadros permanentes e em regime de contrato e de voluntariado dos três ramos das Forças Armadas; ponha termo às situações de manifesto incumprimento do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, nomeadamente no que diz respeito a promoções e graduações; assuma o necessário diálogo com as associações profissionais militares, garantindo-lhes os direitos de representação e negociação coletiva; e garanta o investimento necessário para criar melhores condições de habitabilidade e salubridade em todas as unidades militares.

Uma outra iniciativa que o PCP apresentou hoje diz respeito à consagração de um suplemento vitalício de pensão e de uma pensão mínima de dignidade para os antigos combatentes.

Entre 1961 e 1974, muitas centenas de milhares de jovens foram obrigados a combater, nas várias frentes da Guerra Colonial, uma guerra injusta e travada contra os ventos da história a que a Revolução de Abril em boa hora pôs termo. Muitos perderam a vida, outros ficaram com lesões físicas e psicológicas irreversíveis. Todos passaram por situações dramáticas e viram as suas vidas seriamente prejudicadas.

Era justo que o Estado português não se esquecesse desses homens e das suas famílias. Contudo, se não faltaram discursos e promessas sobre os antigos combatentes, a verdade é que sobraram palavras, mas faltaram atos. As promessas feitas pelo então Ministro Paulo Portas aos antigos combatentes — e que terão então valido um bom pecúlio de votos ao CDS-PP —, acabaram por se reduzir, no fim de contas, a um acréscimo irrisório das pensões, e quando, em 2020, foi aprovado, finalmente, nesta Assembleia, o Estatuto do Antigo Combatente, este ficou muito aquém, não apenas do que era desejável, mas mesmo do que era esperado, tendo em conta as promessas feitas. Foi por isso que o PCP se absteve na votação final.

O PCP propôs, então, a atribuição de um complemento vitalício de pensão aos antigos combatentes e a consagração de uma pensão mínima de dignidade, no sentido de garantir faseadamente que nenhum antigo combatente aufera pensão inferior ao salário mínimo nacional. Essas propostas foram rejeitadas pelo PS e pelo PSD. O PCP, porém, não desistiu e reapresentou essas propostas para a sua inclusão nos Orçamentos do Estado posteriores.

Em 2022, a proposta do PCP foi rejeitada com os votos contra do PS. Teve a abstenção da Iniciativa Liberal, mas teve os votos favoráveis do PSD, do Chega, do Bloco de Esquerda, do Livre e do PAN, pelo que é legítimo confiar agora na sua aprovação.

A iniciativa do PCP corresponde a um legítimo interesse e anseio dos antigos combatentes e visa corrigir uma situação de descontentamento e frustração que sobreveio à aprovação do Estatuto Antigo Combatente. Os antigos combatentes, que foram sacrificados numa guerra injusta, deveriam ser merecedores de um reconhecimento público, não apenas em palavras e gestos simbólicos, mas, sobretudo, em apoios materiais

concretos, capazes de melhorar as suas condições de vida. É esse o princípio que o PCP defende e é por ele que continuará a lutar.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado António Filipe tem três pedidos de esclarecimento, aos quais indica que pretende responder em conjunto. Dou, pois, a palavra, para formular o primeiro pedido de esclarecimento, ao Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr.^a Presidente, quero cumprimentar o Sr. Deputado António Filipe por ter trazido este assunto a debate.

O Sr. Deputado terá certamente ouvido e lido, como nós, muitas vezes a clamar pela reintrodução do serviço militar obrigatório, com este nome ou numa versão mitigada, com o suposto serviço cívico obrigatório, para, supostamente, suprimir a falta de atratividade e a falta de efetivos nas Forças Armadas. No nosso entendimento, isto é uma opção errada. O serviço militar obrigatório acabou, foi uma vitória da juventude portuguesa, e assim deve continuar.

No entanto, como o Sr. Deputado referiu, e bem, nas Forças Armadas a remuneração é baixa, o que tem feito com que muita gente tenha abandonado as Forças Armadas para trabalhar, por exemplo, numa caixa de supermercado. Portanto, a pergunta que faço ao Sr. Deputado é se não acha que é chegado o tempo em que a valorização das carreiras e dos salários das Forças Armadas é, na verdade, a única solução que garante que o País tem os efetivos necessários para que cumpram o seu papel constitucional, certamente, as funções de soberania, de participação em missões internacionais de paz, mas também todos os desafios que as alterações climáticas nos trazem e todas as solicitações acrescidas que, nessa decorrência, têm recaído sob os ombros das Forças Armadas.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Reis, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado António Filipe, registamos a entrada das vossas iniciativas legislativas, que, aliás, correspondem ao vosso programa eleitoral em que se diz que deveríamos concretizar os anseios dos militares ao nível das carreiras, vencimento, avaliação e mérito, saúde e ação social e que, em relação aos antigos combatentes, se deveria criar uma pensão mínima de dignidade que atinja o valor do salário mínimo nacional durante o período de três anos.

Agora, o pedido de esclarecimento que lhe quero fazer — e estamos todos de acordo quanto ao diagnóstico do estado da condição militar — é: como é que compagina esse diagnóstico com o facto de ter apoiado um Governo, o Governo da geringonça, durante seis dos seus oito anos?

Basta recordar que o Partido Socialista governou em Portugal 22 dos últimos 28 anos, sendo que, obviamente, o estado das Forças Armadas não começou agora, há duas semanas, quando este Governo tomou posse. O estado operacional das Forças Armadas, o estado da condição militar dos homens e mulheres que nos defendem e que nos servem não começou estas duas semanas, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Onde é que os Srs. Deputados estiveram nos Orçamentos sucessivos que aprovaram até 2021? Repito: onde é que estiveram, Srs. Deputados?

Srs. Deputados, o Partido Comunista nunca priorizou as Forças Armadas nem a defesa nacional. Esta é a realidade. É factual.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Sousa, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Sr.^a Presidente, Caros Colegas Deputados, ouvi com bastante atenção a declaração política do Deputado António Filipe, mas, realmente, não deixa de me surpreender o seguinte: nós próprios, ao longo destes últimos dois anos, para não dizer já antes, quando tínhamos o Deputado único, André Ventura, apresentámos diversos projetos, tanto de lei como de resolução, relativamente às forças militares.

Vou dar um exemplo. Apresentámos um projeto de lei para a atualização dos montantes de componente fixa do suplemento de condição militar, outro que procede ao aumento do valor de capital do risco de seguro de vida contributivo dos militares em missões humanitárias e de paz, ou outro ainda pela revisão e alteração do sistema remuneratório dos militares das Forças Armadas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Como estes houve outros projetos de lei e projetos de resolução em que o PCP ou se absteve ou votou contra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exatamente! Bem lembrado!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Salientando a intervenção do Deputado Carlos Reis, o que é facto é que os senhores estiveram durante seis anos, no fundo, juntos com o Governo do PS e também não fizeram absolutamente nada pelas Forças Armadas.

Aplausos do CH.

Mas não posso deixar de referir que o próprio PSD governou igualmente nestes últimos 40, 50 anos, junto com o PS, e também nada fez.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Se chegámos ao ponto em que estamos hoje, em que temos militares que estão completamente desiludidos com o serviço militar, em que não se conseguem efetivos, em que não temos meios técnicos ou outros que permitam colocar as nossas forças onde elas são necessárias e muito menos temos meios para defender este País no caso de uma agressão qualquer de origem estrangeira — obviamente se for da União Soviética ou da Rússia, como lhe quiserem chamar, não deve haver problema! —, foi, de facto, porque todos os senhores se esqueceram completamente das Forças Armadas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem metida!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — E se estamos hoje como estamos é devido à vossa incompetência neste setor.

Aplausos do CH.

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Vou terminar, Sr. Presidente, deixando a pergunta se, de facto, o PCP está disposto a acompanhar realmente as nossas propostas no sentido de melhorar as nossas Forças Armadas, como nós estaremos, obviamente, em relação às vossas, se forem neste sentido.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Esta coincidência de ter chegado um ex-Ministro da Defesa nesta fase do debate...

Risos.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe, para responder.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, não tive a mínima dúvida do seu interesse por esta discussão.

Risos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito obrigado pelas questões.

Sr. Deputado Fabian Figueiredo, as vezes que se têm feito ouvir nos últimos tempos relativamente à reintrodução do serviço militar obrigatório não contam com a nossa concordância, sendo certo que, em 1997, nos demarcámos da opção então tomada pelo PS, pelo PSD e pelo CDS, na revisão constitucional, de abolir, nessa altura, o serviço militar obrigatório com as características que tinha.

É óbvio que, na situação atual, é por más razões que se vem defender a reintrodução do serviço militar obrigatório, quando o problema fundamental da atratividade das Forças Armadas tem a ver com a situação remuneratória e com a situação de precariedade e de penosidade da prestação de serviço militar que existe atualmente. Isso é que tem de ser efetivamente resolvido.

O Sr. Deputado Carlos Reis tem estado desatento, porque se há matéria em que tem havido uma total convergência entre o PS e o PSD é na matéria de defesa nacional. Não há qualquer dúvida sobre isso. Toda a legislação aprovada nos últimos largos anos neste País em matéria de defesa nacional tem sido sempre com os votos conjugados do PS e do PSD.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Bem lembrado!

Protestos de Deputados do PSD.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Portanto, esta é matéria em que a convergência entre vós foi absoluta e com uma divergência significativa do PCP relativamente a essas políticas, e isso ninguém desmentirá.

E mais, referindo o Sr. Deputado Rui Paulo Sousa, também podemos associar o Chega a essa convergência em muitas questões.

Protestos do CH.

O PCP tem sido muito crítico relativamente à forma como as Forças Armadas portuguesas têm sido utilizadas designadamente em missões internacionais, preterindo aquelas que deviam ser as suas missões nacionais, quer nas opções de equipamento, quer mesmo no emprego, quer mesmo no emprego de forças. E, portanto, se tem havido, nesta matéria, uma visão discrepante relativamente àquilo que têm sido as orientações fundamentais em matéria quer de política externa, quer de defesa nacional, naquilo que envolve o emprego das Forças Armadas, tem sido o PCP.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Olhe que não! Olhe que não!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Tem sido muito maior a convergência entre PS, PSD, Iniciativa Liberal e Chega do que de qualquer uma destas forças políticas com o PCP.

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Quem é votou favoravelmente seis Orçamentos?!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Portanto, Srs. Deputados, não se ponham de fora destas opções, porque têm concordado com elas e têm sido participantes ativos nas opções em matéria de defesa nacional e Forças Armadas.

Protestos do PSD e do CH.

Assim, se as Forças Armadas estão como estão, não venham dizer que a culpa é do PCP.

Protestos do PSD e do CH.

Digam que é culpa de quem tem sido responsável pelas opções fundamentais que, nesta matéria, têm sido tomadas neste País e nenhum dos senhores se pode pôr fora disso.

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Vocês votaram seis Orçamentos!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Estou a falar, evidentemente, do PS para a direita.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Vou dar a palavra à Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, do Grupo Parlamentar do Livre, para uma declaração política.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L) — Sr. Presidente, Caras Deputadas, Caros Deputados, Cidadãos e Cidadãs nas galerias: Quase 80 % dos funcionários da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) estão exaustos e em *burnout*. Esta é uma das conclusões alarmantes do estudo das psicólogas Ana Moreira e Mariana Freitas para a Associação Sindical dos Profissionais da Inspeção Tributária e Aduaneira (APIT), que foi ontem divulgado e que teve por base o inquérito a 603 funcionários.

Além da exaustão, os funcionários da AT dizem-se desmotivados e muitos pensam até deixar a AT em breve. A sobrecarga de trabalho e a falta de retorno na carreira e no salário são as principais causas apontadas. Infelizmente, estes relatos e estes números que ontem nos chegaram da Autoridade Tributária não nos surpreendem.

Nos últimos anos, várias inquéritos e estudos dão conta do aumento de casos de *burnout* e de exaustão relacionados com o trabalho um pouco por todo o mundo. Portugal não é exceção. Aliás, Portugal é apontado como um dos países onde a percentagem de população em risco de *burnout* é maior, sobretudo porque trabalhamos muitas horas e os ordenados são demasiado baixos.

Em 2023, o estudo realizado pelo Laboratório Português dos Ambientes de Trabalho Saudáveis alertou para que cerca de 80 % dos profissionais em Portugal apresentam pelo menos um sintoma de *burnout* e metade já tem três em simultâneo: exaustão, tristeza e irritabilidade. Isto é tão comum que dificilmente haverá aqui pessoas que não tenham sentido estes sintomas ou que não conheçam alguém que sinta estes sintomas.

Estes dados, tão generalizados, mostram que não estamos perante um fenómeno isolado que dependeria apenas de determinadas pessoas ou de determinadas entidades ou empresas. Não, estamos perante um problema global e que vem da forma como estruturamos o trabalho, da forma como o trabalho evoluiu nas últimas décadas e com o que entendemos ser aceitável exigir de quem trabalha, muitas vezes prejudicando a vida pessoal e familiar.

Por isso temos de levar este problema muito a sério e, como problema global que é precisa de ser abordado de forma também global. De que serve o avanço tecnológico se não o usarmos para melhorar a qualidade de vida de cada pessoa e da comunidade?

Sabemos que não tem sido essa a prioridade. Ainda esta semana, dados publicados pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) mostram que a produtividade em Portugal aumentou mais do que a remuneração, o que revela que há margem para aumentar, sim, os ordenados em Portugal.

O aumento de ordenados tanto no setor privado como no público tem de ser uma prioridade, mas é preciso mais, é preciso melhorar as condições de trabalho. E isso traz-nos à continuação da experiência da semana de quatro dias em Portugal. Os resultados do projeto-piloto feito no setor privado no ano passado mostram que a semana de quatro dias pode ser uma ferramenta muito importante no combate ao *burnout* e de promoção da saúde mental.

Os trabalhadores que participaram no projeto reportaram uma redução de 20 % dos níveis de exaustão, de ansiedade, de fadiga, dos problemas de insónias e de sono e uma diminuição do nível de solidão, que sabemos que é um problema tão grave em Portugal. A percentagem de trabalhadores que disse ser difícil conciliar trabalho e família desceu de 46 % para 8 %.

Estes são números que só por si evidenciam a importância de continuar a testar e a estudar a semana de quatro dias em Portugal. Ainda por cima, e sabemos que este tema é tão caro a tantos aqui, a produtividade aumentou e muitas empresas continuaram ou querem continuar a manter o modelo dos quatro dias.

No mês passado, o inquérito lançado pela PlanApp (Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública) mostrava que há vontade na Administração Pública em testar também a semana dos quatro dias com 85 % dos trabalhadores inqueridos a concordar. Ou seja, temos aqui uma solução global que ajuda a resolver um problema global e que tem uma aceitação enorme no País.

É certo que a solução da semana dos quatro dias tem muitos desafios para o País e para as empresas e por isso é que defendemos que continue a ser testada. O Sr. Primeiro-Ministro já disse que não era uma prioridade, mas com resultados tão bons em termos de saúde mental, em conciliação familiar e em produtividade, é uma irresponsabilidade não o fazer. Numa altura em que se fala tanto de proteger as famílias, desafiamos o Governo a continuar a testar a semana dos quatro dias, continuando o projeto-piloto na Administração Pública como estava previsto.

Mais: os resultados alarmantes apresentados ontem sobre os funcionários da AT mostram que é urgente contratar mais trabalhadores para aliviar a carga de trabalho e melhorar ordenados e carreiras, mas não só. É também preciso envolver os trabalhadores na melhoria do funcionamento das instituições e da forma de trabalho, com a prioridade na saúde mental e na eliminação do *burnout*. Isto é válido tanto para a AT como para toda a Administração Pública, até porque é a obrigação do Estado dar o exemplo.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, pedidos de esclarecimento temos quatro. Como é que a Sr.^a Deputada pretende responder?

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L) — Dois a dois, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem. Dou a palavra ao Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, do Grupo Parlamentar da IL, por 2 minutos.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, subscrevemos, naturalmente, e acompanhamos a preocupação que o Livre aqui nos traz.

As questões de *burnout* e de saúde mental, de uma forma geral, são relevantes, mas convém dizer que não é só com os funcionários da Autoridade Tributária; estendem-se também a professores, a médicos, a enfermeiros, a polícias, a bombeiros, até às Forças Armadas, e a oficiais de justiça também. E, portanto, neste caso, falamos da Autoridade Tributária, mas devemos também considerar toda a Administração Pública.

No caso da Autoridade Tributária, eu diria que até é fácil perceber um dos motivos para isto acontecer. É que a máquina é tão voraz, é tão grande, são tantos os impostos, as taxas e as taxinhas a cobrar, que é impossível que qualquer pessoa não se sinta fustigada com todos os processos que têm de ser feitos e, portanto, não há tempo para tudo.

Mas, aqui, nós temos de facto uma oportunidade para transformar a Autoridade Tributária e, aliás, toda a Administração Pública, simplificando processos, desburocratizando processos. Menos processos administrativos é menos carga de trabalho para esses profissionais e será, certamente, uma ajuda. Aliás, até

porque é profundamente desmotivante ter pessoas altamente qualificadas, como são alguns técnicos superiores, a fazer trabalho que é puramente administrativo.

Outra medida que poderá ser interessante também, e que, até, poderia estender-se ao contexto do ensino superior, seria, por exemplo, ter um psicólogo clínico...

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Vá lá! Força nisso!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — ... que pudesse — não vai, certamente, resolver os problemas — acompanhar, monitorizar, dar aqui algum tipo de acompanhamento.

Risos da Deputada do PCP Paula Santos.

Portanto, em suma, nós subscrevemos esta preocupação do Livre e, subscrevendo, a questão que fazemos em troca é a seguinte: dado que subscrevemos esta posição do Livre, será que o Livre também subscreve uma preocupação que nós temos, que também tem impacto a nível de saúde mental, que é o *stress* financeiro e o *stress* mental a que os contribuintes portugueses estão sujeitos? E isso envolve várias classes profissionais, incluindo os próprios funcionários da Autoridade Tributária.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brás, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, por 2 minutos.

O Sr. **Carlos Brás** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, antes de mais, quero saudar o Livre e a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes por ter trazido este tema, que também é um tema que nos preocupa.

De facto, a Autoridade Tributária é uma instituição de referência da República e incorpora trabalhadores altamente qualificados, com elevados níveis de produtividade. E, leia-se, esta produtividade é exatamente a liquidação e a cobrança dos impostos que sustentam todo o Estado português. E, sim, há sinais de envelhecimento, há sinais de *stress* ocupacional, há sinais de fadiga, de exaustão e alguma desmotivação.

E este valioso recurso humano não é infinitamente elástico, e por isso mesmo é que o Governo anterior tomou medidas. Desde logo, em fevereiro, foi publicado no *Diário da República* um aviso de abertura de concurso para 180 trabalhadores da inspeção tributária. Depois, em março, saiu o Despacho n.º 3186/2024, de recrutamento de 3700 trabalhadores para a Administração Pública, sendo que 863 destinavam-se à Autoridade Tributária, distribuídos pelas diferentes carreiras: inspetores tributários, 463; gestores tributários, 390; e 10 especialistas na área de informática.

E, portanto, o que é preciso da parte das bancadas, e sobretudo das bancadas da oposição, é garantir que o Governo que agora está em funções implementa estes procedimentos concursais, os leva a efeito, valoriza as carreiras de inspeção, como tem valorizado ou como quer valorizar as restantes carreiras da Administração Pública.

E convém também perguntar ao Livre se acompanha esta preocupação de vigilância que é preciso ter sobre este Governo, porque, já percebemos, temos de ser cuidadosos e criteriosos na avaliação de todas as medidas que aqui nos apresentam.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, dou a palavra à Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, estamos de acordo que o problema do *burnout* não é exclusivo da Autoridade Tributária — aliás, foi uma das referências que fiz —, é um problema transversal à sociedade portuguesa e que temos de abordar de forma muito séria.

Especificamente sobre a Autoridade Tributária, é verdade que a Autoridade Tributária tem muito trabalho, muita burocracia, que há espaço para diminuir a burocracia associada, e por isso é que também nos chocou tanto a iniciativa da Iniciativa Liberal de enviar uma carta parecida com a que a Autoridade Tributária envia,...

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Pois é! Bem lembrado!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... que a Autoridade Tributária deve ter recebido uma série de telefonemas de pessoas aflitas...

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Exatamente! Bem lembrado!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... e de contactos de pessoas aflitas, porque receberam uma carta e não perceberam o que é que era.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — É verdade! É verdade!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Portanto, isso também é uma desconsideração pela Autoridade Tributária e pelos contribuintes.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Isso é que é trabalho inútil da IL!

Protestos da IL.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Há pouco, o Sr. Deputado falou do *stress* dos contribuintes; eu falo do *stress* dos cidadãos, que, de facto, chegam ao fim do mês e não têm dinheiro suficiente para conseguirem fazer uma vida digna. Mas aí divergimos, já sabemos, não é necessariamente apenas na carga fiscal,...

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... é verdadeiramente no que é o ordenado em Portugal, que tem de subir, e para isso é que nós temos de trabalhar.

Sr. Deputado Carlos Brás, nós acompanhamos a necessidade de vigilância face ao recrutamento dos novos funcionários da Autoridade Tributária, sendo que sabemos que, até 2025, está perspctivada a reforma de 2000 funcionários da Autoridade Tributária. Portanto, não só é preciso garantir que estes funcionários são contratados, mas é preciso ainda fazer novos concursos, contratar mais funcionários, porque apenas repor os funcionários que se vão reformar não vai aliviar a carga que, já hoje, os funcionários da Autoridade Tributária sentem.

E, portanto, é muito importante contratar mais funcionários, mas também melhorar as carreiras, melhorar os ordenados...

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Exatamente!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... e, sobretudo — e esse é o desafio que também lançamos ao Governo —, envolver os trabalhadores na redefinição da maneira como a Autoridade Tributária pode funcionar, porque essa também é uma forma de conseguir garantir que as condições de trabalho são as favoráveis a que os trabalhadores consigam, por um lado, estar mais felizes, estar mais realizados no seu local de trabalho e, por outro, também fazer o seu trabalho da melhor maneira possível.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para formular um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português.

Faça favor. Tem 2 minutos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, queria cumprimentar a Sr.^a Deputada pelo tema que traz a debate.

É uma evidência a falta de trabalhadores na Autoridade Tributária, a carência de trabalhadores, que é, aliás, generalizada na Administração Pública, e isso, naturalmente, leva a elevados ritmos de trabalho, a maior carga de trabalho sobre cada um dos trabalhadores.

E há aqui um problema de fundo, que é, desde logo, contratar os trabalhadores que são necessários para assegurar o adequado funcionamento dos serviços públicos, assegurar o adequado funcionamento da Autoridade Tributária. Há também a questão das carreiras, a questão dos salários, que é preciso, naturalmente, que sejam devidamente valorizados. Essas são questões centrais para fixar trabalhadores na Autoridade Tributária e para fixar trabalhadores na Administração Pública. Aliás, a intervenção do PCP tem sido nesse sentido.

Mas esta falta de trabalhadores na administração tributária tem também outra consequência que nós gostaríamos aqui de colocar: é que num contexto em que a fraude e a evasão fiscal assumem, de facto, formas cada vez mais sofisticadas, há também aqui essa necessidade, porque o facto de a Autoridade Tributária não dispor, neste momento, dos meios, quer ao nível dos trabalhadores, mas também por haver muitas e muitas limitações nas suas condições materiais, constitui também um elemento de dificuldade de intervenção no Estado para combate à fraude e evasão fiscal. E gostaríamos de colocar aqui também este elemento, que é central nos tempos que correm, em que há, de facto, diversas injustiças, nomeadamente no plano fiscal, e é sobre aqueles que mais têm que acaba por não haver este combate à fraude e à evasão fiscal.

Gostaria ainda de referir, no tempo que me resta, um último aspeto, que se prende com a necessidade de ter também serviços públicos próximos da população. E há, de facto, o risco, neste momento — com aqueles que estão em condições de se aposentar nos próximos tempos, e não havendo a contratação dos trabalhadores que são necessários —, de uma redução da capacidade e de uma redução dos serviços públicos, a este nível dos serviços de finanças. E essas são também maiores dificuldades para as populações no acesso aos serviços públicos.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado José Soeiro, do Grupo Parlamentar Bloco de Esquerda. Tem 2 minutos.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, os trabalhadores dos impostos vivem uma realidade que é transversal, de certo modo, à Administração Pública. Estamos a falar de carreiras que estiveram congeladas durante anos, de uma falta crónica de pessoal também na área dos impostos, de pouco reconhecimento, nomeadamente salarial, para profissões que são muitas vezes altissimamente qualificadas — e nós temos funcionários muito qualificados e precisamos de funcionários muito qualificados —, e de uma grande sobrecarga para salários que não compensam e que estão estagnados.

Temos também, muitas vezes, problemas de falta de intervenção na saúde e na segurança dos trabalhadores. Portanto, no fundo, nós precisamos de quê? De mais trabalhadores, de recrutar mais trabalhadores, de melhores salários, de horários mais razoáveis, de rejuvenescer, porque temos uma Administração Pública envelhecida e temos, particularmente na área da Autoridade Tributária, uma população de trabalhadores envelhecidos. Portugal é um dos países onde a administração fiscal é mais envelhecida e, portanto, nós precisamos de recrutar trabalhadores também.

Deste Governo, não nos parece que venham grandes expectativas nem boas notícias do ponto de vista do recrutamento e da contratação de trabalhadores. Sobre salários, enfim, vamos ficar à espera. Foram feitas muitas promessas, mas nada de concreto ainda existe em termos de compromisso.

E depois, a Sr.^a Deputada falou de um outro tema, que é a semana de quatro dias. Houve um projeto-piloto, houve 40 empresas que já o implementaram, com mais de 1000 trabalhadores no setor privado. Havia o compromisso de o fazer também na Administração Pública. Há um estudo, como referiu, do PlanAPP, segundo o qual os trabalhadores manifestam vontade de fazer esta experiência, e nós achamos que também aí devia avançar, na Administração Pública, devia começar a experimentar-se a semana dos quatro dias. Mas

também aí, deste Governo não temos nenhuma expectativa, porque o Governo já mostrou a sua hostilidade em relação a uma prática de gestão, a uma forma de organizar os horários de trabalho, que, de acordo com os estudos que são conhecidos, quer internacionais, quer nacionais, tem dado resultados positivos.

Pergunto-lhe, por isso, se lhe parece que, sobre recrutamento e rejuvenescimento, melhoria salarial e melhor organização dos tempos de trabalho, podemos ter alguma expectativa deste Governo.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Paula Santos, de facto, como dissemos na nossa intervenção, acompanhamos todos os problemas relacionados com a falta de condições, de forma geral, da Administração Pública, tanto de salários, como de carreiras, como de tempo de trabalho e também da falta de condições para conseguir concretizar o trabalho. E isso é muito visível na Autoridade Tributária e, de forma geral, na Administração Pública.

O problema que levanta é, de facto, um problema importante, relacionado com a questão da fiscalização.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sim.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Há grandes injustiças fiscais e, normalmente, quem comete fraude, e tem mais recursos, consegue fugir à fraude e, portanto, de facto, para conseguirmos ter uma Autoridade Tributária que funcione da forma correta, é preciso que os trabalhadores tenham as condições para que o consigam fazer.

Também acompanhamos o grande problema da redução do número de trabalhadores por via, também, da sua reforma, e que isso, aliado à digitalização, vá retirando o acesso a serviços públicos um pouco por todo o País, prejudicando sempre aquelas pessoas que já são mais prejudicadas, que não conseguem ter acesso aos meios digitais, que já vivem em locais mais isolados. Portanto, isto é algo que não pode acontecer, é um grande problema de equidade e de igualdade em Portugal e o caminho tem de ser, exatamente, o contrário: o reforço e uma aposta nos serviços públicos, principalmente nos sítios que estão a ficar mais despovoados.

Sr. Deputado José Soeiro, nós, infelizmente, acompanhamos a falta de expectativa que tem em relação a este Governo. O Sr. Primeiro-Ministro já foi muito claro ao dizer que não é prioridade, de todo, a semana dos quatro dias, apesar de os resultados serem bons para a saúde mental, bons para a conciliação com a vida familiar e bons para a produtividade, que são três objetivos que este Governo diz ter.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — É verdade! Bem Lembrado!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Mas, depois, não é consequente na melhor ferramenta que podemos ter e que devemos experimentar para conseguir atingir estes objetivos. E, portanto, acompanhamos a falta de expectativa.

Em relação à questão do recrutamento de trabalhadores para a Autoridade Tributária, também acompanhamos a falta de expectativa em relação a este Governo. Sabemos que muitas vezes os concursos são abertos e depois ficam vazios, porque as condições que são dadas não são satisfatórias e as pessoas acabam por não concorrer ou desistir dos concursos.

Portanto, vamos ter de fazer muita pressão, do lado do Parlamento, para que o recrutamento seja feito da forma que deve ser, porque senão corremos o risco de termos uma Autoridade Tributária, daqui a dois anos, com menos 20 % de trabalhadores do que hoje tem, o que é gravíssimo.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, não temos mais pedidos de esclarecimento.

Para uma declaração política, dou a palavra ao Sr. Deputado João Almeida, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, que dispõe de 6 minutos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quanto à importância de discutir hoje em dia a defesa nacional, se não tivesse outra justificação, só o facto de ter tido três das intervenções desta tarde mostra a importância deste debate, não só pelas condições internacionais e de conjuntura, que são necessariamente negativas, mas também pelo estado em que a defesa e, essencialmente, aqueles que a servem ficaram depois de oito anos de governação do Partido Socialista.

Pelo CDS, nesta primeira declaração política desta Legislatura, reiteramos a importância do tema da defesa nacional, não só pelo facto de neste momento exercer as funções de Ministro da Defesa Nacional o Presidente do CDS, Nuno Melo, mas também por, no passado, sucessivamente, Adelino Amaro da Costa, Luís de Azevedo Coutinho, Diogo Freitas do Amaral e Paulo Portas terem tido a responsabilidade desta pasta.

Permita-me, Sr. Presidente, que o cumprimente também e saúde pelo facto de, num Governo PSD/CDS ter exercido essas funções.

Também aqui no Parlamento, e durante muitos anos, o Deputado João Rebelo foi daqueles que, dedicando-se quase em exclusivo à Comissão de Defesa Nacional, lutou por muitas das causas que, infelizmente, nos últimos anos não avançaram.

E se a importância conjuntural de discutirmos a defesa nacional e o compromisso de Portugal com as missões de defesa nacional é relevante, porque, como nunca nos últimos anos, temos neste momento guerra na Europa e guerra nas fronteiras da NATO e da União Europeia, obviamente que isso faz com que tenhamos de valorizar o nosso compromisso com a Aliança Atlântica, no sentido de saber que é essa aliança que garante a soberania e a independência dos seus membros. Portanto, não é indiferente lembrar que nem todos neste Parlamento defendem essa opção, que é uma opção fundamental, e esse compromisso, que não pode nunca ser desvalorizado.

Mas hoje queria falar de dois temas que são internos e que têm de ficar, desde já, marcados para o resto da Legislatura.

Não é aceitável que o recrutamento nas Forças Armadas continue a produzir os resultados que tem neste momento. O contingente das Forças Armadas deixado pelo Partido Socialista fez com que, no 4.º trimestre do ano passado, houvesse 23 316 militares ao serviço. Ou seja, ficou muito longe daquele que era o objetivo do próprio Governo, que pretendia ter 32 000 militares, e — muito mais grave — abaixo daquele que foi considerado pelo Sr. Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas como o número mínimo, que era de 30 000 efetivos, para assegurar a atividade mínima por parte das Forças Armadas.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Convém comparar também com o efetivo no último ano de governação do último Governo PSD/CDS. Mesmo com o efeito da troica e tendo de cumprir todas as restrições que nos tinham sido deixadas pelo Partido Socialista, naquela altura, o efetivo das Forças Armadas era de 29 178 militares.

Ou seja, durante oito anos de governação do Partido Socialista, sem qualquer restrição do ponto de vista orçamental como aquelas que enfrentou o Governo PSD/CDS, com um agravamento da situação internacional, com uma urgência maior de compromisso de Portugal com as missões no âmbito da Aliança Atlântica e, também, de uma evolução, do ponto de vista europeu, do debate sobre a defesa ao nível da União Europeia, o equipamento e o contingente necessário para responder, a resposta que o Partido Socialista deu foi a de reduzir em um quinto o efetivo das Forças Armadas.

Claramente, e que fique aqui assumido, este caminho tem de ser invertido, e só pode ser invertido se alterarmos a forma como o Estado se relaciona com os seus militares, a forma como tem de valorizar aqueles que optam por servir o País alistando-se nas Forças Armadas, servindo nas Forças Armadas, e que, naturalmente, não só têm de ter retorno em termos de vencimentos, em termos de retribuição financeira, como também de dignidade, porque, nos últimos anos, essa também esteve muito longe das prioridades da governação socialista.

Mas se é preciso fazer justiça àqueles que são os militares de hoje, é também preciso fazer justiça àqueles que foram os militares de ontem: aos antigos combatentes, aos ex-militares, aos deficientes das Forças Armadas e às suas famílias. São aqueles que, por mão do CDS, em sucessivos Governos, tiveram a criação do complemento e do suplemento de pensão para os antigos combatentes, entre 2002 e 2005, quando foi Ministro da Defesa Nacional Paulo Portas; que tiveram a contagem do tempo de serviço nas missões prestadas enquanto combatentes; que mais tarde, também aqui no Parlamento, pela mão do CDS, tiveram o regime excecional de indexação das pensões sociais dos deficientes das Forças Armadas, que permitiu uma majoração de 35 % nas suas pensões; ou que depois, também pela mão do CDS, viram a eliminação da possibilidade de redução das pensões de preço de sangue para este tipo de militares.

Temos de retomar esse caminho, o caminho do reconhecimento, da valorização e da promoção das condições de vida daqueles que serviram as nossas Forças Armadas. É esse o sinal claro que o Grupo Parlamentar do CDS hoje quer aqui deixar.

Depois de oito anos em que as Forças Armadas foram desvalorizadas, em que o contingente foi reduzido, estando muito abaixo daquilo que é necessário para que sejam operacionais, e em que aqueles que serviram as Forças Armadas no passado, os antigos combatentes e os ex-militares, deixaram de ser prioridade, esse caminho é para inverter. Claramente, é para se valorizar as missões atuais e para se reconhecer aqueles que serviram a pátria e honraram a bandeira, porque esses merecem sempre ser reconhecidos por todos nós.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem cinco pedidos de esclarecimento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Só?!

O Sr. **Presidente**: — Como pretende responder?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A um grupo de três e outro de dois.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pessanha, do Grupo Parlamentar do Chega, para formular um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Pedro Pessanha** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado João Almeida, fique verdadeiramente atento à sua intervenção e muito me agrada ter trazido este tema da defesa nacional, que, aliás, foi hoje várias vezes falado no Plenário.

O Sr. Deputado disse, e bem, que o estado da defesa nacional, neste momento, não é o melhor, e eu diria mesmo que estamos no colapso. Isto, devido a políticas das últimas décadas, de desinvestimento total, que nos levaram à situação de hoje.

O Sr. Deputado sabe, com certeza, que existem vários estudos, quer do Ministério da Defesa, quer das Forças Armadas, que apontam as causas, transversais aos três ramos, que estão não só a impedir o fluxo adequado a nível do recrutamento, mas também a potenciar as saídas precoces dos nossos militares dos três ramos das Forças Armadas, sendo que a Marinha e a Força Aérea são aqueles onde mais incidência têm. E as causas são diversas, desde os baixos salários, como o Sr. Deputado disse, a falta de reconhecimento profissional, a reduzida valorização profissional e ainda a expectativa de carreira.

Nós temos duas guerras, como o Sr. Deputado disse, uma no Médio Oriente e outra na Europa, e obviamente que a atração e cativação dos efetivos não se faz só com milagres; é preciso passar da teoria à prática. Relativamente a essa questão, de como vamos reverter toda esta situação, gostaria de lhe perguntar se é desta que o Governo vai assumir de uma vez por todas, perante os nossos parceiros, o compromisso dos 2 % do PIB para a situação da Defesa Nacional.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Isabel Pires** (BE): — Temos mais em que gastar o dinheiro!

O Sr. **Presidente**: — Dou a palavra ao Sr. Deputado António Filipe, do Partido Comunista Português, para um pedido de esclarecimento, por 2 minutos.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado João Almeida chamou aqui a atenção, e bem, para os pergaminhos e o historial que o CDS tem tido à frente do Ministério da Defesa Nacional, em diversos Governos nas últimas décadas. Tem sido, decerto, um partido atento às discussões que temos feito nesta Assembleia, ao longo dos anos, em matéria de defesa nacional, mas o Sr. Deputado, na sua intervenção, veio como que afirmar que as Forças Armadas estavam numa situação risonha e depois, nos últimos anos, isto caiu tudo a pique.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não, não!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Ora, não é verdade! Além de que o CDS só esteve ausente deste Parlamento nos últimos dois anos...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E já foi demais!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... e, nos anos anteriores, nunca se demarcou muito daquelas que foram as orientações fundamentais em matéria de política de defesa nacional.

Neste ponto, tenho de dizer o que já disse há pouco, na intervenção que fiz na sequência de pedidos de esclarecimento: se houve um partido que divergiu desta Assembleia naquelas que foram opções fundamentais em matéria de defesa nacional e de Forças Armadas não foi propriamente o CDS. Relativamente aos Governos, porque ou estava no Governo ou estava na oposição, mesmo estando na oposição teve sempre uma grande convergência com as opções do Partido Socialista nesta matéria.

De facto, a perda de efetivos das Forças Armadas vem de longe. O número tem vindo a cair e, agora, está a atingir-se uma situação que é absolutamente insustentável, mas a questão é esta: como é que os senhores tencionam resolver isto? Já se percebeu que não é com discursos a enaltecer as Forças Armadas que vamos lá, porque isso está tudo muito certo, mas não resolve os problemas das Forças Armadas.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Nos últimos anos, nem isso!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — A questão é de saber se estão ou não dispostos a rever o regime remuneratório dos militares das Forças Armadas. Estão ou não disponíveis para resolver a questão remuneratória e a precariedade associada aos regimes de voluntariado e contrato? Essa é que é a grande questão.

Não vale a pena fazer belos discursos alusivos às Forças Armadas e à sua importância se, depois, não se resolverem os problemas que estão na base da falta de atratividade das Forças Armadas relativamente aos jovens em idade de poderem prestar serviço militar.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, por 2 minutos.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, o tema da defesa nacional e das Forças Armadas está a granjear — sobretudo derivado dos atuais desafios geostratégicos, mas também por algumas injustiças que foram criadas nos últimos anos por decisões do Governo — um amplo consenso para podermos todos valorizar a função das Forças Armadas.

Certamente que durante esta Legislatura, na Comissão de Defesa Nacional, haverá muitos, bons e profícuos debates para chegarmos a acordo e podermos ter uma função de Forças Armadas mais atrativa,

para que no futuro os jovens olhem para as Forças Armadas como uma possibilidade de carreira, que é aquilo que não fazem hoje. Os jovens não olham para as Forças Armadas.

Também na valorização dos antigos combatentes, em quase todas as propostas que vieram para resolver os problemas dos antigos combatentes votámos a favor e, portanto, sobre isso estamos muito alinhados, não só com a declaração política do CDS-PP como com todas as intervenções feitas hoje sobre defesa e Forças Armadas.

Recordando uma intervenção que fizemos por ocasião do debate do Programa do Governo, o Ministério da Defesa tem, de forma geral, duas tutelas, as próprias Forças Armadas, como já falámos, e o Ministério da Defesa enquanto instituição, mas no Programa do Governo está completamente ausente qualquer referência àquilo que é a instituição Ministério da Defesa. Considerando os casos de alegada corrupção que ocorreram no Ministério da Defesa, deveria haver mais atenção e deveriam existir referências àquilo que aconteceu, porque colocam diretamente em causa a credibilidade do Ministério da Defesa e, indiretamente, também colocam em causa a credibilidade das Forças Armadas.

Também sobre isso, gostaria que partilhasse connosco quais são as preocupações do CDS-PP. Considerando que tem o Ministério da Defesa, com o que é que poderemos contar quanto ao trabalho do CDS nessa área durante esta Legislatura?

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, dou a palavra ao Sr. Deputado João Almeida, por 3 minutos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Pessanha, Sr. Deputado António Filipe, Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, muito obrigado pelas questões que colocaram.

Começando pela ordem inversa, Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, uma resposta muito simples: o Ministério não está no Programa do Governo, e eu espero que não esteja na atualidade política, porque a condução é exatamente essa. Não faz sentido que o Ministério tenha sido assunto.

Como o Sr. Deputado explicou, e bem, o Ministério da Defesa foi assunto porque, infelizmente, ocorreu no Ministério da Defesa o que nunca poderia ter ocorrido em ministério nenhum, muito menos no Ministério da Defesa. Portanto, a condução do Ministério e a responsabilidade devem ser exatamente no sentido de retirar esse ónus, no sentido de haver total transparência e de, quer em relação ao passado, quer principalmente em relação ao presente e ao futuro, não se voltarem a colocar as dúvidas que infelizmente se colocaram e deram origem aos processos que estão em curso neste momento — não estão concluídos e o seu curso deve ser respeitado.

Sr. Deputado António Filipe, devo também retribuir dizendo-lhe que, obviamente, o PCP é um partido atento e ativo nestas matérias, e que já apresentou iniciativas nesta Legislatura. Agora, estou completamente de acordo quando diz que, de facto, o CDS tem alinhado com outros partidos que não com o PCP em matéria de política de defesa nacional. Graças a Deus! Mal era que o CDS, em algum momento, tivesse alinhado com o PCP na definição, em termos de conceito, daquilo que é a defesa nacional.

Coisa diferente, onde já houve convergências e há espaço para continuar a haver, é a forma como valorizamos aqueles que servem nas Forças Armadas, a forma como valorizamos questões não só humanas, mas também, por exemplo, de meios e do equipamento, onde, obviamente, mesmo tendo uma perspetiva completamente diferente em relação ao conceito, ao posicionamento, àquelas que devem ser as missões, àquela que deve ser a política de alianças, nós podemos construir outro tipo de consensos que são igualmente importantes.

Portanto, o que devo dizer relativamente às propostas é que, sim, haverá nesta Legislatura um empenho em podermos debater, porque obviamente não podemos inverter a lógica do efetivo, os problemas do recrutamento e a valorização, se não fizermos alterações. Contudo, na mesma, é difícil que mude a realidade.

Devo dizer que a evolução negativa vem de trás, mas fiz questão de dizer qual era o número do efetivo na saída do último Governo PSD/CDS e o deste momento, e a redução foi de 20 %. Portanto, não é igual, e não o ignorará o Sr. Deputado, que apoiou um Governo, até porque teria sido muito mais fácil a um Governo que não tinha a troica e que tinha o apoio do PCP ter conseguido inverter esta lógica do efetivo do que um Governo que tinha a troica e que, olhe, nem sequer tinha o PCP. Portanto, pelos vistos, o PCP não fez grande

diferença, porque a redução foi superior em 20 % em relação àquele que era o efetivo que nós tínhamos deixado, apesar da troica.

Quanto ao Sr. Deputado Pedro Pessanha, queria dizer que vai ser interessante o debate do Orçamento do Estado. O debate do Orçamento do Estado vai ser interessante por todas as razões que nós sabemos, mas uma das matérias vai ser essa. Neste momento, há quem diga que, pela conjuntura internacional, pela degradação da situação das Forças Armadas, é preciso investir mais na defesa; quando tivermos de fazer escolhas, de escolher umas áreas em relação às outras, nessa altura, vamos ver quem estará, de facto, do lado da valorização também orçamental da defesa nacional e das Forças Armadas.

Será essa a postura do Governo e obviamente estaremos atentos a ver, dos Deputados e grupos parlamentares, quem é que seguirá esse caminho.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Dias, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Tem 2 minutos.

O Sr. **Luís Dias** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, neste momento em que arrancamos mais uma Legislatura e na primeira vez que uso da palavra na Casa da Democracia, faço a saudação necessária a todas e a todos os Deputados.

Em primeiro lugar, dirijo um agradecimento a todas e a todos os militares que servem nas Forças Armadas portuguesas.

Sr. Deputado João Pinho de Almeida, a área da defesa é uma área particularmente promissora para o estabelecimento de consensos, para a criação de estabilidade e também para a credibilidade necessária para que o nosso País se apresente perante os parceiros internacionais. Falo do estabelecimento de consensos que o Governo não conseguirá sem diálogo, como tem feito até aqui, com o Partido Socialista; da criação de estabilidade que não conseguirá, porque não tem solidez governativa, como já vimos em votações nesta Casa; e da credibilidade que não tem tido, porque não é com enganar, com embustes ou com ardis para os portugueses que se gere, muito menos, a área da defesa.

O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Luís Dias** (PS): — Falando de escândalos, Sr. Deputado, permita-me dizer que, na área da defesa, não é surpresa que seja o CDS a referir estes escândalos, os atuais e os mais antigos, porque não há ninguém que os conheça melhor, e por dentro, do que o próprio CDS.

O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): — Ora bem! Sabem bem do que é que estão a falar!

O Sr. **Luís Dias** (PS): — Permita-me, neste caso concreto da defesa, dizer que isto que está a acontecer é grave. É grave, porque, na defesa, não pode haver trincheiras neste Parlamento. É grave, porque a defesa é um pilar fundamental do Estado de direito democrático.

Sr. Deputado, o CDS está de volta ao Governo. Acabou-se o tempo das palavras, é altura das ações.

Protestos do Deputado do PSD Bruno Vitorino.

Permita-me questioná-lo sobre algumas áreas que me parece importante esclarecer e que os portugueses têm direito a conhecer. Falou-se da NATO, da antecipação do cumprimento das medidas e dos compromissos com a NATO, e aquilo que exijo saber hoje é quais são os planos que tem o CDS, tutelar da pasta, para aplicar essa antecipação no compromisso das metas estabelecidas com essa organização.

Queria também saber, atendendo a que foram ao Programa Eleitoral do Partido Socialista buscar muitas das medidas que figuram agora no Programa do Governo, se nos acompanham na criação da lei de programação de efetivos: uma lei para o reforço dos efetivos e para o aumento do recrutamento de pessoal, que todos reconhecemos como necessário para a nossa defesa nacional.

Pergunto-lhe também se nos acompanha no reforço e na aplicação da Lei de Programação Militar e como é que o vai fazer.

Em relação à LIM, a Lei de Infraestruturas Militares, depois dos projetos feitos no último Governo, quero saber como é que o CDS tenciona, então, aplicar essa lei de reprogramação e de investimento nas infraestruturas militares, para dotar essas infraestruturas das condições de que os nossos militares precisam, como todos reconhecemos.

Por último, sobre o suplemento de condição militar, agora aumentado pelo Governo do Partido Socialista, faço uma pergunta muito clara: acompanha a posição do PS na necessidade de continuar a aumentar não só os suplementos de condição militar, mas também a avaliação das carreiras dos nossos militares? Se sim, como é que o farão?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, cumprimento-o e devo dizer que, como era a primeira vez, juntei alguma tolerância à tolerância.

O Sr. **Luís Dias** (PS): — Eu percebi! Obrigado!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Fez mal, são quase 20 horas!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Silvério Regalado, do Partido Social Democrata, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Silvério Regalado** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, também é uma estreia para mim.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Agora estreiam-se todos! Ficamos aqui até à meia-noite!

O Sr. **Silvério Regalado** (PSD): — Deixe-me dizer que é um gosto falar na presença do Sr. Presidente da Assembleia da República, que foi um grande Ministro da Defesa. Aliás, lembro-me de decisões corajosas, nomeadamente a privatização dos estaleiros de Viana, enquanto alguns andavam a entregar coroas de flores para comemorar a morte dos estaleiros de Viana.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente, na altura Ministro da Defesa, tomou essa decisão corajosa: salvou os estaleiros de Viana, que são muito importantes para a região de Viana do Castelo.

Mas, sobre esta matéria em concreto, quero agradecer ao Sr. Deputado João Almeida por ter trazido este tema, que foi hoje bastante discutido na Assembleia da República, e o diagnóstico é transversal a todas as bancadas. Aliás, vi há pouco umas declarações de fevereiro do Sr. Deputado Marcos Perestrello, que afirmava ter consciência de que as Forças Armadas enfrentavam uma situação de constrangimento e que era preciso uma atenção redobrada neste atual contexto internacional.

O Sr. Presidente da República também se manifestou, há poucos dias, preocupado com a valorização de quem exerce funções militares, e dizia ele que a sua missão é muitas vezes admirada, mas nem sempre devidamente tratada. Isto é válido para os atuais militares das Forças Armadas, mas também para aqueles que já serviram as nossas Forças Armadas nos últimos anos e que estão reformados, pessoas que ficaram com enfermidades do tempo em que serviram enquanto militares.

Aquilo que, no fundo, lhe quero perguntar vai na sequência do que o Sr. Deputado do Partido Socialista aqui disse. É o seguinte: como é que chegámos aqui? Já agora, também gostaria de saber a sua opinião sobre isso. E o que é que poderemos fazer em conjunto, numa matéria que requer o consenso de todas as bancadas da Assembleia da República, para acabar com este estado de coisas e para dar a devida dignidade às nossas Forças Armadas?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, também, pelas palavras que me dirigiu.

Dou a palavra ao Sr. Deputado João Pinho de Almeida, para responder. Dispõe de 3 minutos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Dias, Sr. Deputado Silvério Regalado, cumprimento-os, até porque foi a primeira intervenção de ambos. Tinha o prazer, já, de ter trabalhado quer com um quer com outro, noutras circunstâncias e noutras funções, e é um prazer reencontrá-los aqui.

Sr. Deputado Luís Dias, falou do diálogo e da importância do diálogo, embora depois, a meio da intervenção, tenha fugido um bocadinho para a falta de consenso. Vou dizer-lhe sinceramente, sobre a questão de dizer que se acabou o tempo das palavras: eu também acho que se acabou o tempo das palavras, porque os eleitores assim decidiram e resolveram arredar o Partido Socialista da governação.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Essa foi uma decisão soberana dos eleitores portugueses.

Agora, quem ouvir o Partido Socialista falar neste Parlamento acha que o tempo das palavras, afinal, não acabou, porque passou a ser possível para o Partido Socialista, de um dia para o outro, tudo aquilo que não era possível antes.

A Sr.^a **Sónia Ramos** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Portanto, o Partido Socialista acha que tudo aquilo que não conseguiu em atos, durante oito anos, vai conseguir em palavras agora que está na oposição. Ninguém acredita!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Portanto, dentro dessa responsabilidade que exigiu da elevação com que devemos tratar este assunto, e tem toda a razão, nós não podemos dizer que vai ser cumprido — por exemplo, o recrutamento — aquilo que os senhores não conseguiram cumprir. Nunca os senhores reduziram o efetivo em um quinto: menos 20 %, muito abaixo daquilo que é o mínimo operacional.

Portanto, se temos de nos entender, então, entendamo-nos desde já, Sr. Deputado, sobre o ponto de partida. Os senhores deixaram o efetivo num nível de degradação que ele nunca teve...

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... e sem meios para conseguir inverter essa lógica.

O Sr. **Luís Dias** (PS): — Sem meios?!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Temos de conversar todos para conseguir isso? Temos, Sr. Deputado, temos!

O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): — Até agora estão a ir bem! A partir de agora...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Portanto, vamos conversar sobre isso certamente, mas tenha paciência! Quanto à questão das palavras, sou eu que lhe digo: então, temos de passar das palavras aos atos, e é preciso saber, da parte do Partido Socialista, o que está disposto a fazer. Não é a dizer, é a fazer agora o que não fez enquanto foi Governo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É muito importante saber isso e, mais uma vez, o Orçamento do Estado vai ser um excelente momento para ver isso. Que consenso é que o Partido Socialista estará disponível para construir, em sede de Orçamento do Estado, para que se possa concretizar aquilo que o Partido Socialista não concretizou sozinho enquanto era Governo?

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos de Deputados do PS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O Sr. Deputado Silvério Regalado falou também dessa preocupação e desse consenso. Acho que há, e nós sabemos, o consenso de uma maioria larga neste Parlamento relativamente àquilo que deve ser a orientação das missões de defesa nacional e o papel da defesa nacional, e há o consenso de uma maioria mais larga ainda, se calhar, em relação à valorização da condição militar.

Portanto, seria um desperdício que, nesta Legislatura, não se aproveitasse o largo consenso que há relativamente àquilo que é, do ponto de vista do conceito, a defesa nacional em Portugal, para podermos aprofundá-lo e torná-lo mais efetivo; e — ainda mais importante e prioritário —, seria um desperdício que não aproveitássemos o ainda mais largo consenso que há para a valorização da condição militar e daqueles que servem nas Forças Armadas e para o seu reconhecimento.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente:** — Para a última declaração política de hoje, dou a palavra à Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Há 50 anos estávamos a apenas oito dias do início da revolução que nos haveria de trazer a democracia, a liberdade e direitos fundamentais e de fazer ruir o regime ditatorial que passava o lápis azul em obras como, por exemplo, a de Natália Correia, que, por fazerem alusão à liberdade da mulher, eram acusadas de falta de senso moral, de libertinagem e de serem atentatórias aos valores da família.

Há precisamente 50 anos, as três Marias — Maria Teresa Horta, Maria Velho da Costa e Maria Isabel Barreno — ainda esperavam o desfecho em tribunal do processo judicial relativamente ao livro *Novas Cartas Portuguesas*, um livro que, por falar da emancipação da mulher em todos os seus aspetos, foi considerado chocante, imoral e atentatório aos costumes e à moral vigente.

Quando estamos a apenas oito dias de celebrar os 50 anos da democracia, é com espanto que vemos o polémico livro *Identidade e Família* tirar das mais recônditas catacumbas do conservadorismo um conjunto de ideias e de mundividências que, mais do que ultrapassadas, deveriam ter ficado enterradas no mesmo sítio onde ficou a ditadura. Este livro, que foi apadrinhado pelo antigo Primeiro-Ministro Passos Coelho, é uma agenda antidireitos humanos, uma agenda antiprogressista, um verdadeiro agregador de preconceitos, de delírios e de ideias bafientas.

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

Nele e na sua apresentação, vimos uma visão transviada do que é a escola pública. Para Passos Coelho, um ensino público que combate a discriminação, que promove a inclusão e que promove a igualdade de género é um ensino soviético, que impõe uma ideologia de género, seja lá o que esse conceito for. Vemos mesmo os autores do livro falar em sequestro de conteúdos programáticos e dizer que combater a discriminação é promover projetos de engenharia social.

A educação sexual,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Teve retrocessos! Há mais doenças sexualmente transmissíveis...

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... que é um eixo fundamental para promovermos a saúde reprodutiva, o planeamento familiar e uma sexualidade segura, foi agora caricaturada por estes autores do livro como um ensino da arte do prazer. Ora, este é um exercício muito pouco esclarecido, que ignora não haver ainda relatórios ou estudos que indiquem que os jovens antecipam o início da sua vida sexual por se lecionarem nas escolas estas matérias.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Abra as notícias!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Ora, num País onde fomos confrontados recentemente com casos de abuso infantil, o perigo está na educação, pasmem-se! Preferem, ao invés, deixar as crianças e jovens à mercê da desinformação e da vulnerabilidade.

Este livro é, na verdade, uma clara tentativa de liquidação dos direitos fundamentais e, em muitos momentos, podemos dizer que é mesmo uma tentativa de ajuste de contas com esses direitos. Embora o direito internacional, a Constituição e o próprio Tribunal Constitucional tenham sido claros a afirmar que o direito à autodeterminação de género e à expressão de género não é uma ideologia — é, sim, um direito fundamental —, alguns dos autores deste livro falam em patologias psiquiátricas e na imposição de um modelo de pensamento único. Na verdade, Sr.^{as} e Srs. Deputados, os únicos que querem impor a sua visão de mundo aos outros são precisamente os autores deste livro.

O casamento entre pessoas do mesmo sexo, matéria em que Portugal foi pioneiro e em que é acompanhado por um número cada vez maior de países, ou a possibilidade de adoção por casais homossexuais são tidos por estes autores como ataque à família. Volvidos tantos anos, é lamentável que persista esta obsessão de espreitar pelo buraco da fechadura de casa alheia e de querer impor os padrões próprios de vida à família dos outros.

Mas o pior de tudo é que este livro se trata de um manifesto misógino contra os direitos das mulheres, e bem sabemos que o retrocesso, quando começa, é precisamente nos direitos das mulheres. Dizem que é um mito que as mulheres tenham sido oprimidas e desprezadas ao longo dos séculos, dado que somos a maioria da população e que nunca manifestámos o nosso desagrado. Ou seja, mais do que uma visão negacionista da história — que já seria má só por si e que ignora milhares de anos de exclusão, de opressão do espaço público, de negação dos mais básicos direitos fundamentais —, temos uma lógica de factos alternativos que ignora por completo que, em pleno século XXI, em pleno ano de 2024, uma mulher portuguesa recebe por trabalho igual menos salário do que recebe um homem; a pobreza cresce mais de 1,5 % nas mulheres do que nos homens; a realidade da violência doméstica tem um rosto marcadamente feminino; continuam a existir ainda tetos de vidro, seja no Governo, na Assembleia da República, no Tribunal Constitucional, ou em tantas direções de empresas do nosso País.

Este livro defende retrocessos nos direitos das mulheres quanto ao seu corpo, querendo dar passos atrás no direito ao acesso à interrupção voluntária da gravidez. Ouvimos aqui, por parte do Primeiro-Ministro Luís Montenegro, na semana passada, ficcionarem-se confrontos quanto ao direito à vida, ignorando que o direito à interrupção voluntária da gravidez não empurra ninguém para o aborto, antes evita que morram tantas mulheres como morriam. Mais: ignorou também relatórios, como o que nos foi apresentado, ainda hoje, pelo Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que nos dizem que mais de 73 % das mulheres não podem decidir sobre o seu próprio corpo, não podem ter sequer acesso à saúde sexual ou reprodutiva.

Talvez a mais peregrina e mirabolante das ideias constantes deste livro seja o de criar um estatuto legal da mulher dona de casa,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Não diz lá isso!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... porque, dizem os proponentes, as mulheres são mais propensas a estar em casa, a efetuar atividades insubstituíveis, como por exemplo a maternidade, que lhes está exclusivamente reservada.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Não leste o livro! Lê o livro!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, isto cheira a Estado Novo, isto é o Estado Novo, visto que aponta para a ideia de atribuir à mulher a responsabilidade pelo governo doméstico que constava do Código Civil da ditadura.

Protestos do CH.

Abriu a hipótese a que a mulher seja tratada como cidadã de segunda é algo que jamais poderemos tolerar nesta Casa da Democracia.

Não pomos em causa o direito à liberdade de expressão e à opinião dos autores deste livro. Foi, aliás, para isso que o 25 de Abril se fez. Mas, Sr.^{as} e Srs. Deputados, enquanto partido do campo democrático, o PAN não pode aceitar que o Parlamento passe ao lado desta agenda radical, desta agenda atentatória aos direitos humanos das mulheres. Não aceitamos a inevitabilidade de que esta tenha de ser uma Legislatura de resistência a retrocessos.

Não aceitamos também que meninas e mulheres sejam novamente empurradas para a esfera da vida privada,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Ou para as casas feministas! Isso já pode ser!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... para a pobreza, para a violência, para a opressão. E não aceitamos que, do alto do vosso privilégio patriarcal, tentem pôr em causa avanços e direitos que as mulheres têm conseguido, com amplo consenso, nesta mesma Casa da Democracia.

Protestos do CH.

É por isso que, na próxima semana, quando celebrarmos Abril, o PAN vai apresentar um pacote de iniciativas que visa garantir os direitos humanos das mulheres.

O Sr. **Presidente**: — Tem de terminar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Vou concluir, Sr. Presidente.

Estamos certos de que conseguiremos trabalhar com os partidos da família democrática, porque nas famílias acolhe-se a diferença, e desde que conheço a palavra «identidade» que a vejo associada à liberdade.

Aplausos do L e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Registaram-se três Deputados junto da Mesa para formular pedidos de esclarecimento à Sr.^a Deputada, que lhes responderá em conjunto.

O primeiro pedido de esclarecimento caberá à Sr.^a Deputada Joana Mortágua, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, devo dizer-lhe que não me preocupa que algumas personalidades ultraconservadoras, retrógradas, venham a público expor as suas ideias cavernícolas, na medida em que essas ideias foram derrotadas pela sociedade.

Risos e protestos do CH e de Deputados do PSD.

Essas ideias correspondem a mentalidades e mesmo a códigos civis nem sequer da ditadura, mas até anteriores à ditadura. É como se tirassem um homem conservador do século XIX e o pusessem a emitir opiniões no século XXI. Sabemos que não bate certo.

Enquanto essas ideias forem ideias derrotadas e enquanto esses autores exprimirem ideias derrotadas, o debate é útil, mas ele não periga os nossos direitos. O que me preocupa, isso sim, é a intervenção que o Primeiro-Ministro fez sobre a inclusão do direito ao aborto na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É isso mesmo!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Isso preocupa-me na exata medida das palavras da Dr.^a Mónica Ferro, que lidera o Fundo das Nações Unidas para a População, no seu escritório em Londres, e que costuma dizer o seguinte: «Não se pode proibir o aborto. A única coisa que se pode proibir é o aborto seguro.»

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Exatamente!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Colocado nestes termos, é simples e claro que não, não há dois direitos em confronto, como quer fazer crer a tese nova e criativa do Sr. Primeiro-Ministro. O que existe é o direito das mulheres à vida, à segurança e à dignidade. O que existe é o direito da mulher a não ir parar à barra do tribunal.

Protestos do Deputado do CH Marcus Santos.

O que existe é o direito da mulher a não ser perseguida, a não ser forçada a exames ginecológicos. O que existe é o direito da mulher a não morrer, devido a um aborto clandestino.

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — Deixem as mulheres dizer!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — E é por isso que me preocupam...

Continuação dos protestos do Deputado do CH Marcus Santos.

Eu já sei que o Sr. Deputado Pedro Frazão tem problemas quando se fala de direitos das mulheres e que o Chega também tem problemas. É engraçado que é sempre o mesmo Deputado, é sempre o mesmo!

Protestos do CH.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Não é ele! Não é ele! É o brasileiro!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, a contagem do tempo foi suspensa, até voltarmos a ter condições de continuar.

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — Matam as crianças e salvam os animais!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Marcus Santos, há os apartes, e esses são admitidos e são até salutares, e há intervenções espontâneas que não são permitidas. Temos de saber fazer bem essa distinção e, no caso, o Sr. Deputado estava a ultrapassar a lógica do aparte, que é aceitável e desejável. Como é a primeira vez que é Deputado, levo à conta o facto de ainda não estar habituado.

Dou a palavra à Sr.^a Deputada Joana Mortágua, para continuar. O tempo esteve parado, portanto, pode continuar, sem prejuízo do seu tempo.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — O Sr. Deputado é recém-eleito e, talvez por isso, por não lhe conhecer a voz, até o confundi com o Sr. Deputado Pedro Frazão.

Vozes do CH: — Ah!...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É igual!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Eu reconheço-o, não tenho problemas em reconhecê-lo. Ainda assim, se a bancada do Chega quiser pôr ordem na sua própria bancada, para podermos continuar, agradeço.

Já estava a terminar, Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real. Queria apenas dizer que conta com o Bloco de Esquerda. Nenhum retrocesso no direito ao aborto e nos direitos das mulheres passará neste Parlamento e tudo faremos, dentro e fora do Parlamento, para garantir que os direitos conquistados não serão revertidos.

Aplausos do BE e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, a Sr.^a Deputada Elza Pais, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — Sr. Presidente, começo por cumprimentá-lo, Sr.^{as} e Srs. Deputadas, Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, começo por saudar o tema que aqui trouxe: a igualdade e, sobretudo, os direitos das mulheres como direitos humanos, nestas primeiras declarações políticas desta nova Legislatura.

De facto, nunca imaginámos que, ao fim de 50 anos, quando estamos a comemorar a liberdade e o que andámos para aqui chegar, tivéssemos em cima da mesa uma agenda retrógrada, misógina, que alimenta os fundamentalismos genéticos. É um regresso à biopolítica, reduzindo a mulher a um útero que produz...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Não é isso uma mulher? O que é uma mulher? Uma perceção?!

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — ... ou deixa de produzir, em função daquilo que dá jeito aos outros. É uma agenda que defende o estatuto legal da dona de casa, que não podemos deixar de associar ao estatuto do chefe de família — que já foi abolido pela lei, para cumprir a nossa Constituição da República —, associando assim a mulher a uma pessoa dependente, sem autonomia, sem liberdade e sem direitos.

Ora, como disse e muito bem, os direitos das mulheres são direitos humanos — nós dizemo-lo aqui, todos os dias. Isso foi há 30 anos proclamado na Convenção de Pequim e também na Convenção de Viena, para ser inscrito em convenções que Portugal subscreveu e tem de cumprir.

Muito avançámos, nestes oito anos, no que diz respeito a esta matéria e estamos aqui consigo, Sr.^a Deputada, e com todos os Deputados que a nós se quiserem juntar, para dizer «não» a qualquer recuo.

Avançámos muito. Avançámos na Agenda do Trabalho Digno; na garantia da infância, para garantir e reforçar a conciliação; nas leis contra o sofrimento humano; no casamento entre pessoas do mesmo sexo; em leis sobre desigualdade salarial, obviamente difíceis de combater, mas que estavam a fazer o seu caminho; em leis para dar voz às mulheres, nomeadamente com o reforço da lei da paridade — infelizmente, temos hoje menos Deputadas mulheres do que tínhamos, porque alguns partidos cumprem a lei, mas não integraram o seu princípio.

O Sr. **Presidente**: — Peço-lhe que termine, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — Portanto, Sr.^a Deputada, gostaria de dizer que sim, estamos aqui consigo para continuar a lutar por esta agenda e para nos insurgirmos contra todos e quaisquer recuos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Aplausos do PS e do BE.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Avanço e progresso é um homem ser mulher! Muito bom...

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, cumprimento a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real pelo tema que trouxe a debate.

Queria começar esta intervenção saudando a luta das mulheres. As mulheres todos os dias lutam pelos seus direitos, pela sua emancipação, pela igualdade.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Muito bem!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Foi igualdade que a Revolução de Abril nos trouxe, muito também porque as mulheres, resistentes antifascistas, lutaram e enfrentaram a repressão e a opressão. Dirijo também uma saudação a essas mulheres.

Mas a igualdade e os avanços que foram conquistados na lei, é verdade, tardam a chegar na vida do dia a dia.

Queria aqui trazer a questão do trabalho. Persistem desigualdades e discriminações no trabalho. As mulheres, hoje, são as que têm salários mais baixos, são as que sofrem mais com a precariedade e com a exploração, persistindo desrespeitos pela maternidade. Essas são questões centrais também hoje, na vida das mulheres.

Quando falamos de igualdade, quando falamos da participação das mulheres em todas as dimensões da nossa vida — na vida política, na vida social, na vida cultural, na intervenção cívica —, é importante salvaguardar e garantir às mulheres, efetivamente, as condições para que haja essa igualdade na participação.

Persistem discriminações e desigualdades que importa, de facto, combater, e há questões que são centrais, naturalmente, como a questão da valorização dos salários e do combate à precariedade e à desregulação dos horários de trabalho, porque não se podem aqui colocar as questões da conciliação entre a vida pessoal e profissional, mas depois persistir em não combater jornadas de trabalho de 10, de 12, de 14 horas, que impedem, efetivamente, as mulheres de acompanhar os seus filhos e de poderem ter essa vida a nível pessoal.

Gostaríamos também de trazer outras questões, que o PCP tem trazido. As mulheres portuguesas e as mulheres trabalhadoras contam com a nossa intervenção no combate já aqui referido às desigualdades e discriminações; contam com a nossa intervenção no combate a todas as formas de violência contra as mulheres; contam com a nossa intervenção no combate às conceções retrógradas, que devem ficar lá atrás, naqueles tempos que ninguém quer que voltem, no baú do esquecimento; contam com a nossa intervenção nas questões da emancipação, da liberdade, da igualdade.

O Sr. **Presidente**: — Tem de terminar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Vou mesmo terminar, Sr. Presidente.

São esses os aspetos que estão presentes na nossa intervenção e é por isso que vamos pugnar, para que a lei tenha, de facto, reflexos na vida de todas as mulheres.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, que dispõe, para o efeito, de 3 minutos.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, agradeço as questões e as intervenções das Sr.^{as} Deputadas.

Em relação aos apartes, acho que, de facto, precisávamos era de um manual para desconstruir a masculinidade tóxica que, infelizmente, ainda perpassa nos nossos dias, mas cá estaremos para que não passem, efetivamente.

Várias dimensões foram referidas, desde logo a preocupação com a efetivação da legislação, para que não haja retrocessos em matéria da interrupção voluntária da gravidez. Este direito não empurra ninguém para o aborto — é importante que o repitamos até à exaustão. Aquilo que evita é que continuemos a ter mulheres que

morrem por aceder a esta prática de forma ilegal e insegura. Como é evidente, procura-se também promover o acesso a uma saúde sexual e reprodutiva mais esclarecida, mais segura e, acima de tudo, com opção de escolha.

Temos relatórios que nos dizem, de forma gritante, que as mulheres não têm direito a decidir sobre o seu próprio corpo. Estamos a falar do facto de uma mulher não ter direito a dizer que não, que não quer ter relações sexuais; do facto de uma mulher dizer que quer ir ao médico e poder ter esse mesmo direito.

Podemos até entrar num caminho bastante mais perigoso, que é o que vimos noutros países. A Sr.^a Deputada Joana Mortágua falava nesta preocupação. Recordo que estarmos a ver situações como a que vimos nos Estados Unidos, em que uma mulher ou uma criança violada não pode aceder a este direito, é manifestamente contrário a todo e qualquer princípio de dignidade humana e ao direito a uma vida, por parte das mulheres, que não seja destruída.

Nesse sentido, há, de facto, um caminho que temos de fazer em Portugal, efetivando este direito. O mesmo prende-se também com a valorização salarial e com a dimensão da retribuição, porque sabemos que mulheres que vivem em pobreza não têm necessariamente o mesmo ponto de partida que os homens.

Temos de colmatar e mitigar esta desigualdade estrutural, garantindo que existe a aplicação de uma agenda não apenas para o trabalho digno, mas também de valorização e compensação das carreiras, e que não haja perda de remuneração, por exemplo, para quem vive em pobreza menstrual, porque não pode ir trabalhar ou não pode ir estudar por não ter acesso aos mais básicos produtos de higiene.

Há aqui claramente um caminho que temos de fazer, que é um caminho transversal às várias áreas e dimensões da vida das mulheres.

Sendo esta, de facto, a primeira intervenção no âmbito das declarações políticas, temos de olhar para o panorama que temos hoje, em matéria de direitos, e para o caminho que fizemos desde o 25 de Abril e para as ameaças que, no nosso País, ainda persistem.

Infelizmente, eu não partilho do mesmo otimismo da Sr.^a Deputada. Acho que há, de facto, uma ameaça em relação aos direitos humanos das mulheres que deve ser levada a sério e que só se combate através do trabalho neste Hemiciclo, ao continuarmos a erguer a nossa voz a todos aqueles que querem fazer retroceder este caminho.

Mesmo em relação — é uma dimensão que, há pouco, não se referiu, mas que importa referir — às cuidadoras informais, temos hoje muitas mulheres que acabam por ter uma vida invisível. Na esfera do caminho da vida privada, da vida familiar, é a isto que se condena as mulheres: a não terem vida social, a não se poderem realizar, a não poderem ser quem são e ter essa liberdade.

Por isso mesmo, importa olharmos para todas estas dimensões. É um caminho bastante complexo, bem sabemos, mas o PAN estará inteiramente disponível para continuar a fazer estas pontes de trabalho ideal com todas as forças políticas da família democrática, da família da liberdade e da família do respeito, que é para isso que estamos nesta Assembleia da República.

Aplausos do BE, do L e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Com esta intervenção, terminamos o ponto relacionado com as declarações políticas. Antes de indicar a ordem do dia para amanhã, pedia ao Sr. Secretário que faça a leitura do expediente.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidas pelo Sr. Presidente, várias iniciativas legislativas.

Em primeiro lugar, refiro os Projetos de Lei n.ºs [54/XVI/1.^a](#) (PAN) — Aplica a taxa reduzida do IVA aos atos médico-veterinários, alterando o Código do IVA, [55/XVI/1.^a](#) (PAN) — Cria um regime especial de participação do Estado no preço dos alimentos para fins medicinais específicos destinados às pessoas que apresentem risco nutricional associado à doença, [57/XVI/1.^a](#) (PAN) — Altera a carreira de enfermagem, repondo a justiça, valorizando trabalhadores essenciais ao Serviço Nacional de Saúde e ao País e premiar o esforço dado no âmbito da crise sanitária provocada pela covid-19, alterando diversos diplomas, [60/XVI/1.^a](#) (L) — Elimina as posições remuneratórias intermédias dos enfermeiros, alterando pela segunda vez o Decreto-Lei n.º 71/2019, de 27 de maio, e [61/XVI/1.^a](#) (BE) — Revoga a possibilidade de o financiamento da tarifa social da eletricidade poder vir a ser pago pelos consumidores (Revoga o Decreto-Lei n.º 104/2023, de 17 de novembro,

que procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, alterado pela Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro, que estabelece a organização e o funcionamento do Sistema Elétrico Nacional).

Deram também entrada na Mesa os Projetos de Resolução n.ºs [43/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que operacionalize a isenção de IVA nas transmissões de todos os produtos, secos ou húmidos, destinados à alimentação de animais de companhia quando acolhidos por associações de proteção animal legalmente constituídas, prevista na Lei n.º 10-A/2022, de 28 de abril, na redação dada pela Lei n.º 81/2023, de 28 de dezembro, e [44/XVI/1.ª](#) (PAN) — Pelo rápido lançamento dos apoios na área do bem-estar e proteção animal previstos no Orçamento do Estado para 2024 e pela criação de gabinetes de apoio às candidaturas destinados às associações zoófilas.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado Sr. Secretário.

Amanhã, às 15 horas, a nossa ordem do dia começa com um debate de atualidade, requerido pelo BE, sobre o tema «Muito km para pouco dinheiro: direitos para motoristas e estafetas das plataformas», e do segundo ponto constam votações.

Portanto, faço esta alerta de que teremos amanhã uma votação de uma deliberação de âmbito regimental, que é necessário fazer, para poder ser feito um agendamento que foi solicitado. Temos essa votação, deixo o alerta.

Está encerrada a sessão e muito bom jantar para todos.

Eram 20 horas e 5 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.